



ADALBERTO VIEIRA COSTA FILHO

**BALANÇO SOCIAL DOS BANCOS: UMA ANÁLISE DOS BALANÇOS
SOCIAIS DOS MAIORES BANCOS NO BRASIL REFERENTES AO
EXERCÍCIO DO ANO 2000**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Prof. Bernardo Kipnis, Ph.D.

BRASÍLIA

2002

TERMO DE APROVAÇÃO

ADALBERTO VIEIRA COSTA FILHO

**BALANÇO SOCIAL DOS BANCOS: UMA ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DOS MAIORES
BANCOS NO BRASIL REFERENTES AO EXERCÍCIO DO ANO 2000**

Dissertação submetida como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN.

Aprovada por:

_____ - Presidente da Comissão
Prof. Bernardo Kipnis, Ph.D.

Prof^a. Dra. Aracéli Cristina de Sousa Ferreira

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa

Brasília, 13 de novembro de 2002.

FICHA CATALOGRÁFICA

Costa Filho, Adalberto Vieira

Balanço Social dos Bancos: Uma análise dos
balanços sociais dos maiores bancos no Brasil referentes
ao exercício do ano 2000 / Adalberto Vieira Costa Filho,
Brasília: UnB, 2002.

152 p.

Dissertação – Mestrado
Bibliografia

1. Balanço Social 2. Contabilidade Social 3.
Responsabilidade Social

DEDICATÓRIA

À vovó Maria (in memoriam), meus amigos e familiares.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus que, a cada dia, tem se mostrado presente e atuante na minha vida.

À minha querida Bernadete, companheira e incentivadora, juntamente com os nossos filhos, Evilásio e Camila, que sempre me estenderam a mão, crendo na consecução dos nossos objetivos.

Ao Professor Bernardo Kipnis - Ph.D., pela paciência, gentileza e sabedoria com que conduziu todo o processo de orientação deste trabalho.

À Professora Dra. Aracéli Cristina de Sousa Ferreira e ao Professor Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa, membros da Comissão de Avaliação, pelas ricas colocações e orientações visando o aprimoramento da versão final desta dissertação.

Ao Professor Dr. Jorge Katsumi Niyama, Coordenador do Curso, pela disposição, firmeza e profissionalismo com que nos acompanhou em toda a jornada.

Aos Professores Dr. Carlos Pedrosa Júnior, Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Dra. Fátima de Souza Freire, Dr. Jorge Abrahão de Castro, Dr. José Dionísio Gomes da Silva e Luiz Carlos Miranda - Ph.D., pelo empenho e dedicação com que transmitiram suas experiências.

À Professora Mestra Maria Goreth Miranda Almeida Paula, orientadora técnica, por sua amizade, seu incentivo e sábias colocações em todas as etapas do mestrado.

Aos participantes do mercado financeiro nacional, pelo fornecimento de informações e dados, fundamentais para o êxito deste trabalho.

A cada companheiro do Curso, pela amizade e espírito de equipe que nos aproximou como verdadeiros irmãos.

Aos colegas do Departamento de Auditoria Interna do Banco Central do Brasil, pelo apoio e acolhida que me deram em Brasília.

A todos os que fazem o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB, representados pela querida Márcia, pela dedicação e respeito.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar os balanços sociais dos bancos no Brasil, identificar suas características e peculiaridades, tentando-se extrair o conceito de “Balanço Social”, aplicado por esse ramo de atividade. Pretendeu-se também averigüar como a Federação Brasileira das Associações de Bancos – Febraban aborda esse tema, atentando-se para a publicação anual “Balanço Social dos Bancos no Brasil”. Para isso, do universo composto pelos 50 maiores bancos por ativos totais, extraiu-se a amostra correspondente aos bancos que publicaram seus balanços sociais no ano 2000. Outrossim, receberam-se da Febraban todos os exemplares da publicação “Balanço Social dos Bancos”, dos anos de 1993 a 2000. Verificou-se na pesquisa que a questão da demonstração “Balanço Social” - sua importância e obrigatoriedade de apresentação permanecem em discussão no Legislativo e podem ser consideradas recentes no Brasil, além de estar contida num tema de maior abrangência que é o da “responsabilidade social corporativa”. Concluiu-se que tanto os bancos quanto a Febraban seguem metodologias próprias, segundo suas interpretações na confecção da demonstração “Balanço Social”.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the social balance sheets of Brazilian banks, identify their characteristics and peculiarities, and try to understand the notion of "Social Balance Sheet" that is adopted in this sector. An attempt is also made to examine how the Federação Brasileira das Associações de Bancos – Febraban (Brazilian Federation of Bank Associations) deals with this issue and how this reflects in their annual publication entitled " Balanço Social dos Bancos no Brasil" (The Social Balance Sheet of Banks in Brazil). From the universe of the 50 largest banks ranked according to total assets, we chose a sample which corresponds to those banks that published their social balance sheet for the year 2000. On the other hand, Febraban provided us with the 1993 to 2000 back issues of the "Social Balance Sheet of Banks in Brazil". Our studies indicate that the issues involving the "Social Balance Sheet" - its importance and mandatory nature - are fairly new to Brazil and are still being discussed in Congress. They are also part of a much wider debate on "corporate social responsibility". The conclusion was reached that both the banks and Febraban follow their own methodologies and their own interpretations when drawing up their "Social Balance Sheet".

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS	ix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.2 OBJETIVOS	6
1.3 METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO	6
2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA	8
2.1 SOBRE OS BANCOS: IMPORTÂNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	21
3 A CONTABILIDADE E O BALANÇO SOCIAL	28
4 O BALANÇO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	45
4.1 O BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO PELA FEBRABAN	46
4.2 OS BALANÇOS SOCIAIS DOS BANCOS DA AMOSTRA	51
4.3 O QUESTIONÁRIO: BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	54
4.4 DADOS LEVANTADOS DOS BALANÇOS SOCIAIS	58
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	64
6 REFERÊNCIAS	71
ANEXO A – Cinquenta Maiores Bancos por Ativos Totais	78
ANEXO B – Modelo de <i>e-mail</i> encaminhado aos bancos	79
ANEXO C – Questionário de Pesquisa: Balanço Social e Responsabilidade Social	80
ANEXO D – Participantes do Sistema Financeiro Nacional	82
ANEXO E – O Banco Modelo de Melhores Práticas	83
ANEXO F – Substitutivo ao Projeto de Lei nº 32-A, de 1999	85
ANEXO G – Modelo Ibase de Balanço Social	92
ANEXO H – Balanço Social dos Bancos – Febraban – Exercício do ano 2000	96
ANEXO I – Balanço Social dos Bancos – Febraban – Outros Exercícios	102
ANEXO J – Formulário Febraban para Levantamento de Dados dos Bancos	107
ANEXO K – Balanços Sociais dos Bancos da Amostra – Exercício do ano 2000	118
ANEXO L – Balanços Sociais dos Bancos da Amostra – Outros Exercícios	139
ANEXO M – Consolidação das Respostas ao Questionário “Balanço Social e Responsabilidade Social”	145

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1	DOCUMENTOS COLETADOS DOS BANCOS DA AMOSTRA	46
----------	--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	APURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS BANCOS - 1994 A 2000.....	59
TABELA 2	APURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS BANCOS - 1994 A 2000 - PARTICIPAÇÕES PERCENTUAIS.....	60
TABELA 3	FUNCIONÁRIOS DOS BANCOS - 1994 A 2000.....	60
TABELA 4	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO PELOS BANCOS EM 2000.....	61
TABELA 5	RELAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELOS BANCOS EM 2000 POR FUNCIONÁRIO.....	61
TABELA 6	PARTICIPAÇÃO NO LUCRO DOS BANCOS ENTRE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES - 1995 A 2000.....	62
TABELA 7	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS COM RECURSOS HUMANOS DOS BANCOS - 1994 A 2000.....	62
TABELA 8	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS DOS BANCOS COM O GOVERNO - 1994 A 2000.....	62
TABELA 9	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS VALORES RETIDOS PELOS BANCOS - 1994 A 2000.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abamec	Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
ADVB	Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil
Andima	Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto
ASB	Accounting Standard Board
Bacen	Banco Central do Brasil
Banespa	Banco do Estado de São Paulo S.A.
Basa	Banco da Amazônia S.A.
BB	Banco do Brasil S.A.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BS	Balanço Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CLACDS	Centro Latino-Americano para Competitividade e Desenvolvimento Sustentável
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FASB	Financial Accounting Standards Board
Febraban	Federação Brasileira das Associações de Bancos
Fides	Fundação Instituto para o Desenvolvimento Econômico e Social
FIGS	Financial Institute for Global Sustainability
FII	Financial Institutions Initiative

Fipecafi	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FRS	Financial Reporting Standard
Gife	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GRI	Global Reporting Initiative
IASB	International Accounting Standards Board
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNI	Manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PL	Projeto de Lei
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SME	Small and Medium-Sized Enterprise
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
Unibanco	União de Bancos Brasileiros S.A.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
VA	Valor Agregado

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao se contemplar as diversas nações neste início de século, sob o enfoque das condições de vida, constata-se que grandes são as desigualdades, contradições e injustiças que permeiam este planeta. Todo o desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas parece não ter sido usado em prol do resgate da dignidade humana. A distância entre abastados e desvalidos alarga-se mais e mais a cada dia, corroborando tal assertiva, como bem comenta Kliksberg (2002, p. 85).

Por outro lado, encontra-se no artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que “toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade”.

No Brasil, país em desenvolvimento, os indicadores de vida atestam que o modelo de crescimento até então adotado necessita de correção de rumo, sob pena de agravamento das questões sociais, especialmente nos grandes centros urbanos, onde o crescimento desordenado, fruto do êxodo rural e do desemprego, contribui com o aumento da marginalidade, da violência e da pobreza.¹

Barros (2000, p. 62-63), afirma que “o combate à desigualdade tem que estar na lista principal do combate à pobreza no Brasil e que nosso problema não é

¹ Segundo Mattar (2000, p. 5), o Brasil foi o pior país do mundo em distribuição de renda nos anos de 1998 e 1999, onde os 20% mais pobres detêm 2,5% da renda e os 20% mais ricos 63,8% da renda. No Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2002 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) consta o crescimento de concentração de renda no País e a ocupação da 73^a posição, entre 173 nações, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (ZIMMERMANN, 2002). Dentre os indicadores sobre desenvolvimento sustentável no Brasil divulgados pelo IBGE, menciona-se que o consumo de clorofluorcarbonos (CFCs) caiu mais de duas mil toneladas. Já o coeficiente de mortalidade por homicídio, entre 92 e 99, subiu de 19,12 para 26,18 a cada cem mil habitantes (IBGE, 2002).

insuficiência de recursos, mas de sua má distribuição”.

Diante desse quadro levantam-se fóruns de discussão sobre o papel que devem desempenhar os diversos atores sociais, onde giram questões como desenvolvimento sustentável, meio ambiente, biodiversidade e globalização.²

Nessa tentativa de definição de papéis, comentam Melo Neto e Froes (2001, p. 4) que delinea-se o surgimento de um novo Estado; não mais o Estado burocrático totalitário, nem o Estado do bem-estar social e nem tampouco o Estado mínimo dos liberais, mas o Estado inserido no novo pacto social.

Por sua vez, argumenta Kliksberg (2002, p. 50) que a

“A concepção do Estado de bem-estar social, que fora supostamente tornada sem legitimidade durante o período de providencialismo do mercado, voltou a ser reexaminada com base em outras perspectivas. Apresenta-se agora a idéia de um Estado de bem-estar produtivo, e voltam a ser revistas as experiências de países que não só conseguiram progressos nessa direção, como também, em função destes, alcançaram bons resultados econômicos e a manutenção de elevados equilíbrios sociais, como é o caso dos países nórdicos e da Holanda”. (grifo nosso)

Os movimentos sociais em prol da construção de uma sociedade mais justa, a partir do final dos anos 60, abriram espaço para a multiplicação de organizações comunitárias privadas, sem fins lucrativos e sem a intervenção do Estado, tendo, no entanto, fins públicos, formando o chamado “terceiro setor”, ao lado do setor público estatal e do setor privado empresarial.³

“Além do Estado e do mercado, há um ‘terceiro setor’. ‘Não-governamental’ e ‘não-lucrativo’, é no entanto organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas.” (FERNANDES, 1994, p. 19)⁴

Percebe-se que a empresa privada parece começar a girar o foco de sua

² Em 26.08.02 foi inaugurada a Cúpula da Terra, na África do Sul, com apelo pelo fim do “apartheid global”. A última Cúpula da Terra, a Eco-92, aconteceu no Brasil há dez anos. (CNN, 2002)

³ Desempenham papel relevante no terceiro setor as Organizações Não Governamentais (ONGs).

⁴ Drucker (2001, p. 76) afirma que, para restaurar a cidadania, quase destruída pelo Megaestado, “o Estado necessita de um ‘terceiro setor’, além dos dois geralmente reconhecidos, o ‘setor privado’ das empresas, e o ‘setor público’, do governo. Ele precisa de um *setor social* autônomo”.

atuação essencialmente voltada para o “lucro” e passa a voltar-se mais para as questões sociais do mundo a sua volta, para as necessidades dos *stakeholders*⁵, surgindo a figura da “empresa socialmente responsável”, a qual, inserida numa perspectiva mais ampla, no dizer de Lima (2002, p. 82), implica na mudança em sua concepção.

Objetivando auxiliar a reportação aos diversos públicos de sua *performance* econômica, social e financeira, dentro de uma filosofia de transparência (*full disclosure*) e de responsabilidade pela prestação de contas (*accountability*), tem-se disponibilizado para a empresa o “instrumento” chamado de “Balanço Social” ou “Relatório Social”, com conceitos e práticas em processo de consolidação. O tema “Balanço Social” insere-se num campo de discussão de maior amplitude que é o da “Responsabilidade Social Corporativa” e tem sido estudado pela Contabilidade e por outras ciências afins.

Rioli (1993, p. 117), ao tratar sobre o tema “Balanço Social” na obra *Full Disclosure*, faz uma abordagem sobre os dois papéis que a empresa deve desempenhar para ser “institucionalmente melhor”, comentando que:

“Hoje não basta a um perfil corporativo ser ‘economicamente forte’. Torna-se cada vez mais imprescindível também ser ‘socialmente forte’ para ser ‘institucionalmente melhor’. A conciliação desses enfoques absolutamente essenciais exige uma aceitação filosófica de que a empresa desempenha simultaneamente dois papéis distintos, porém indissociáveis: um papel de ‘natureza econômica’, centrado no objetivo de gerar lucratividade e sustentar o fortalecimento financeiro da empresa e garantir poder de competitividade, e outro de ‘natureza social’, voltado para o atendimento das responsabilidades sociais em seu ambiente de atuação e a promoção do bem-estar social via distribuição de riqueza a todos os múltiplos públicos com os quais ela se relaciona direta ou indiretamente.” (grifo nosso)

O balanço ou relatório social apresenta feições distintas nos países onde se

⁵ *Stakeholder*: Qualquer pessoa que tenha interesse no empreendimento. Incluem-se diretores, administradores, outros empregados, clientes, terceirizados, e mesmo o público em geral nos casos em que as atividades da empresa impactam o meio ambiente. Um *stakeholder* é alguém que sairá perdendo se o negócio estiver sendo malconduzido. (BLACK, 1997, p.442)

tem adotado, inexistindo também no Brasil, até o momento, um padrão a ser seguido.

Zadek *et al.* (1997, p. 16-17) informam que um dos primeiros registros na literatura norte-americana do termo *social audit* foi feito pelo acadêmico Theodore J. Kreps, em 1940, no contexto da chamada grande depressão dos anos 30, ocasião em que ele levantou questões sobre a responsabilidade social das empresas e a necessidade de reportá-la.⁶ No entanto, registraram que aqueles esforços não surtiram efeitos práticos junto às corporações.

A França foi o primeiro país, segundo Tinoco (2001, p. 130), a normatizar a obrigatoriedade de elaboração do balanço social pelas entidades (*bilan social*), por meio da lei no. 77.769, de 1977.

No Brasil, de acordo com Torres (2001, p. 15), a publicação, em 1965, da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, é “um marco histórico incontestável do início da utilização da expressão ‘responsabilidade social’”.

Os debates sobre responsabilidade social no País tiveram seguimento em anos subseqüentes com a realização de estudos e seminários, sendo que em abril de 1980 o País sediou a realização do Seminário Internacional sobre Balanço Social, promovido pela Fundação Fides⁷ (KROETZ, 2000, p. 58-59). A publicação do artigo “Empresa Pública e Cidadã”, do sociólogo Herbert de Souza, em 1997, foi outro marco, promovendo maior visibilidade à questão da responsabilidade social e da necessidade do balanço social, o que provocou ampla discussão na mídia e nos meios empresariais, conquistando o engajamento de vários setores da sociedade (TORRES, 2001, p. 24-25).⁸

⁶ O termo *social audit* em algumas ocasiões é traduzido como balanço social e em outras como auditoria social; Siegel e Shin (2000, p. 404) assim o definem: “*review of the public interest, nonprofit, and social activities of a business. These audits usually are performed primarily for internal benefit and typically are not released to the public. The social audit may be performed routinely by internal or external consulting groups, as part of regular internal audits. These evaluations consider social and environmental impacts of business activities*”.

⁷ A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) “é uma entidade privada de caráter educativo e cultural, sem fins lucrativos, visando a humanização das empresas e a sua integração com a sociedade, com base nos princípios éticos envolvidos nas relações entre a empresa e seus diferentes públicos internos e externos”. (Fides)

⁸ O artigo foi publicado no jornal Folha de São Paulo, em 26.03.97. Herbert de Souza, o Betinho, contava com a simpatia e o apoio de vários setores do empresariado nacional pela idealização da “Campanha

Segundo Seabra (2001), cerca de 250 empresas publicaram seus balanços sociais em 2001, sendo 80 de capital aberto - dado de relativa significância - mostrando que as grandes empresas têm aderido a essa idéia.

A Nitrofertil foi pioneira no País ao apresentar seu balanço social em 1984. Dentre as instituições financeiras, o Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), em 1992⁹, foi a primeira a fazer tal publicação (TORRES, 2001, p.20). A Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) seguiu o mesmo caminho, começando a divulgar a publicação “Balanço Social dos Bancos” a partir do ano de 1993.

A forma de apresentação do balanço social, aspectos conceituais, pontos de relevância e padronização, dentre outros, são questões que continuam em discussão, tanto pelo meio acadêmico quanto pelo mercado. O fato de inexistir consenso e não ter sido a matéria normatizada fazem com que o instrumento seja compreendido e explicitado de formas distintas pelos gestores.

O setor bancário, em qualquer economia, pelos serviços que presta à sociedade é considerado de importância relevante. Questionar o desempenho de seu papel, estudar sua postura na sociedade e conhecer suas práticas certamente contribui para melhor contextualizá-lo frente às demais organizações participantes do mercado.

Este trabalho pretende responder a seguinte pergunta: **Qual o conceito de Balanço Social que se percebe ter sido apreendido pelas instituições bancárias no Brasil e como ele tem sido traduzido, de forma pragmática, em seus demonstrativos publicados?**

Supõe-se como inédito o estudo realizado. A resposta à indagação acima e a pesquisa efetuada poderão ensejar que se consolidem conceitos e que sejam disseminados; que novas questões sejam levantadas e pesquisas implementadas; que brotem sugestões de aperfeiçoamento do “Balanço Social” e que surjam novas adesões

contra a Fome e a Miséria”, dentre outras, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase),

⁹ O Balanço Social do Banespa foi publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 11.03.93.

a esse instrumento.

1.2 OBJETIVOS

O **objetivo geral** da pesquisa é **analisar os Balanços Sociais dos bancos no Brasil**.

Para a consecução desse objetivo geral propõem-se, como **objetivos específicos: identificar** as semelhanças e peculiaridades dos balanços sociais apresentados pelas instituições bancárias; **levantar** as linhas seguidas pela Febraban na elaboração do Balanço Social dos Bancos, e **buscar estabelecer** o conceito de balanço social aplicado pelo sistema bancário.

1.3 METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa foi documental. Utilizou-se também de questionários e entrevistas como instrumentos de levantamento de dados.

O Universo foi composto pelos 50 maiores bancos, por ativos totais, que operaram no País no ano 2000, conforme divulgação realizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), o que representava cerca de 96% de todo o sistema bancário¹⁰, conforme Anexo A.

A amostra foi formada pelas instituições que publicaram seu “Balanço Social”, referente ao exercício do ano 2000, composta por nove bancos: Banco do Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Santos S.A., BankBoston Banco Múltiplo S.A., Caixa Econômica Federal e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A..

¹⁰ “Bancos”: compreendeu, no levantamento feito pelo Bacen, o sistema bancário, composto de conglomerados bancários e instituições bancárias independentes.

O primeiro contato para a coleta dos dados junto aos bancos foi realizado por via telefônica. A cada um daqueles que declararam ter publicado seu Balanço Social naquele exercício, foi feita uma solicitação formal, por *e-mail*, conforme Anexo B, para que a instituição respondesse a um “questionário”, Anexo C, e disponibilizasse todos os balanços sociais (BS) já publicados, juntamente com os balanços patrimoniais (BP), os relatórios da administração (RA), as notas explicativas às demonstrações contábeis e as demonstrações do valor adicionado (DVA). Entrevistas foram realizadas com representantes do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal, utilizando-se como roteiro as indagações exaradas no questionário.

Outrossim, procedeu-se uma análise nos questionários respondidos, com vistas a subsidiar o entendimento dos elementos expostos nos respectivos balanços sociais.

Por outro lado, estudou-se o “Balanço Social dos Bancos” publicado pela Febraban – exercícios de 1993 a 2000, objetivando levantar as linhas seguidas na elaboração daquele documento que consolida as informações do sistema bancário.

2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA

No presente capítulo, pretende-se estudar as diversas abordagens que têm sido feitas nas últimas décadas sobre a questão da responsabilidade social das organizações. Tal tema vem ganhando evidência, em especial pelo surgimento das grandes corporações transnacionais, fruto de fusões e aquisições, e pelo acirramento concorrencial no mercado mundial, possivelmente fruto do efeito da chamada “globalização”¹¹.

Muito do que se vivencia no presente pode ser compreendido como resultante de um processo histórico. É inerente ao ser humano a busca de seu bem-estar, mesmo em detrimento de seu semelhante ou em prejuízo de gerações futuras. Ao Estado cabe, dentre suas tarefas, tentar conciliar interesses conflitantes dos diferentes atores sociais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, mantendo a ordem estabelecida e preservando o bem-comum.

Percebe-se que a conjunção de diversos fatores tem provocado mudanças conjunturais, a velocidades nunca vistas pelos povos. A explosão vertiginosa do conhecimento lança dúvidas sobre verdades já consagradas pelas ciências. A cultura, valores e hábitos transformam-se, forçando o ser humano a adaptar-se a este novo estado de coisas. Questionar, duvidar e inquirir são verbos que se conjugam com mais frequência.

Constata-se que o papel exercido pelos atores sociais, sejam empresas, Estado ou sociedade civil, está em constante mutação, acompanhando a dinâmica da própria sociedade.

Borger (2001, p. 17) comenta sobre os impactos provocados pelas atividades das empresas no meio onde se instalam, em especial as grandes empresas, e sobre os questionamentos lançados pela sociedade acerca da postura e papel delas na solução de

¹¹ Ottone (2002, p. 102) observa que “o processo de globalização engloba a geração de uma economia caracterizada pela extensão, sem precedentes, dos mercados financeiros, a importância crescente do mercado internacional, a produção cada vez maior de bens e serviços, mediante o recurso a empresas transnacionais, e a globalização das atividades científicas e tecnológicas”.

problemas de natureza social e ambiental.

O comportamento da sociedade organizada parece indicar que deveria existir uma correlação direta entre o poder das empresas e sua responsabilidade na solução de problemas sociais da comunidade, uma vez que elas se desenvolvem a partir de elementos retirados da própria sociedade – patrimônio público, no dizer de Iudicibus *et al.*(2000, p. 31).

Mattar (2000, p. 8), relatando acerca do forte deslocamento de poder da mão do Estado para as empresas, cita que, em 1997, o faturamento das cinco maiores empresas americanas foi equivalente ao PIB de oito países¹². Acrescenta que essa redução de poder, conjugada à diminuição da ação social do Estado, aumenta a responsabilidade social das empresas e do investimento social privado na minoração das injustiças sociais do mundo mais pobre e das próprias relações entre os países mais ricos e mais pobres.

Por outro lado, matéria divulgada pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 12.08.2002, apresentando uma comparação entre o valor adicionado pelas maiores corporações transnacionais e o PIB dos países, concluiu que das 100 maiores entidades econômicas do mundo, 29 são empresas, sendo que as duas maiores companhias, a Exxon Mobil e a General Motors, chegam a superar a economia do Peru.¹³

Não é difícil de se imaginar que corporações com esse peso possam vir a ser indutoras de mudanças no cenário geopolítico mundial - possibilidade que não pode deixar de causar certa preocupação aos governantes e cidadãos comuns. Se o Estado, por meio do ordenamento jurídico vigente, dá margem a que se formem grandes organizações, deve também prover salvaguardas e exigir reciprocidades dessas empresas, de forma tal que o poder econômico não solape os direitos e garantias dos mais fracos; pelo contrário, promova uma distribuição de riqueza mais justa e a

¹²Brasil, Argentina, México, Chile, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador.

¹³ Naquele estudo definiu-se “valor adicionado” como a soma de salários, lucros antes dos impostos, depreciação e amortização.

melhoria na qualidade de vida de todos os cidadãos.

Segundo Veloso (2002, p. 53-54), reconhece-se o processo de reestruturação de atribuições por que passam o Estado, a sociedade civil e as organizações, tendo “como um de seus efeitos principais o maior interesse das empresas em se tornarem socialmente responsáveis perante os contextos socioculturais em que se inserem, ocupando espaços na sociedade antes preenchidos somente pelo Estado ou pela sociedade civil (como área de atuação social nas comunidades)”. Supõe-se que tal interesse tem um componente fortemente econômico, na busca da construção de uma “imagem” que tem “preço” no mercado, aliado ao maior grau de conscientização da própria sociedade.

Chanlat (1992 apud VENTURA, 1999, p. 24) afirma que se as organizações não demonstrarem preocupação com os problemas da coletividade, terão que responder mais cedo ou mais tarde por essa omissão.

Por outro lado, acrescenta o Instituto Ethos (2001) que a lógica do lucro inclui, hoje, a lógica da responsabilidade social. Como se observa, a empresa, nos dias atuais, está sendo levada a incorporar em suas atribuições além da geração de lucro - considerada fundamental por Friedman (1977, p. 116) - a preocupação com o social. Essa “nova” empresa tem sido chamada de “empresa socialmente responsável”.

Apurando-se as causas desse novo enfoque, pode-se avaliar se esse movimento é temporário ou se representa uma efetiva mudança de paradigma nas organizações.

Cardoso e Ashley (2002, p. 7) afirmam que:

“Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.”

Veloso (2002, p. 53) pontua como atitudes e atividades que as organizações necessitam desenvolver com vistas ao atingimento da responsabilidade social

corporativa:

- “preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/*stakeholders* envolvidos (entendidos da maneira mais ampla possível);
- promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;
- respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;
- maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente”.

O conceito de “Responsabilidade Social” tem sido formado por expectativas que se criam em torno daquilo que se espera ser atribuição de uma organização, a despeito dos objetivos primários que nortearam seu surgimento. O mercado, a mídia e os *stakeholders* demandam ações e posturas condizentes com esses anseios. À empresa, resta a criatividade para adaptar-se a esse novo mercado, que se acha em constante mutação.

Por sua vez, Borger (2001, p. 72) acrescenta que “a Responsabilidade Social deve ser vista como parte da cultura, da visão e dos valores da empresa, requer uma filosofia e um compromisso articulados na afirmação da missão, manual dos empregados, *marketing* e comunicação com todos”.

Não é de todo improvável que o desenvolvimento das atitudes e atividades acima enumeradas venha a provocar choques com práticas e culturas arraigadas no seio da organização, demandando de seus gestores um monitoramento constante na busca de soluções desses conflitos. Se mudanças são necessárias no pensar da organização como um todo, as ações para implementá-las devem ser estruturadas, planejadas e avaliadas continuamente, para se evitar retrocesso, retrabalho e choques desnecessários, tendo no diálogo, na troca de idéias, um aliado em prol do sucesso dos investimentos.

No dizer de Michalos (1997 apud BORGES, 2001, p. 34) a

Responsabilidade Social dobra-se a múltiplas exigências, tais como:

“relações de parceria entre clientes e fornecedores, produção com qualidade ou adequação ao uso com plena satisfação dos usuários, contribuições para o desenvolvimento da comunidade; investimentos em pesquisa tecnológica, conservação do meio ambiente mediante intervenções não predatórias, participação dos trabalhadores nos resultados e nas decisões das empresas, respeito ao direito dos cidadãos, não discriminação dos gêneros, raças, idades, etnias, religiões, ocupações, preferências sexuais, investimento em segurança do trabalho e em desenvolvimento profissional.”

No País, nos idos de 1965, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil, por meio de sua "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa" apontou como uma das causas das crises e tensões no mundo contemporâneo o fato de que:

"as instituições econômico-sociais vigentes se afastaram dos princípios cristãos e das exigências da justiça social; de que os antagonistas de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorrem, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena das suas responsabilidades sociais".(grifo nosso)

Historicamente, diversos autores colocam a França como pioneira em termos de legislação para apurar a responsabilidade social das organizações. No entanto, observa-se que, no Brasil, a instituição da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 1975, se constituiu, de fato, numa norma de cunho social, com o objetivo de suprir a necessidade de controle da atividade trabalhista no País e ainda o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.¹⁴

Uma crítica que se faz à RAIS é que seus indicadores sociais são bastante limitados e não são disponibilizados para os empregados das entidades ou para as suas

¹⁴ A RAIS é um documento que deve ser entregue por todos os empregadores, foi estabelecida pelo Decreto no. 76.900, de 23.12.75.

associações de classe (FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p. 102). Santos (1999, p. 32) acrescenta que as transformações sociais ocorridas nos últimos vinte anos já estão a exigir um novo conjunto de informações.

Há de se atentar que a RAIS visou atender a uma necessidade precípua do Estado para o direcionamento de suas políticas ligadas ao emprego e à renda. Hoje têm surgido outros interessados na avaliação da relação capital-trabalho que não pode ser suprida por aquele demonstrativo, cujas informações permanecem restritas ao governo.

Segundo Ana Maria Peliano, socióloga do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “as companhias brasileiras tornaram-se mais pró-ativas socialmente nos anos 90, quando cresceu no país a percepção de que cada segmento da sociedade tem de contribuir para a melhoria do bem-estar social”. E acrescenta: “o engajamento das empresas ainda reflete a abertura democrática e a mobilização social intensa no país nas últimas duas décadas” (DEMARCHI, 2001).

Constata-se que, se há dificuldades a superar, a união de esforços do setor privado com o Estado e com a comunidade em geral poderá reverter prognósticos sombrios e, paulatinamente, alterar a situação caótica em que muitos vivem, lançando esperanças sobre um futuro melhor.

Percebe-se que as empresas estão enfrentando novos desafios para se manterem atuantes no mercado, como é bem frisado no Relato Setorial nº 2, do BNDES:

“Especialmente nos países mais desenvolvidos, as empresas enfrentam, crescentemente, novos desafios impostos pelas exigências dos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações e regras comerciais que demandam, por exemplo, proteção ambiental, produtos mais seguros e menos nocivos à natureza e o cumprimento de normas éticas e trabalhistas em todos os locais de produção e em toda a cadeia produtiva.”(BNDES, 2000) (grifo nosso)

Segundo a pesquisa “Responsabilidade social das empresas – Percepção do consumidor”, de iniciativa do Jornal Valor, do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e do Indicador Opinião Pública, realizada em 2001, 75% dos brasileiros

debateram o comportamento ético e social das empresas naquele ano, sendo que 23% o fizeram diversas vezes, 31% algumas e 11% pelo menos uma vez¹⁵ (ROSEMBLUM, 2001).

Se o consumidor começa a debater sobre o comportamento ético das empresas e se ele tem poder de boicotar aquelas consideradas socialmente irresponsáveis, será natural esperar-se uma postura reativa do empresariado, desejoso de manter-se num mercado de competição acirrada, na tentativa de atender aos reclamos desse consumidor.

Encontra-se no “Livro Verde”, editado em julho de 2001 pela Comissão das Comunidades Europeias, que:

“É cada vez maior o número de empresas europeias que promovem estratégias de responsabilidade social como reacção a diversas pressões de natureza social, ambiental e económica. Pretendem, assim, dar um sinal às diversas partes interessadas com as quais interagem: trabalhadores, accionistas, consumidores, poderes públicos e ONG. Ao procederem desta forma, as empresas estão a investir no seu futuro e esperam que este compromisso voluntário contribua para um aumento da sua rentabilidade [rentabilidade].”¹⁶(grifo nosso)

Observa-se que o processo de pressão social sobre as empresas tem características globais e as está conduzindo a adotar essa nova postura de “empresa socialmente responsável”.

O Ipea realiza um levantamento a nível nacional – “A Pesquisa Ação Social das Empresas”, por região geográfica, iniciado em 1999, tentando montar um retrato da ação social das empresas no País, tendo completado o estudo nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Os resultados até então obtidos permitiram tirar as seguintes conclusões:

a) as ações sociais privadas têm maior destaque na região Sudeste (67%),

¹⁵ Trabalhou-se em nove regiões metropolitanas e foram entrevistadas 1.002 pessoas, com idades entre 18 e 74 anos. Detalhes sobre a metodologia da pesquisa constam na matéria de Célia Rosemblum.

¹⁶ O texto transcrito encontra-se em Português de Portugal.

seguida da Nordeste(55%) e da região Sul (46%);

b) a atuação social é preponderante nas empresas de maior porte;

c) o percentual de empresas que nada fazem pelo social no Sudeste é de 16%, sendo que no Nordeste e Sul tais percentuais são de 19% e 34%, respectivamente;

d) os gastos em relação ao PIB regional foram de 0,6% no Sudeste e de 0,2%, tanto no Nordeste quanto no Sul;

e) o Nordeste é a região onde se verifica a maior intenção em se expandir a ação social;

f) é pequena a utilização de incentivos fiscais nas três regiões;

g) as atividades de assistência social são predominantes nas três regiões;

h) no Nordeste e no Sul, o atendimento é mais voltado para a comunidade em geral (80% e 70%, respectivamente). Já no Sudeste a atenção dirige-se mais para o público infantil (63%);

i) é ainda baixa a participação dos empregados nas atividades sociais encetadas pelas empresas;

j) pouco se divulga, por algum meio de comunicação, das ações sociais realizadas; e

k) relativamente à avaliação pelas empresas de suas ações, o trabalho comparativo concluiu que “podem estar ocorrendo, eventualmente, no âmbito do setor privado, problemas assemelhados aos que historicamente são atribuídos a atuação do Estado no campo social: superposição e fragmentação das ações, que acarretam desperdício de recursos e a conseqüente redução na eficiência e eficácia das ações”.

A primeira evidência que se observa na pesquisa acima citada é a de que “o social” é visto e trabalhado diferentemente nas regiões estudadas, dando idéia de que o contexto onde as empresas estão inseridas, de alguma forma, induz e norteia as ações do empresariado.

Para se analisar os resultados deve-se também ter presente que o conceito de ação social empresarial usado pelo Ipea abrangeu qualquer atividade, desde pequenas

doações, que as empresas realizaram para atender às comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social, dentre outras, até projetos de porte bem estruturados.

A fraca divulgação das ações e o pouco envolvimento dos empregados constatados podem denotar que é incipiente a formação de uma cultura de responsabilidade social nas regiões pesquisadas e de que as decisões de investimento são calcadas na posição individual dos proprietários, possivelmente motivadas por questões religiosas, como salienta Veloso (2002, p. 55).

O surgimento de institutos e fundações interessados em estudar e divulgar a responsabilidade social corporativa, congregando grandes empresas, denota a importância que tem sido atribuída ao tema.¹⁷

Constata-se que as empresas, além de cumprirem suas obrigações legais, estão “voluntariamente” dispendo-se a atender as comunidades que as cercam na solução de questões até então deixadas a cargo do Estado como educação, saúde, assistência social etc.

Por outro lado, Ioschpe (2000, p. 18) aponta que o voluntariado empresarial contribui na melhoria da imagem institucional, no relacionamento do funcionário com a empresa, na qualidade de vida da comunidade atendida, na relação da organização com a comunidade e no desenvolvimento pessoal e profissional do funcionário.¹⁸

Pelo testemunho de Ioschpe, percebe-se que o voluntariado empresarial conduz a um jogo de ganha-ganha; por um lado as empresas se fortalecem e por outro a comunidade é melhor assistida em suas necessidades, além de se promover a auto-estima dos funcionários.

Grisaffe (2000, p. 23), doutor em Psicologia Social com ênfase em Métodos de Pesquisa e Estatística, comenta acerca de um estudo realizado por Maignan, Ferrel e Hult, em 1999, que concluiu que as ações de cidadania empresarial de uma

¹⁷ Ibase, Insituto Ethos, Fides, Gife etc.

¹⁸ Veja também em Conjuntura Econômica “Responsabilidade social. Vale a pena investir?”, fev de 2002, p.29.

companhia levam a um maior comprometimento para com a organização, numa correlação considerada alta, de 0,8. Acrescenta também que, em uma pesquisa empírica realizada pela empresa *Walker Information* em parceria com o *Council on Foundations* chegou-se à conclusão de que quanto mais cientes das ações sociais das empresas estiverem as pessoas, mais eficácia e também mais sintonia elas vêem nessas iniciativas, em relação à identidade da empresa, o que contribui para índices de percepção maiores sobre o investimento social privado.

Os achados nos estudos abordados por Grisaffe servem para corroborar a hipótese de que investir no social é uma decisão que produz retorno para a entidade, seja no fortalecimento de sua imagem, seja no maior comprometimento dos colaboradores na condução do empreendimento.

A organização que se tem voltado para o social, de forma consciente e consistente, não deve temer expor suas realizações perante seus públicos, mas incorporá-las à sua imagem.

Dar ciência ao mercado do que a empresa tem realizado é uma atribuição normalmente afeta a área de *marketing*. Rocha (2000, p. 31) comentando acerca do *marketing* social assevera que esta ferramenta deve ser um vetor de mudança da sociedade, podendo “agregar valor para a empresa como uma consequência da atuação social da organização, mas não deve ser focado na busca imediata de benefícios para ela própria”.

Utilizar-se das ações sociais como instrumento de *marketing* é uma decisão da organização, que deve avaliar se tal postura macula ou beneficia sua imagem perante a opinião pública e se a ocasião é propícia para fazê-lo.

Registra Scharf (2001), na matéria “Balanço social identifica empresas”, que o atual engajamento das empresas nacionais com a responsabilidade social impressionou os dirigentes da *Global Reporting Initiative (GRI)* por ocasião de um evento sobre balanço social promovido pelo Instituto Ethos, em São Paulo.

“No cenário empresarial gestões voltadas para o desenvolvimento de programas sociais se transformaram em uma questão estratégica, tão importante para o desempenho das empresas quanto os resultados financeiros de seus relatórios anuais. Adotar o conceito de boa cidadania corporativa – ou de responsabilidade social – é consequência imediata dos anseios do mercado, que ao longo da última década vem exigindo mudanças no modo como as corporações fazem negócios e se relacionam com o mundo.”(BOUDON, 2002, p. 31)(grifo nosso)

Com vistas a auxiliar o empresariado na avaliação do grau de comprometimento de suas organizações, relativamente à responsabilidade social, e como evidenciá-lo ao mercado, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social elaborou as publicações “Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Empresarial”, e “Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial”. Instrumentos desse tipo permitem que o empresário, de forma objetiva, verifique a *performance* da empresa e, se for conveniente, redirecione suas estratégias de ação.¹⁹

O mercado de capitais mundial, atento ao interesse de investidores preocupados com a condução das questões sociais e ambientais por parte das empresas, criou vários fundos de aplicação, com carteiras formadas apenas por empresas consideradas socialmente responsáveis.

De acordo com Seabra (2001) e Camba (2001), no Brasil, o *ABN Amro Bank* lançou o primeiro fundo de ações brasileiro que incorpora critérios sociais, ambientais e de governança corporativa no processo de seleção dos papéis.

Segundo Scharf (2001), pesquisa realizada pelo *Finance Institute for Global Sustainability (FIGS)* revela que três quartos dos fundos que favoreceram empresas social e ambientalmente corretas tiveram no ano 2000 desempenho superior à média. No entanto, John Ganzi, um dos autores do estudo e diretor do *FIGS*, diz que ainda não existe uma série histórica que comprove definitivamente a correlação entre ética e lucro.

Por outro lado, encontra-se no “Livro Verde” a seguinte abordagem sobre o

¹⁹ Veja: “Aplicação de modelos de responsabilidade social à realidade brasileira” (QUEIROZ, 2002)

desempenho desses tipos de fundos:

“Os índices sociais dos mercados de valores constituem indicadores úteis para demonstrar o impacto positivo da seleção social em matéria de resultados financeiros: desde o seu lançamento, em Maio de 1990, o Domini 400 Social Index superou o S&P 500 por uma margem superior a 1% em termos de rendimento total anualizado e considerando um ajustamento de riscos, enquanto o Dow Jones Sustainable Index cresceu cerca de 180% desde 1993, contra os 125% do Dow Jones Global Index no mesmo período.” (grifo nosso)

Segundo o diretor do Unibanco, Pedro Bastos, nos Estados Unidos, o investimento social responsável movimentou a cifra de US\$ 2,16 trilhões, considerando-se aí as aplicações de fundos de pensão, investimento e carteiras administradas (CARO e CAMBA, 2001).²⁰

Constata-se que não são conclusivos os estudos que tentam buscar uma correlação entre ética e lucro. Por outro lado, percebe-se que há pessoas desejosas de aplicar seus recursos em empresas consideradas socialmente responsáveis. Essa constatação, certamente está sendo considerada por aqueles que detêm poder decisório nas organizações.

Lucca (2001) comenta que “a convergência entre metas econômicas e sociais é um atributo para o sucesso das empresas no novo milênio; delas deve emergir o modelo fiel e dinâmico de cidadania que precisa permear os diversos segmentos da sociedade”.²¹

Em agosto de 2001 realizou-se, pela Comissão Técnica de Balanço Social da Abamec – São Paulo, uma pesquisa com 331 entrevistados junto à comunidade de analistas e investidores, com o objetivo de diagnosticar a posição dos agentes do mercado em relação às informações de natureza social utilizada para análise das companhias e subsidiar a linha de atuação da Comissão. Listam-se, a seguir, algumas das conclusões apresentadas por esse trabalho: 41% dos analistas levam em consideração as informações de natureza social em todas as suas análises e 84% as

²⁰ Veja: “Corporate Social Audit – This Time Around” (JOHNSON, 2001) e “A Special-Purpose Taxonomy of Corporate Social Performance Concepts” (STONE, 2001).

²¹ Elcio Anibal de Lucca à época era presidente da Serasa S.A.

levam em consideração pelo menos em metade de suas análises; a Educação e Meio Ambiente são considerados muito importantes por 62% e 47% dos entrevistados, respectivamente; e, 85% consideram que as ações sociais internas são levadas em conta em suas análises, devendo ser reportadas ao mercado.²²

Se analistas e investidores de mercado no Brasil estão considerando em suas avaliações as ações sociais das empresas, isso demonstra que a atuação nessas áreas está sendo valorizada, fato que não deverá ser desprezado pelos demandadores de capital.

Outra indicação que demonstra o interesse do mercado pela matéria deste capítulo está consubstanciada na III Pesquisa de Responsabilidade Social empreendida pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB, em 2001, cujos resultados foram: 88% das empresas desenvolveram projetos de ações sociais voltadas para a comunidade; 65% incentivaram a participação de funcionários-voluntários; 97% afirmaram que a responsabilidade social faz parte da visão estratégica nas suas decisões; 98% disseram que a alta administração participa dos projetos de responsabilidade social; 81% das organizações divulgam suas ações sociais. No entanto, 77% não publicam o Balanço Social.²³

Comparando os resultados da investigação acima com os do levantamento realizado pelo Ipea, anteriormente comentado, encontra-se uma aparente divergência nos achados, relativamente à “divulgação das ações sociais”. Uma das possíveis causas de tal divergência pode ser atribuída aos distintos universos trabalhados.

No capítulo 3 será estudado o “Balanço Social”, que é um dos instrumentos utilizados pelas entidades para evidenciar sua responsabilidade social.

²² Dados recebidos por e-mail, em 06.02.02, encaminhado por Roberto Sousa Gonzalez, da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec) - SP. Veja também matéria em Valor: “Ações desprezam zelo social de S.A” (CAMBA, 2001).

²³ Das 3.910 empresas pesquisadas (novembro e dezembro/2001), 2.330 responderam à Pesquisa (49% de grande porte, 42% de médio e 9% de pequeno porte).

2.1 SOBRE OS BANCOS: IMPORTÂNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A seguir, apresenta-se uma visão geral do Sistema Financeiro Nacional, com ênfase sobre os bancos, mostrando sua importância e responsabilidade que assumem no cenário brasileiro. Registram-se também colocações de autoridades internacionais mostrando a relevância desses intermediários financeiros.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formalmente composto, de acordo com o disposto na lei 4.595/64, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (Bacen), pelo Banco do Brasil S.A. (BB), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelas demais instituições financeiras públicas e privadas.

A referida lei estabelece em seu artigo 17 que:

“Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

Assaf Neto (2001, p. 67) classifica as instituições financeiras em “bancárias ou monetárias” e “não bancárias ou não monetárias”. As instituições bancárias operam predominantemente com ativos financeiros monetários que representam os meios de pagamento da economia.

O Conselho Monetário Nacional tem como membros o Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de presidente, o Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e o Presidente do Banco Central do Brasil. O CMN é um órgão normativo, sem funções executivas, sendo responsável pela fixação de diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial, cabendo ao Banco Central a execução dessas políticas.

É da competência do Bacen a expedição de normas gerais de contabilidade e

estatística, por delegação do Conselho Monetário Nacional.²⁴

Além do Bacen, atuam como órgãos de regulação e fiscalização do SFN a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

No Anexo D encontra-se um quadro-resumo dos participantes do SFN, indicando-se sua vinculação aos respectivos órgãos de regulação e fiscalização.

Niyama e Gomes (2000, p. 25) esclarecem que o modelo de sistema financeiro adotado no País pela lei 4.595/64, composto por instituições especializadas, sofreu forte influência do modelo norte-americano, “sendo cada segmento identificado de acordo com o objetivo precípua das destinações dos recursos captados:

crédito de curto e curtíssimo prazo: Bancos Comerciais, Caixas Econômicas, Cooperativas de Crédito, Bancos Múltiplos com carteira comercial;

crédito de médio e longo prazos: Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Caixas Econômicas, Bancos Múltiplos com carteira de investimento ou desenvolvimento;

crédito ao consumidor: Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras) e Bancos Múltiplos com carteira de crédito, financiamento e investimento;

crédito habitacional: Caixas Econômicas, Associações de Poupança e Empréstimo, Companhias Hipotecárias, Sociedades de Crédito Imobiliário e Bancos Múltiplos com carteira de crédito imobiliário;

intermediação de títulos e valores mobiliários: Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Bancos de Investimento e Bancos Múltiplos com carteira de investimento;

arrendamento mercantil: Sociedades de Arrendamento Mercantil e Bancos Múltiplos com carteira de arrendamento mercantil”.

Baseado nos mesmos autores (2000, p. 30-37) permite-se que se desenhe a seguinte estrutura para o Sistema Financeiro Nacional:

²⁴ Tal competência foi delegada em reunião do CMN de 19.07.78, como consta no COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) – 1-2-1.

- a) Instituições Financeiras Bancárias (ou Monetárias): Bancos Comerciais e Cooperativas de Crédito;
- b) Instituições Financeiras não Bancárias (ou Não Monetárias): Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Sociedades de Arrendamento Mercantil (*leasing*), Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (financeiras);
- c) Bancos Múltiplos;
- d) Sistema Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários: Bolsas de Valores; Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;
- e) Agentes Especiais: Banco do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco da Amazônia S.A.; e Caixa Econômica Federal.

O sistema financeiro nacional é predominantemente bancário, uma vez que só este setor reúne mais de 90% do total de ativos do sistema. Tal setor é também altamente concentrado, sendo as dez maiores instituições bancárias responsáveis por cerca de 70% desses ativos (ANDIMA, 2001, p. 32).

Fortuna (1999, p.8) aponta que os bancos estão firmemente arraigados no cenário econômico-financeiro-social do País, atuando como prestadores de serviços, como agentes reguladores do mercado financeiro, como intermediadores na movimentação de valores ou mesmo como absorvedores de mão-de-obra, com centenas de milhares de funcionários.

Por outro lado, Assaf Neto (2001, p. 31) afirma que “o objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico pelos países elevou a importância do papel do sistema financeiro, por meio principalmente de seu aporte de liquidez ao mercado e oferta diversificada de recursos para financiamento”.

Zeegers (2001, p. 153-154) abordando sobre a responsabilidade social dos bancos lembra que tais instituições têm objetivos econômicos e que o valor adicionado social alcançado por seus serviços financeiros prestados não é desprezível; que sem um sistema bancário com alta performance muitas iniciativas de interesse social não

poderiam ser implementadas. Comenta que a acirrada competição que se trava no setor é a melhor forma de se ter serviços de qualidade. Acrescenta que, dada a sua importância social e econômica, justifica-se um controle rígido exercido pelas autoridades públicas em suas atividades.²⁵

Schuster (2001, p. 158-160) afirma que os bancos são instituições quasi-públicas, devido a suas funções específicas, sendo que muitas vezes assumem posição de autoridade em nome do governo, seja recolhendo impostos e repassando ao Tesouro, seja levantando suspeitos de lavagem de dinheiro. Registra que há muito preconceito em relação aos os bancos, em especial quando se afirma que eles lucram em demasia.

Alguns consideram, como aponta Zeegers (2001, p. 156), que os bancos deveriam, com os recursos que dispõem, ser instrumentos de mudanças na sociedade, agindo eticamente, favorecendo negócios que beneficiem as comunidades e rejeitando aqueles que venham a prejudicá-las; embora não se possa atribuir a eles o papel de árbitro das escolhas da sociedade que muitas vezes são controversas; cita também que os banqueiros deveriam atentar em suas transações tanto a letra quanto o espírito das leis, lembrando, por outro lado, que os mesmos não devem interferir nos negócios privados de seus clientes.

Os bancos atuam, basicamente, como captadores de recursos, com o objetivo de que sejam repassados aos tomadores de crédito. Seus procedimentos promovem o aumento da eficiência e da eficácia do sistema produtivo, pois são disponibilizados recursos ao mercado que, sem essas instituições, seriam de difícil arrecadação e comercialização. Essa atuação implica numa melhor utilização do capital como fator de produção. Silva, J. (2000, p. 30-31) destaca, dentre outras, como vantagens nos papéis exercidos por esses intermediários financeiros a adequação dos interesses dos poupadores e dos tomadores quanto a volumes e prazos, além da redução do risco das operações financeiras, uma vez que os mesmos são especialistas em avaliação e

²⁵ Jacques Zeegers era, à época, Secretário Geral da *Belgian Banker's Association*.

acompanhamento de ativos financeiros.

Uma outra característica dessas instituições é que elas se relacionam praticamente com todos os setores de atividades, sendo responsável, também, pela administração de boa parte da economia. Copeland (2000, p. 8) informa que, na Alemanha, apesar de os bancos possuírem apenas 8,2 % das ações em circulação, eles administram 50% de todos os direitos de voto das empresas. Já no Japão, 78,1 % das ofertas líquidas de recursos de terceiros para empresas industriais são oferecidas por instituições financeiras privadas.

Schuster (2001, p. 161-163) salienta que as instituições bancárias há muito não concentram suas atividades visando apenas o interesse dos proprietários, do mercado e de seus clientes, mas também têm atentado para o ambiente social onde se inserem. Acrescenta que hoje os custos sociais são apenas parcialmente registrados e dificilmente disponibilizados para cálculos e controles; sugere que os custos provenientes da responsabilidade social sejam mensurados para servir de *rating* e como *benchmarking*.

Pelo fato de os bancos acolherem os depósitos de grande parcela das disponibilidades das empresas e das famílias, um desequilíbrio nesse setor tende a provocar um efeito desestabilizador em cadeia, afetando a todos os outros agentes econômicos, como bem comentou Saunders (2000, p. 79); daí a sensibilidade que deve possuir o setor bancário na gestão apropriada dos recursos de terceiros.

Puga (1999) ressalta acerca da importância da credibilidade e do grau de desenvolvimento do sistema financeiro para o crescimento de um país e registra o seguinte comentário de Alan Greenspan, no início de 1998, sobre os desdobramentos da crise asiática: “é a falta de liquidez ou a insolvência do sistema bancário que transformam aparentes pequenos desequilíbrios na economia em uma situação de crise”.

Giuseppi (2000, p. 186-187) realizou um estudo sobre as práticas negociais e políticas sociais e ambientais dos bancos europeus, tomando por base os seguintes pontos: Empréstimos responsáveis; Práticas no ambiente de trabalho; Boas práticas em

suas propriedades; Ética nos negócios; Iniciativas na comunidade; Práticas no ambiente de trabalho, no exterior; Postura sobre meio ambiente; *Disclosure*; e Responsabilidade no financiamento do comércio para países em desenvolvimento e perdão de dívida.²⁶

O resultado daquela pesquisa permitiu levantar o “Banco Modelo de Melhores Práticas”, cujas características são apresentadas no Anexo E.

Giuseppi também comenta que, pelo fato de um banco seguir tais práticas não significa que não venha a gerar lucros, como ficou constatado nas empresas que incorporaram algumas delas. Afirma que poderá ser necessária uma auto-regulação pelo setor bancário europeu ou uma normatização pela União Européia, com vistas a se criar um padrão mínimo a ser seguido pelos bancos. Conclui dizendo que a adoção daquelas práticas e de medidas proativas em direção ao desenvolvimento sustentável permitirão que os bancos mantenham sua posição na sociedade, cujas expectativas evoluem rapidamente.

Depreende-se, pelo estudo de Giuseppi, que existe envolvimento por parte das instituições bancárias européias, em graus variados, adotando práticas que demonstram uma preocupação em atender seus diversos *stakeholders* de forma ética e transparente, objetivando um desenvolvimento sustentável.

A *Financial Institutions Initiative (FII)*, fundada em 1992, ligada ao Programa das Nações Unidas para o Ambiente (*UNEP*) lançou uma Declaração Internacional sobre o compromisso com o desenvolvimento sustentável que contava em 1998 com mais de 100 adesões por parte de instituições financeiras, chegando em março de 2001, a 171 instituições de 46 países.

Por outro lado, o Centro Latino-Americano para Competitividade e

²⁶ Mais de 70 bancos estavam incluídos no universo, alguns envolvidos em processos de fusões. A taxa de resposta superou a 50%. Os melhores classificados na pesquisa: Den Danske Bank, A/S; Commerzbank AG; DG Bank; Hypo Vereins Bank; Alllied Irish Bank; Argentaria; Banco Central Hispanoamericano; Banco Bilbao Vizcaya; Bankinter SA; Banco Pastor SA; Lloyds TSB; Natinal Westminster; Royal Bank of Scotland. Demais bancos: Erste Bank der oesterreichischen Sparkassen AG; Banque Nationale de Paris; Dexia (Credit Local de France); Bank of Ireland Group; ABN Amro Holdings; Christiana Bank; BCP Banco Comercial Português; Credi Suisse; UBS (fusão com o Swiss Bank Corporation); e Barclays.

Desenvolvimento Sustentável (CLACDS) lançou o Guia de Eficiência Ecológica para Serviços Bancários objetivando fornecer aos banqueiros da América Latina “critérios analíticos e ferramentas de implementação que auxiliem no gerenciamento mais efetivo de riscos ambientais e sociais relativos às operações internas de seus bancos, às suas relações externas, aos seus produtos e serviços”.²⁷

Percebe-se que os bancos estão paulatinamente incorporando-se à vida das comunidades, concorrendo para a solução de problemas sociais e exercendo um papel relevante como intermediário das relações financeiras e negociais entre os diversos agentes econômicos, em seus ambientes nacional e internacional.

No estudo sobre o balanço social dos bancos no Brasil, no capítulo 4, poderá se perceber o nível de envolvimento das instituições bancárias, tanto nas questões sociais das comunidades quanto nas de seus funcionários.

²⁷ O Guia é uma adaptação das diretrizes para gestão ambiental em instituições financeiras da UNEP (Programa das Nações Unidas para o Ambiente).

3 A CONTABILIDADE E O BALANÇO SOCIAL

A história da Contabilidade é tão remota quanto a do próprio homem, como registra Iudícibus (2000, p. 30). O ser humano, desde os primórdios, concebeu sistemas para contar seu patrimônio e para verificar sua variação no tempo. Inicialmente, tendo a necessidade de registrar a quantidade de víveres disponíveis para a própria sobrevivência; num segundo momento, já vivendo em comunidades, passou a controlar os bens da tribo e suas relações de troca com outros grupos, ocasião em que as idéias de valor, de preço, de moeda e de poupança foram surgindo, viabilizando a mensuração da riqueza e a comparação de patrimônios.

As primeiras demonstrações contábeis surgiram na Idade Antiga, objetivando mostrar, comprovar e explicitar de forma lógica, organizada e sintética, os fenômenos patrimoniais (SÁ e SÁ, 1995, p. 143).

A era do descobrimento, impulsionada pelo desenvolvimento da arte da navegação; o surgimento das empresas de capital conjunto; a revolução industrial e o desenvolvimento do mercado de capitais com as sociedades anônimas impulsionaram a Ciência Contábil, passando de simples fornecedora de relatórios para fins de gestão, para grande fornecedora de informações financeiras a acionistas, credores, fornecedores e governo.

A Contabilidade é uma ciência nitidamente social e seu objeto de estudo é o Patrimônio das Entidades (CFC, 2001, p. 36).

Segundo Iudícibus (2000, p. 31) “o acompanhamento da evolução do patrimônio líquido das entidades de qualquer natureza constituiu-se no fator mais importante da evolução da disciplina contábil”.

A Contabilidade pode ser definida como “um Sistema de Informação e Avaliação cujo objetivo maior é fornecer informações úteis a seus usuários, de forma a apoiá-los na tomada de decisões de natureza econômica e financeira ou na formação de suas avaliações” (FIPECAFI e ARTHUR ANDERSEN, 1994, p. 39).

Constata-se que a informação contábil, ao longo do tempo, tem sido um dos

elementos chave na tomada de decisão de seus usuários, devendo possuir certos atributos, tais como confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade (CFC, 2001, p. 103).

A divulgação dessa informação apresenta-se sob diversas formas, como demonstrações contábeis, livros, planilhas, quadros, notas explicativas e documentos, dentre outras.

“As demonstrações financeiras representam o principal meio informativo da situação patrimonial dos resultados da empresa junto àqueles que tenham ou possam vir a ter interesse na avaliação da situação da empresa em determinado momento ou em seu progresso ao longo do tempo”²⁸ (FIPECAFI e ARTHUR ANDERSEN, 1994, p. 67). Tais demonstrações, de acordo com Kam (1990, p. 557) têm impacto social, tanto nas expectativas quanto no comportamento de muitas pessoas. Comumente, listam-se como interessados os proprietários, os gestores, o governo, os investidores, as instituições financeiras, os fornecedores, os clientes, os empregados e entidades da sociedade civil.

No País, as “demonstrações” exigidas pela lei das sociedades por ações são: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicações de recursos, e a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados²⁹.

O parágrafo 4º do artigo 176 dessa lei determina que as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2000) por meio da NBC T-3, de 14.12.90, assim conceitua as respectivas demonstrações:

²⁸ O Projeto de Lei no. 3741/00 altera a denominação da expressão “demonstrações financeiras”, constantes das leis no. 6.404/76 e 6.385/76, para “demonstrações contábeis”.

²⁹ De acordo com o artigo 176, da lei no. 6.404, de 15.12.76. Por outro lado, o artigo 186 estabelece que a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se a mesma for elaborada pela companhia.

“a) o balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da entidade;

b) a demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade;

c) a demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade; e

d) a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade”.

Embora não faça parte das demonstrações contábeis, a lei das S.A. exige que seja apresentado juntamente com tais demonstrações o “Relatório da Administração”, que deve conter informações sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos no exercício. Semelhante exigência é também feita pelo Banco Central para as instituições financeiras, determinando a publicação de todos esses documentos em jornal de grande circulação, na localidade em que esteja situada a sede da instituição³⁰.

Constata-se que muitas empresas privadas não divulgam suas demonstrações contábeis, pelos mais diversos motivos, inclusive pelo fato de não serem obrigadas por lei. A exigência de publicação recai, basicamente, sobre as sociedades por ações e as instituições financeiras. Ressalte-se que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são também obrigadas a divulgá-las³¹.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de seu Parecer de Orientação nº 15, de 28.12.1987, recomendou alguns procedimentos a serem

³⁰ Circular nº 2.804, de 11.02.98, do Bacen.

³¹ Inciso VII do art. 4º. da lei 9.790/99 e art. 11 do Decreto 3.100/99.

observados pelas companhias abertas³² na elaboração e publicação das “demonstrações financeiras”, do “relatório da administração” e do “parecer de auditoria”.

A título de recomendação e exemplo, o citado parecer lista alguns itens que sugerem-se constar no referido “relatório da administração”, tais como:

“Recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e ‘turnover’ nos dois últimos anos, segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais;

Proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado.”

Objetivando aperfeiçoar a qualidade da informação e divulgação das demonstrações contábeis, a mesma CVM, em seu Parecer de Orientação nº 24, de 15.01.1992, apoiou e estimulou as companhias a apresentarem a “Demonstração do Fluxo de Caixa” (DFC) e a “Demonstração do Valor Adicionado” (DVA).

Encontra-se em tramitação no Legislativo o projeto de lei nº 3.741/00, de iniciativa do Executivo, alterando dispositivos da lei nº 6.404/76, cujo anteprojeto foi elaborado pela CVM. Dentre as alterações constam a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a criação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

De Luca (1998, p. 49) esclarece que o conceito utilizado para a Demonstração do Valor Adicionado é o mesmo empregado pela Ciência Econômica para o cálculo do Produto Nacional³³. Também acrescenta (p.32) que essa Demonstração objetivou, desde o seu nascedouro, atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa, sendo esta

³² Companhia aberta: empresa que tem suas ações registradas na CVM e distribuídas entre determinado número de acionistas, que podem ser negociadas em bolsas de valores ou no mercado de balcão (art. 4º da lei 6.404/76).

³³ De Luca (1998, p. 37) registra que na Ciência Econômica o conceito de valor adicionado é obtido em função da Produção; na Ciência Contábil, em geral, utiliza-se o conceito de Vendas para obter-se o valor adicionado (riqueza criada) da empresa.

fortemente relacionada com o conceito de responsabilidade social.

Por outro lado, Iudícibus *et al.* (2000, p. 351) esclarecem que “o objetivo primário da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”.³⁴

"As informações sobre o fluxo de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a empresa produzir recursos de caixa e valores equivalentes e habilitar os usuários a desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa de diferentes empresas. Também aumenta a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional por diferentes empresas, porque elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos (IBRACON, 1997, p. 87-88)".³⁵

A DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa gerou em determinado período, ou seja, o quanto ela adicionou de valor pelo uso dos fatores de produção e de que forma essa riqueza foi distribuída entre os seus empregados, o governo, os acionistas, os financiadores e outros e também o montante retido na mesma.

Por meio dessa demonstração, acrescenta Santos (1999, p. 100-101), permitem-se levantar indicadores sociais importantes, fornecendo ao gestor público mais um elemento de decisão quando da análise sobre a concessão de benefícios para investidores nacionais e estrangeiros.

“O somatório do VA [valor agregado] de cada entidade representa a quantificação do PIB produzido em determinada atividade, região etc., ou ainda é um instrumento real para preparação metodológica do PIB de um país, estado ou município.” (KROETZ, 2000, p. 42)

³⁴ O PL 3.741/00 estabelece que a DFC indicará as alterações ocorridas no exercício no saldo de "caixa e equivalentes de caixa", segregadas em fluxos das "operações", dos "financiamentos" e dos "investimentos".

³⁵ Texto da Norma Internacional de Contabilidade – NIC 7, do IASB (*International Accounting Standards Board*), antigo IASC. Informações sobre o demonstrativo na Inglaterra (*Cash Flow Statements*) veja o *FRS 1*, revisado em 1996, do *Accounting Standard Board (ASB)*; nos Estados Unidos, veja o *FAS-95*, do *Financial Accounting Standards Board (FASB)*.

“A DVA, elaborada a partir dos registros da Contabilidade, portanto, com os padrões estabelecidos pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade, tem enfoque bastante diferente das demonstrações tradicionais. Mesmo sendo baseada nas informações da Demonstração de Resultados do Exercício – DRE -, não deve ser confundida com esta, pois a DVA tem conteúdo e abrangência mais socializados.” (SANTOS, 1999. p. 266)

O anteprojeto elaborado pela CVM (PL nº 3.741/00, do Executivo) menciona, na “Exposição Justificativa”, que a necessidade das companhias evidenciarem informações de natureza social e de produtividade cria a possibilidade de normatização do Balanço Social. Afirma que o conjunto formado pelo balanço social e pelas demonstrações contábeis representa o mais eficaz e completo instrumento de divulgação e avaliação das atividades empresariais, no seu sentido mais amplo.

Outra alteração prevista na lei 6.404/76 pelo PL mencionado acima estende às sociedades de grande porte as disposições relativas à publicação de demonstrações contábeis aplicáveis às companhias abertas, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente.³⁶ Tal dispositivo, se aprovado, abrirá as informações contábeis e financeiras das empresas de capital fechado para o grande público e analistas de mercado, o que representa uma conquista em termos de *disclosure* das demonstrações contábeis.

Para fins de facilitação do estudo da Ciência Contábil pode-se ramificá-la, como diz Kroetz (2000, p. 53), em várias especializações, como Contabilidade Gerencial, Industrial, Agrícola, Pública, Comercial, Social etc.

O objeto deste estudo, "Balanço Social", tem sido incorporado pelos pesquisadores dentro da Contabilidade Social. Tal termo, “Contabilidade Social”, é utilizado por economistas e contadores, apresentando, no entanto, conotações distintas.

Paulani e Braga (2001, p. 5), doutores em Economia, comentam que “a analogia da contabilidade social [dos economistas] com a contabilidade empresarial [dos contadores] deve resumir-se tão-somente à forma – como contas, balancetes e

³⁶ De acordo com o § 1º do artigo 3º do projeto considera-se "de grande porte" a sociedade ou conjunto de sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum que possuam, no exercício social anterior, ativo acima de R\$ 120 milhões ou receita bruta anual acima de R\$ 150 milhões.

lançamentos contábeis. Sua substância e seus objetivos são inteiramente distintos”.

Por outro lado, Kroetz (2000, p. 54), mestre em Contabilidade, registra que

“genericamente, a Contabilidade Social visa criar um sistema capaz de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade, de modo que, no final de cada exercício, ou a qualquer momento, se possa preparar informes, como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado”.

Paulani e Braga (2000, p. 22) acrescentam que “o que se convencionou chamar ‘contabilidade social’ não se reduz ao sistema de contas nacionais [contabilidade nacional], mas inclui outras peças-chaves como o balanço de pagamentos, as contas do sistema monetário e os indicadores sociais, como distribuição de renda e índice de desenvolvimento humano” .

Nos Estados Unidos da América, no início dos anos 50, registram Zadek *et al.* (1997, p. 17) que a idéia sobre auditoria social (*social auditing*), inicialmente levantada por Kreps em 1940, foi revigorada por Howard Bowen, argumentando que as companhias deveriam compreender melhor seu impacto social e que era necessário que surgissem auditores sociais (*social auditors*) que produzissem relatórios imparciais sobre a *performance* social e ética das corporações. Bowen, ao contrário de Kreps, advogava que tais relatórios seriam de uso interno, com fins gerenciais.³⁷

Os mesmos autores comentam que os distúrbios sociais nos Estados Unidos da América e na Europa nos anos 60 fomentaram uma onda de escritos e práticas incentivando a adoção pelo setor corporativo da contabilidade social e ética, numa perspectiva de que “no futuro” ter-se-ia acesso às *performances* sociais e éticas das empresas, da mesma forma que se tinha acesso à *performance* financeira.

Ventura (1999, p. 45) acrescenta que “como resposta às pressões sociais, a ‘auditoria social’, a partir dos anos 40, teve como finalidade identificar e quantificar

³⁷ Veja *Landmarks in the Evolution of the Social Audit*, em *Academy of Management Journal*, vol. 18, n. 3, setembro/75.

componentes da ‘responsabilidade social’, numa tentativa de medição para verificação da validade das ações”.

Por outro lado, Seidler *et al.* (1975, p. vii), avaliando sobre tais movimentos na comunidade norte-americana, quando questões como a *performance* social e econômica das instituições, a eficiência governamental e a qualidade de vida em geral se evidenciavam, julgam que a motivação do crescimento dessa onda de preocupação pode ser atribuída à provável combinação da desilusão com o fracasso do programa Guerra à Pobreza (*War on Poverty*), com os crescentes questionamentos sobre a ordem social, engendrados pelos ativistas contrários à Guerra da Indochina³⁸.

Registram também que aquele clima, juntamente com a não desprezível preocupação com a deterioração ambiental, ocasionou uma onda de interesse pela *social accounting* (“contabilidade social”) e pela *social accountability* (“responsabilização social”). Apontam que, no princípio, os contadores mantiveram-se afastados do tema, que os bons trabalhos sobre contabilidade social nos anos 60 foram realizados por economistas e que somente nos anos 70 a contabilidade social, feita por contadores, tornou-se moda (*fashionable*).

“Como guia geral, contabilidade social é a transformação e aplicação, por contadores, de habilidades, técnicas, preceitos e normas próprios da contabilidade convencional (gerencial e financeira) para análise e solução de problemas de natureza social”. (SEIDLER *et al.*, 1975, p. ix) (grifo e tradução nossos)

Zadek *et al.* (1997, p. 18-19) registram os seguintes dados históricos relacionados à contabilidade social: nos Países Baixos, Hoogovens, o maior produtor de aço, iniciou um balanço social em 1969 como parte de um acordo coletivo com os sindicatos, tal documento foi distribuído para todos os empregados e serviu de base para discussão sobre acordos salariais e condições de trabalho; na Suécia, em 1977, publicou-se um projeto para se desenvolver procedimentos de contabilidade social em

³⁸ A Guerra da Indochina tem sido comumente referida na literatura como Guerra do Vietnã. (SCHILLING, 2002) informa que: “na verdade, devido a sua irradiação, seria melhor dizer Guerra da Indochina, do qual o Vietnã é uma das partes”.

duas companhias manufactureiras; na Alemanha, em 1979, publicaram-se os resultados de uma pesquisa realizada por Dierkes sobre como os relatórios sociais estavam sendo usados pelas empresas. Apontam também que nos anos 80 houve um arrefecimento no desenvolvimento da contabilidade social, tomando novo impulso nos anos 90.

Tal arrefecimento, na apreciação de Johnson (2001), deveu-se ao desinteresse demonstrado pelo empresariado em promover voluntariamente auditorias sociais; o interesse maior se via nos ativistas sociais e na comunidade acadêmica; considerava-se a idéia nova e, de certa forma, radical; sentia-se falta de modelos e formas de mensuração viáveis e havia temor de que as empresas recebessem críticas da comunidade e mesmo sofressem intervenções governamentais.³⁹

“O conceito de auditoria social evoluiu para o conceito de Balanço Social, que seria a expressão da ‘responsabilidade social’ das organizações e tornaria claro ao público consumidor, e à sociedade em geral, quais as ações organizacionais que contribuem para melhoria nas condições de vida, tanto interna quanto externamente à empresa”. (VENTURA, 1999, p. 45) (grifo nosso)

Entende-se que, inicialmente, houve um movimento no sentido de que as corporações fossem auditadas (*social audit*), por auditores independentes, para se averiguar se estavam sendo úteis à sociedade, agindo de forma ética e no cumprimento da lei (*accountability*); percebe-se que, posteriormente, houve uma “conscientização” dos gestores no sentido de oferecerem aos *stakeholders*, espontaneamente, uma demonstração (balanço social) que lhes atestasse o cumprimento de suas responsabilidades sociais.

Em 1991, o senador Valmir Campelo apresentou o Projeto de Lei nº 54 para tornar obrigatória a confecção da Demonstração do Valor Adicionado por todas as empresas. Essa peça deveria ser elaborada em moeda de poder aquisitivo constante e publicada, contemplando os três últimos exercícios.⁴⁰

³⁹ Veja: *Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt?*, de Rob Gray, na *Business Ethics: A European Review*, vol. 10, no. 1, jan. 2001.

⁴⁰ O projeto foi votado favoravelmente no Senado, mas não foi apreciado na Câmara dos Deputados, tendo sido arquivado ao final da legislatura, conforme registro no *site* do Senado Federal.

Comenta-se na “Justificativa” daquele projeto da importância do balanço social; no entanto, registra-se sobre a impossibilidade de adoção da demonstração pelo fato de ser “uma peça um pouco complexa para o nosso subdesenvolvimento, principalmente pela falta de organização e de cultura de nossas empresas e contadores”. Tal juízo sobre a organização das empresas nacionais e sobre a classe contábil, segundo avalia o pesquisador, mostrou-se fortemente enviesado.

De acordo com Torres (2001, p. 20) a Nitrofértil, em 1984, foi a primeira empresa no País a apresentar um balanço social e, dentre os bancos, o Banespa foi o pioneiro, em 1992.

Desde 1993 a Federação Brasileira das Associações de Bancos - Febraban publica anualmente o “Balanço Social dos Bancos”, onde procura mostrar de forma consolidada a contribuição das instituições financeiras no progresso social do País, evidenciando assim sua responsabilidade social.

No “Seminário Balanço Social”, realizado na Câmara dos Deputados em 2001, Barbuto (2001, p. 73) teceu o seguinte comentário sobre o ato de se “levantar balanços”: “Levantar balanços é, portanto, instrumento básico e essencial do ato de prestar contas. Deve prestar contas e para isso quase sempre deve levantar balanços quem administra bens de terceiros quando a eles quer dar conhecimento da sua atividade”.

Sabe-se que um balanço pode ser apurado em qualquer época e não deve, necessariamente, ser um instrumento para prestação de contas a terceiros. Ele pode servir aos gestores como instrumento de aferição de sua *performance* frente aos alvos traçados em seus planejamentos e nortear estratégias para correções de rumos.

A pesquisa realizada pelo Ipea, citada no capítulo 2, revelou que é fraco o nível de prestação de contas e de divulgação das ações sociais que as empresas realizam junto às comunidades.

Aquele trabalho não chegou a tecer comentários sobre o porquê daquela postura. No entanto, Lima (2002, p. 81) informa que “há empresas [...] que por questões estratégicas preferem não divulgar seus trabalhos sociais, no intuito de evitar

uma possível associação direta entre a ação e a busca de vantagens corporativas”.

Tinoco (2001, p. 135) registra que após a publicação do artigo do Betinho, “Empresa Pública e Cidadã”, em março de 1997, as deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling apresentaram o Projeto de lei no. 3.116/97, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social⁴¹, como também a CVM lançou uma minuta de instrução tratando da obrigatoriedade daquela demonstração e que também em junho do mesmo ano realizou-se um ato público no Rio de Janeiro pela divulgação do balanço social, sendo que, em novembro, o Ibase, em parceria com a Gazeta Mercantil, instituíram o “Selo do Balanço Social”.

Em 1999, o deputado Paulo Rocha sugeriu pequenas alterações no projeto original das três deputadas e o reapresentou ao Legislativo. O “novo” projeto tomou o nº 32/99⁴².

Encontra-se naquele documento que

“Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.”

Esse projeto previa, em seu artigo primeiro, a obrigatoriedade da elaboração do balanço social para as empresas privadas que possuíssem cem ou mais empregados e para todas as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

O deputado Emerson Kapaz, relator do projeto, apresentou junto à Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados um “Substitutivo ao

⁴¹ PL 3.116/97: publicado no Diário da Câmara dos Deputados, de 07.06.97, p. 15276-15278.

⁴² PL 32/99: publicado no Diário da Câmara dos Deputados, de 19.03.99, p. 10486-10487.

PL”, que não chegou a receber emendas no prazo legal. O substitutivo prevê, dentre outras coisas, que a obrigatoriedade de confecção do balanço social será apenas para as empresas que tenham auferido receita total bruta anual superior a cinquenta milhões de reais e que, conforme incisos I e II do art. 4º: “busquem participar ou participem de licitações e contratos da Administração Pública; ou busquem beneficiar-se ou se beneficiem de incentivos fiscais ou dos programas de crédito oficiais”.

Observando-se a íntegra daquele documento, Anexo F, encontra-se detalhado no art. 3º a composição básica do balanço social, que deve conter as seguintes informações: I- Mensagem do Presidente da empresa; II- Perfil do empreendimento; III- Setores da economia em que atua a empresa; IV- Histórico da empresa; V- Processos utilizados pela empresa no diálogo com os públicos com os quais se relaciona; VI- Indicadores de desempenho econômico no contexto da responsabilidades social da empresa; VII- Indicadores de desempenho social no contexto da responsabilidade social da empresa; e VIII- Indicadores de desempenho ambiental no contexto da responsabilidade social da empresa.⁴³

Por outro lado, Iudícibus *et al.* (2000, p. 31) apresentam o Balanço Social, em quatro vertentes, denominando-as de “Balanço Ambiental, “Balanço de Recursos Humanos”, “Demonstração do Valor Adicionado” e “Benefícios e Contribuições à Sociedade”. Registram que o Balanço Social “busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”. (grifo nosso)

Santos (1999, p. 98) considera que a Demonstração do Valor Adicionado – DVA é uma componente importantíssima do Balanço Social, devendo ser compreendida “como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade”.

⁴³ Verifica-se que esse Substitutivo é bem mais detalhado, dando nova feição ao projeto original.

Lucca (2001, p. 67), tratando da “Questão Prática do Balanço Social”, faz distinção entre o “Balanço Social” e o “Relatório Social”, argumentando que

“Balanço social é uma demonstração padronizada nos moldes contábeis, que permite medir e comparar a atuação social da empresa. Deve ser elaborado pela área de Contabilidade com um plano de contas adequado. [] O relatório social que é a parte qualitativa, tem o formato do tipo do relatório de administração, é descritivo e apresenta detalhes das ações da empresa na área social e de meio ambiente. Há necessidade de ser elaborado pelas diversas áreas da empresa em consonância com a contabilidade da empresa”. (grifos do autor)

Para fins de reflexão, apresentam-se a seguir outras definições de “Balanço Social”, formuladas por estudiosos do assunto:

“O Balanço Social é o conjunto de informações com base técnico-contábil, gerencial e econômica, capaz de proporcionar uma visão da relação capital-trabalho no que diz respeito a seus diferentes aspectos econômico-sociais”. (FREIRE e REBOUÇAS, 2000, p. 104)

“Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida.” (SUCUPIRA, 2000, p. 124)

“O Balanço Social surgiu para atender às necessidades de informação dos usuários da contabilidade no campo social. É um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.” (DE LUCA, 1998, p. 23)

“Na realidade, o Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage, no espaço temporal passado/presente/futuro.” (KROETZ, 2000, p. 78)

Como se observa, de acordo com os autores acima, o balanço social deve ser um documento público, com informações sobre os gastos e ações realizados pela empresa na promoção humana, social e ecológica, que permita avaliar as relações entre o seu desempenho e as contribuições prestadas à sociedade.

Kroetz (2000, p. 68) salienta que o balanço social é uma ferramenta gerencial e deve ser usado como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias de ação.

Verificou-se na literatura consultada pelo autor que as questões relativas à obrigatoriedade, às formas de divulgação e aos modelos de balanços sociais continuam em processo de debate e avaliação, tanto pelo Legislativo, como pelas empresas, pelas entidades civis e por estudiosos.

A necessidade de certificação e de auditoria do balanço social é também um item que ganha espaço nas discussões sobre a matéria. Um balanço auditado ou certificado por entidade ou profissional habilitado tende a ter maior credibilidade junto aos analistas e pode ser indutor de decisões mais confiantes dos usuários da informação.

Dentre as normas internacionais de certificação mais conhecidas citam-se: a ISO (*International Standards Organization*) 14.000, que certifica as empresas pelo respeito ao meio ambiente; a BS (*British Standard*) 8.800 e a AS (*Social Accountability*) 8.000, que as certificam, respectivamente, quanto às garantias adequadas para a segurança e a saúde do trabalhador e quanto ao respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

Enquanto os debates prosseguem, constata-se que cresce, a cada ano, o número de empresas que têm aderido à prática de confecção do balanço social o que, de alguma forma, justifica a continuidade dos estudos acerca do tema.

Kroetz (2000, p. 156) sugere que se torne obrigatória para as empresas públicas a elaboração e a publicação da demonstração do Balanço Social, por outro lado, recomenda que se criem mecanismos de estímulo (prêmios, incentivos fiscais

etc.) para que as demais empresas incorporem tais práticas em suas atividades.⁴⁴

A Pesquisa Abamec, reportada no Capítulo 2, aponta que 66% dos entrevistados consideram que as informações, hoje divulgadas pelas empresas em seus balanços sociais, poderiam ser melhorados tecnicamente e 79% julgam que é importante que sejam apresentadas projeções dos dados numéricos.⁴⁵ Tal constatação lança um desafio para contadores e pesquisadores, no sentido de aprimorarem suas técnicas de elaboração e apresentação do balanço social, de forma a suprir as exigências dos diversos *stakeholders*.

Os estudiosos comentam acerca das “correntes” francesas e norte-americanas sobre balanço social que fizeram escola.⁴⁶ Segundo Melo Neto e Froes (2001, p. 126), a corrente francesa prioriza o bem estar dos empregados e seus dependentes, a satisfação no trabalho e a participação na gestão da empresa. A corrente americana tem um foco mais voltado à comunidade, seu desenvolvimento, a geração de emprego e renda, a preservação do meio ambiente, sem deixar de atentar para o ambiente social interno.

O Brasil parece estar desenvolvendo sua própria metodologia, pelo que se observa pelas demonstrações publicadas, as quais têm incorporado aspectos das correntes francesas e norte-americanas. Há necessidade de que estudos sejam implementados para se ratificar essa percepção.

Argumentando sobre a idealização de um modelo, Ricca (2001, p. 20) comenta que “participação” e “negociação” são dois pontos básicos defendidos pelo Professor Ernesto Lima Gonçalves, em seu estudo para elaboração de um modelo de balanço social.

“Do ponto de vista operacional, será de importância fundamental conciliar

⁴⁴ No “Seminário Balanço Social”, na Câmara dos Deputados, houve unanimidade sobre a importância da adoção do balanço social, tanto para empresas públicas quanto privadas. No entanto, não houve consenso sobre a questão da obrigatoriedade, sendo a maioria contrária a idéia da adoção compulsória.

⁴⁵ Veja matéria de Daniele Camba: “Ações desprezam zelo social de S.A.”, Valor, edição de 29.10.01.

⁴⁶ Veja: “Uma descrição sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro” (FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p.69-115); “Tentativa de um Modelo Básico de Balanço Social” (GONÇALVES, 1980, p. 49-57).

alguns elementos essenciais: o caráter participativo do processo, a autenticidade das informações, a instrumentação adequada, a infra-estrutura essencial e o fluxo vertical e horizontal das informações e decisões”. (GONÇALVES, 1980, p. 56)

O modelo de balanço social idealizado pelo Ibase em 1997, Anexo G, fruto de discussões com a CVM e entidades diversas, tem sido seguido por várias empresas e apura Indicadores Monetários (“Indicadores Sociais Internos”, “Indicadores Sociais Externos” e “Indicadores Ambientais”) e Não-Monetários (“Indicadores do Corpo Funcional”, “Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial” e “Outras Informações”), tendo como bases de cálculo a “Receita Líquida”, o “Resultado Operacional” e a “Folha de Pagamento Bruta”.

Os Indicadores do Balanço Social são instrumentos de avaliação que permitem a uma organização verificar o atingimento de metas, segundo Gonçalves (1980, p. 56), possibilitam comparações de desempenho entre períodos distintos, em relação a si mesma, a cada um de seus pares e a media do setor de atuação. Atenta-se que, da mesma forma que se estipulam alvos para o desempenho econômico e financeiro de uma organização, lançam-se também metas de desempenho social, cuja consecução poderá ser averigüada por meio de seu Balanço Social.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em comunicado oficial - Balanço Social – A Posição da CVM, em sua página na *Internet*, afirma que “apóia e incentiva a divulgação voluntária das ações empresariais que reflitam as suas preocupações e responsabilidades no campo social”, e que sua tentativa em regulamentar a matéria não logrou êxito por falta de consenso, tendo sido acordado que o assunto seria levado ao Congresso Nacional, que melhor decidiria.

Ao se idealizar Indicadores, há de se ter presente o que se deseja apurar e evidenciar, para quem, quando e em que profundidade, além da sua forma e periodicidade de apuração, dentre outros aspectos.⁴⁷

⁴⁷ Tinoco (2000, p. 207-238) sugere uma série de indicadores no capítulo “Indicadores de Gestão e Excelência de Pessoas do Balanço Social”. Kroetz (2000, p. 138-151), na apresentação de “Propostas para o Balanço Social”, agrega outros tipos de indicadores.

As legislações aprovadas nas esferas estaduais (São Paulo, Rio Grande do Sul) e municipais (São Paulo, Santo André, Porto Alegre, João Pessoa e Uberlândia) sobre “Balanço Social” revestem-se de caráter eminentemente incentivador, com a instituição de selos de premiação e reconhecimento para aquelas empresas que mais se destacaram em sua atuação na área social (Ibase).

O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC) registra em seu *site* ter sido o primeiro órgão de classe no País a publicar seu balanço social⁴⁸.

O BNDES apresentou recentemente, em agosto de 2002, no ano em que se celebra seu cinquentenário, seu primeiro balanço social, que traz em suas páginas o seguinte comentário de Francisco Gros (presidente): “O BNDES orgulha-se de ser uma das empresas pioneiras, no Brasil, na implementação interna desses princípios [responsabilidade social corporativa] e na indução e adoção dessas práticas junto ao meio empresarial, mediante suas políticas operacionais e seus critérios de análise e de concessão de crédito”.

Tal ocorrência vem reforçar a idéia de que tem havido um interesse e adesão crescentes ao tema Balanço Social.

Abrantes (2001, p.52), presidente do Conselho Federal de Contabilidade, comentou que, num primeiro momento, o balanço social não deve ser um instrumento compulsório para as empresas e que após um período de sedimentação o assunto poderá vir a se normatizado⁴⁹.

No próximo capítulo, estudam-se os balanços sociais das instituições bancárias e comenta-se sobre os questionários aplicados aos bancos.

⁴⁸ A resolução CRCSC no. 204/2001 criou o modelo de Balanço Social para as empresas e instituiu o Certificado e Selo de Responsabilidade Social.

⁴⁹ José Serafim Abrantes foi um dos participantes do Seminário Balanço Social realizado na Câmara dos Deputados em 2001. A Resolução CFC nº 935/02 incluiu na estrutura das Normas Técnicas a NBC T 15 - Balanço Social (em elaboração)

4 O BALANÇO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Estudam-se, no presente capítulo, o balanço social dos bancos, na forma consolidada pela Febraban e os balanços sociais das instituições que fazem parte da amostra, tomando-se por base o exercício do ano 2000.

Apresentam-se também considerações sobre os exercícios de anos anteriores e utilizam-se elementos extraídos das demonstrações contábeis e dos relatórios da administração disponibilizados, referentes a todos os períodos.

Em seguida, apreciam-se as respostas ao questionário sobre “Balanço Social e Responsabilidade Social”.

A amostra levantada compõe-se dos seguintes bancos: Banco da Amazônia S.A. (Basa), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Santos S.A., Caixa Econômica Federal (CEF) e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Uma nona instituição, o BankBoston, deveria fazer parte da amostra, mas não chegou a fornecer o material solicitado pelo autor.

O Quadro 1, a seguir, registra o rol de documentos coletados pelo pesquisador e que serviram de elementos para estudo.

Quadro 1: Documentos coletados dos bancos da amostra

Ano		Basa	BB	Banrisul	Nordeste	Itaú	Santos	CEF	Unibanco
2000	BS		X	X	X	X	X	X	X
	RA	X	X	X	X	X	X	X	X
	DVA		X	X	X	X		X	X
	DF	X	X	X	X	X	X	X	X
1999	BS	X	X	X	X	X	X	X	
	RA	X	X	X		X	X	X	
	DVA	X	X	X	X				
	DF	X	X	X	X	X	X	X	
1998	BS	X	X		X		X		
	RA	X	X			X	X		
	DVA	X	X		X				
	DF	X	X		X		X		
1997	BS		X		X		X		
	RA		X				X		
	DVA		X		X				
	DF		X				X		
1996	BS				X				
	RA								
	DVA				X				
	DF				X				
1995	BS	X							
	RA								
	DVA								
	DF	X							

BS – balanço social; RA – Relatório da Administração; DVA – Demonstração do Valor Adicionado; DF – Demonstrações Financeiras

4.1 O BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO PELA FEBRABAN

A Federação Brasileira das Associações de Bancos - Febraban é uma entidade de natureza civil que representa os bancos e contribui para o aperfeiçoamento de suas atividades, operando em âmbito nacional.

“Reunindo bancos privados, públicos, comerciais e múltiplos, diversificados em termos de porte, perfil de atuação e filosofia gerencial, a FEBRABAN trata dos assuntos de interesse geral do setor, orientando sua ação para a busca de soluções que permitam melhorar o desempenho das instituições, o atendimento e a prestação de serviços bancários.” (Febraban)

Apresentam-se nos Anexos H e I uma síntese dos balanços sociais dos bancos, da forma como foram consolidados pela Febraban, separados respectivamente em “Exercício do ano 2000” e “Outros Exercícios”.

O “Balanço Social dos Bancos” procura abranger os diversos aspectos relacionados às atividades desenvolvidas pelas instituições bancárias, demonstrando sua importância para o País e seu alcance social. Para sua feitura são coletados os dados das várias instituições por meio do formulário que se encontra no Anexo J. Tal formulário (versão 2001) é composto pelos seguintes anexos: “Força de Trabalho”; “Remuneração do Pessoal”; “Benefícios aos Funcionários”; “Treinamento e Desenvolvimento”; “Atendimento a Clientes”; “Atuação Comunitária”; e “Democratização do Capital”.⁵⁰

A publicação “Balanço Social dos Bancos” tem sido editada desde o exercício de 1993, enfocando a preocupação social e os benefícios gerados pelos bancos a toda a sociedade, nas palavras de Alcides Lopes Tápias, presidente daquela Federação. (FEBRABAN, 1994, p. 1)

Percebe-se, desde então, o interesse na abertura de um canal de informação para com a sociedade acerca de atividades executadas e aparentemente desconhecidas do grande público.

Aquela primeira publicação e a do ano seguinte encerram-se apresentando o seguinte “Compromisso Social”:

“O desempenho rentável da atividade bancária permite aos bancos reafirmar o seu compromisso social, junto às comunidades em que atuam, de contribuir para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que, direta ou indiretamente, participam dos destinos do Sistema Bancário”.

O pesquisador considera que seria importante se o “Compromisso Social” tivesse sido mantido nas edições seguintes, mesmo com alguma alteração redacional, uma vez que denotaria um sinal formal de um permanente comprometimento dos bancos para com a sociedade.

No entanto, tal intenção pareceu se manter, tanto é que na edição de 1997

⁵⁰ Para facilitar o preenchimento da maioria dos dados monetários o formulário indica os códigos COSIF das respectivas contas que devem ser reportadas. Em seu anexo 6 (“Atuação Comunitária”) recomenda-se que não sejam mencionadas as atividades que individualmente tenham absorvido investimentos inferiores a R\$500 mil.

mencionaram-se a ampliação dos investimentos em projetos sociais e o crescente envolvimento com a comunidade, numa postura mais participativa, em busca de um futuro melhor e mais justo para todos os brasileiros.

Fez-se menção, naquela edição, ao fato de que os investimentos em “Cultura” foram quase todos amparados por incentivos fiscais, o que enriqueceu o demonstrativo, uma vez que permitiu ao leitor tomar ciência da renúncia fiscal do Estado nessa rubrica. No entanto, sugere-se que, doravante, sejam explicitados, separadamente, os gastos incentivados e os que não gozaram de incentivos governamentais.⁵¹

No ano seguinte - 1998, comentou-se acerca do papel mais amplo que a empresa deveria assumir na sociedade, atuando em parceria com a administração pública no enfrentamento dos problemas que atingem a comunidade. Registrou-se que os bancos, como empresas-cidadãs e socialmente responsáveis, têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida e para a construção de uma sociedade mais justa; ressaltou-se, também, da importância para uma empresa o fato de poder ser distinguida entre seus pares por sua atuação socialmente responsável.

Como se observa, há todo um discurso enfatizando a assunção da responsabilidade social por parte dos bancos, traduzida em suas informações constantes dos balanços sociais. Não se pode, no entanto, generalizar que essa postura de empresa-cidadã possa contemplar todas as instituições, uma vez que a publicação da Federação abrange todo um setor, sem condições de particularizá-las.

Inseriu-se no balanço social do ano de 1999 declarações de personalidades nacionais enfatizando a relevância da responsabilidade social empresarial, corroborada pela afirmação do presidente da Federação acerca do compromisso crescente das instituições financeiras com as comunidades onde estão inseridas.

Na versão do ano 2000, o presidente da Febraban, Gabriel Jorge Ferreira,

⁵¹ Leis federais de incentivo à Cultura: lei no. 8.313/91 (Lei Rouanet); lei no. 8.685/93 (Lei do Audiovisual). Alguns municípios e estados da federação também dispõem de leis específicas de incentivo à Cultura.

ressaltou que a responsabilidade social é uma questão de estratégia e de sobrevivência no longo prazo e que “a principal função do balanço social é tornar público como a empresa encara sua responsabilidade social, mostrando, com transparência, para o público em geral, seus clientes, consumidores e corpo de funcionários, assim como para seus acionistas, investidores institucionais e organismos governamentais, o que a empresa está fazendo na área social”.

Depreende-se da citação acima que existe uma percepção de que a assunção da responsabilidade social pela organização não é mais um quesito opcional, mas faz parte de um “novo tempo”, e está atrelada à questão de sua própria sobrevivência no longo prazo. É de se esperar, portanto, que mais e mais empresas que desejem se manter no mercado cheguem a aderir a essa nova postura.

Deixou-se de mencionar nas publicações, se as informações e os dados apresentados diziam respeito apenas aos filiados à Febraban ou se abrangiam a todo o universo dos bancos. No entanto, o pesquisador colheu, junto àquela Federação, a confirmação de que tais dados correspondem a todo o sistema bancário.⁵²

As informações da publicação do ano 2000 foram apresentadas em quatro grandes grupos:

a) “Recursos Humanos o principal ativo dos bancos”: os bancos, como prestadores de serviço por excelência, têm em seu quadro de pessoal talvez o ativo mais importante, daí se justificar os investimentos que são feitos com vistas ao seu aperfeiçoamento e manutenção;

b) “Atendendo a coletividade”: a disponibilização de recursos materiais (postos, agências, equipamentos eletrônicos etc.) e de facilidades para os clientes realizarem suas transações está diretamente ligada ao exercício das atribuições típicas dos bancos;

c) “A distribuição da riqueza gerada pelos bancos”: conhecer a riqueza

⁵² A informação foi fornecida por e-mail de Roberto Luis Troster, Economista Chefe da Febraban. Na publicação do ano 2000 fez-se menção da existência de 193 bancos no País. Na página na *Internet* da Febraban mencionou-se que a entidade contava com 117 bancos filiados, em fevereiro de 2002, representando mais de 90% das operações ativas do setor.

gerada pelo sistema bancário e sua distribuição, por meio da DVA, é um dos elementos de aferição da importância social das instituições no contexto nacional, que também permite uma avaliação do setor em relação a outros ramos de atividades.

Sobre a questão de geração de renda ou riqueza pelos bancos, encontram-se no texto “Demonstração do Valor Adicionado de Bancos” do Boletim IOB 15/93 os seguintes comentários:

“A grande utilidade social e econômica dos bancos está no seu papel de intermediador entre quem produz renda e quem fica com a parte da renda, que é o poupador: ele ganha por fazer esse papel de intermediação, não gerando renda, como também o poupador que aplica o seu capital no banco não gera.

Voltamos ao ponto que queremos salientar: os bancos não geram renda, como os capitalistas com seus capitais também não geram. Mas eles são extremamente úteis e imprescindíveis até, por viabilizarem a economia como um todo ajudando a juntar os capitais e aplicando-os junto a quem efetivamente produz renda (denominado de setor produtivo, inclusive).”(grifo nosso)

d) “O investimento social dos bancos”: ao se aferir a influência que as instituições exercem na sociedade em ações voluntárias de fomento à educação, à saúde, à cultura, ao esporte e à proteção do meio ambiente dispõe-se de mais um elemento que permite que se distingam aquelas que podem ser consideradas como empresas-cidadãs.

Percebe-se que o “Balanço Social dos Bancos” poderá vir a ser enriquecido se os dados forem apresentados em séries históricas (últimos cinco anos, por exemplo), permitindo-se avaliar o comportamento das diversas variáveis ao longo do tempo, além de possibilitar o lançamento de uma visão prospectiva da atuação social do segmento bancário.

Considera-se também importante que a Federação divulgue se participou, realizou ou patrocinou eventos durante o ano, objetivando disseminar as idéias da responsabilidade social corporativa e do balanço social entre seus filiados e o mercado, a exemplo do que realiza o Banco Itaú, demonstrando seu comprometimento com essa

causa.

A menção dos números de contas correntes e de poupança existentes em “Atendendo a coletividade” na edição do ano 2000 poderia ser complementada com o número de pessoas físicas e jurídicas que detêm as respectivas contas, dado que permitiria levantar o índice de bancarização no País.⁵³

Por outro lado, quando se comenta em “A distribuição da riqueza gerada pelos bancos” sobre a democratização do sistema financeiro brasileiro, com 3,7 milhões de acionistas, sendo 93% de pessoas físicas, sentiu-se falta de informação complementar que permita avaliar o nível de concentração dessa riqueza.

O pesquisador reconhece que a forma de apresentação do “Balanço Social dos Bancos”, tanto na *Internet*, quanto “em papel”, tem permitido uma leitura agradável das informações e uma boa visualização de seus dados quantitativos, que são comumente ilustrados pelo auxílio de gráficos.

4.2 OS BALANÇOS SOCIAIS DOS BANCOS DA AMOSTRA

Atentando-se para o que se contém nos Anexos K (Balanços Sociais dos Bancos da Amostra – Exercício do Ano 2000) e L (Balanços Sociais dos Bancos da Amostra – Outros Exercícios) observa-se que os balanços sociais apresentam informações as mais variadas, demonstrando que cada instituição exerce plenamente sua liberdade de expor em seu demonstrativo o que julga importante e oportuno.

No entanto, tal liberdade pode ocasionar a perda de informações relevantes para o leitor. Em não havendo uniformidade de critérios na elaboração desse balanço, pode-se perder a “comparabilidade”, um dos atributos da informação contábil.

O Banrisul consignou em seu balanço social vários compromissos de “ações futuras”, demonstrando suas expectativas de avanços nas respectivas áreas de atuação

⁵³ O índice de bancarização permite verificar a percentagem de pessoas que têm acesso aos serviços bancários, por meio de uma conta corrente ou de poupança. É comum que uma mesma pessoa detenha mais de uma conta num mesmo banco ou em bancos diversos.

e a continuidade de sua política de ação social. Tal postura, sendo seguida pelos demais bancos, certamente dará aos pesquisadores melhores elementos para suas avaliações e análises.

Observou-se que os textos expostos nos balanços procuraram demonstrar o papel relevante e a responsabilidade social assumidos pelas diversas instituições, mencionando-se, dentre outras coisas, a “missão”, o “código de ética” os “reconhecimentos”, as “premiações”, a “ação do voluntariado”, os “indicadores”, além das várias ações empreendidas com vistas ao desenvolvimento econômico e social do País e, particularmente, das comunidades onde estão inseridas.

Certos balanços sociais, da forma como têm sido apresentados, impossibilitam ao leitor levantar alguns indicadores, pelo simples fato de inexistirem elementos quantitativos, particularmente os valores despendidos nos empreendimentos.

Atendo-se aos “discursos” dos bancos nos documentos publicados, pode-se inferir que essas instituições apreenderam, de forma assemelhada, tanto o conceito de “balanço social” quanto o de “responsabilidade social”, havendo, no entanto, posturas próprias na explicitação dessa “responsabilidade social” em seus respectivos balanços.

Os bancos públicos, em particular o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal, possivelmente devido às suas especificidades, priorizam expor nos balanços sociais seus programas, projetos e ações ligados aos objetivos institucionais para os quais foram constituídos. O Banco do Brasil e o Banrisul procuraram conjugar as duas coisas, prestando contas tanto das ações que desempenham por força institucional, quanto das que realizam voluntariamente em prol de seu público interno, de seu público externo e do meio ambiente.

Verificou-se que algumas instituições constituíram suas próprias fundações para atuarem no social, além de institutos culturais, a exemplo do BB e do Itaú, todavia, sem deixar de lado o incentivo ao voluntariado. Decisões nessa linha espelham um compromisso concreto, permanente e conseqüente com a comunidade e

com o poder público, na solução de questões que envolvem a sociedade civil como um todo.

O Basa em 1995, em seu 1º balanço social, praticamente não mencionou suas ações espontâneas realizadas tanto para o público interno, quanto para o externo. Pode-se entender essa ocorrência como fruto do início de um processo que dava os primeiros passos em busca de referenciais seguros e consistentes.

O Unibanco inseriu, em 2000, o seu balanço social no “Informe Anual” da organização, englobando apenas as ações sociais externas à mesma. Os dados relativos aos recursos humanos - “Unibanco pessoas” e à DVA foram reportados à parte.

O Banco Santos, desde 1997, registra, como seu “balanço social”, os investimentos em Cultura, que é o seu foco de atuação. O balanço é apresentado em um único documento – um grande fôlder, juntamente com as demonstrações contábeis.

O BB mencionou no balanço social de 2000 que realiza semestralmente junto a seus funcionários pesquisa sobre o ambiente de trabalho na organização, com vistas a adequar suas políticas de gestão de pessoas. Tal iniciativa demonstra o interesse da empresa em fortalecer o nível de satisfação de seu público interno e em criar um clima que possibilite o exercício pleno das potencialidades dos funcionários em suas atividades, tanto internas quanto externas.

Ações típicas de *marketing* social foram observadas no BB e no Unibanco, que destinam parte dos recursos arrecadados com prêmios de seguro para ações sociais específicas. Depreende-se que tais atitudes, que não deixam de ser estratégias de “negócio”, objetivam dar destaque às instituições diante de seus públicos na formação de sua imagem como empresas “socialmente responsáveis”.

Vários bancos, possivelmente por influência da lei das S.A., das recomendações da CVM, ou necessidades outras, vêm incluindo em seus “Relatórios da Administração” informações relativas às atividades que desenvolvem na área social, a exemplo do Itaú e da CEF.

Em 2000 o balanço social do Itaú fez parte de um *kit*, semelhante ao do BB,

juntamente com o “Relatório Anual” e a “Análise Gerencial da Operação”. Em seu balanço, ao apresentar os benefícios sociais internos fez separação entre “benefícios espontâneos” e “benefícios obrigatórios por lei ou Convenção Coletiva de Trabalho”. Tal prática parece ser salutar por se permitir avaliar o grau de concessões voluntárias disponibilizadas pela organização a seus funcionários.

Ressalte-se que detalhes como passivos sociais, desinvestimentos, suspensão de convênios e projetos não foram encontrados nos documentos pesquisados. Tal constatação pode levar ao entendimento de que os balanços sociais só procuram apresentar ações exitosas. Na visão de Elliot (1975, p.18), no entanto, a contabilidade social deveria medir os impactos sociais da empresa, se causaram benefícios ou malefícios sociais, ao invés de seus custos.

Destacam-se a beleza e o esmero na apresentação de alguns balanços sociais, com seu papel fino e ilustrações requintadas, atestando seu uso como peças de *marketing*. Fato é que várias daquelas publicações já receberam prêmios nessa área.⁵⁴

4.3 O QUESTIONÁRIO: BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O autor efetuou uma pesquisa com as instituições da amostra, denominada “Balanço Social e Responsabilidade Social dos Bancos”, utilizando-se do questionário constante no Anexo C, com vistas a se colher elementos que pudessem complementar os dados explicitados nos respectivos balanços sociais. Tal pesquisa foi respondida oralmente por representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e, por escrito, pelos dos Bancos do Nordeste e da Amazônia, sendo todas instituições públicas, correspondendo a cinquenta por cento da amostra.⁵⁵ O Anexo M apresenta a íntegra das respostas.

⁵⁴ Os balanços sociais de 1999 do Basa e da CEF.

⁵⁵ As entrevistas com Dacirlei Neves dos Santos (BB), em 25.03.02 e com Cássio Roberto Sopko (CEF), em 23.04.02, foram gravadas pelo pesquisador. As respostas do BB foram ratificadas por e-mail. O Itaú informou que o material disponibilizado ao autor possibilitaria extrair as respostas aos questionamentos. O Unibanco, em 10.04.02, comprometeu-se a responder o questionário, no entanto, não o fez até então.

A seguir, expõem-se essas respostas ao questionário, de forma condensada, com comentários do pesquisador.

Apurou-se que praticamente todos os departamentos dos bancos participam, em maior ou menor grau, na confecção do balanço social, sendo a área contábil a maior fornecedora dos itens monetários, permitindo que se levantem os vários indicadores da “demonstração”.

Verificou-se que os dados do balanço social, antes de serem disponibilizados ao mercado, passam pela avaliação da alta administração, sendo formatados pelas equipes de *marketing*, demonstrando que essa peça recebe um tratamento que busca vender uma imagem positiva da empresa, tendo em conta que espelha as realizações empreendidas para suprir as carências existentes nas comunidades assistidas.

Quanto à metodologia empregada, apenas o BB, entre os quatro bancos, utiliza-se com regularidade de fontes externas como referencial (Ibase, Instituto Ethos e *Global Reporting Initiative*). Os demais têm desenvolvido suas próprias metodologias, à luz de experiências de outras empresas.

O balanço do BB recebeu o Selo Balanço Social Ibase/Betinho. Tal selo é concedido às empresas que cumprem uma série de exigências daquele Instituto, relacionadas à responsabilidade social, como podem ser vistas nas “Instruções de Preenchimento” do Modelo Ibase de Balanço Social constantes do Anexo G.

O Basa e o Banco do Nordeste confeccionaram seus primeiros balanços sociais em 1995, a CEF em 1996 e o BB em 1997. Como se percebe, a prática de apresentação dessa peça pode ser considerada recente, mesmo que se leve em conta o pioneirismo do Banespa em 1992.

Foram citados alguns fatos históricos importantes que contribuíram na disseminação da idéia do balanço social. O BB registrou que o lançamento da campanha pelo Balanço Social realizado por Betinho em junho de 1997, no Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, motivou o então diretor de Relações com o Mercado e o Presidente do Banco do Brasil a encamparem tal projeto, sendo seu primeiro balanço dedicado àquele sociólogo. A CEF mencionou que o Programa

de Qualidade e o estabelecimento da Missão da Instituição foram aspectos importantes que contribuíram para se chegar ao seu balanço social.

De acordo com as instituições, o balanço social é considerado um instrumento importante, na medida em que reporta e presta contas dos benefícios de sua atuação junto à sociedade, auxiliando na construção de sua imagem junto a seu público, além de servir como exemplo para outras entidades.

Informaram também que os balanços sociais são enviados regularmente aos órgãos dos diversos níveis de governo, aos investidores, aos analistas de mercado e associações de classe, dentre outros, e que têm sido remetidos regularmente os dados requeridos pela Febraban para confecção do “Balanço Social dos Bancos”.⁵⁶

O BB registrou que desde 1999 seu balanço social faz parte do ‘*kit relatório anual*’, composto pelo Relatório Social, Relatório Anual e Análise do Desempenho, sendo que o objetivo dessa estratégia é permitir que se tenha uma visão abrangente da Instituição. Comentou também acerca da mudança de nomenclatura efetuada pela instituição, que alterou o nome de Balanço Social para Relatório Social, incorporando a esse Relatório o modelo utilizado pelo Ibase, além de informar que tem se utilizado da *Internet* (página de Relações com Investidores) para divulgar seu Relatório Social.⁵⁷

Por outro lado, os bancos comunicaram que não têm percebido qualquer interesse por parte dos sindicatos dos bancários pelo Balanço Social. Tal constatação pode merecer um estudo à parte, objetivando buscar-se as causas desse aparente desinteresse.

Não se percebeu no pronunciamento dos bancos um desejo que a matéria venha a ser de cunho obrigatório e nem normatizada. Segundo a CEF a obrigatoriedade poderia “engessar” o demonstrativo, embora julgue importante que se definam os aspectos essenciais do documento. O BB afirmou que o Banco não discute

⁵⁶ O Basa informou que nem sempre tem sido possível encaminhar tempestivamente os dados para a Febraban.

⁵⁷ Verificou-se que os demais bancos da amostra utilizam a *Internet* para divulgar seus balanços sociais. O Banco Santos apresenta em sua página da *web* suas ações culturais, sem mencionar a expressão “balanço social”.

essa questão, que no momento se encontra na esfera do Legislativo, e que a instituição assumiu a postura de fazer o Relatório e de procurar melhorá-lo sempre.

Relativamente à auditoria do balanço, o BB ressaltou que indiretamente o Relatório Social é auditado, uma vez que os dados financeiros são extraídos de documentos que passaram pela auditoria externa; já o Banco do Nordeste simplesmente afirmou que encaminha seu balanço a auditoria externa, mas não precisou se ele é efetivamente auditado.

Sobre as possíveis razões de algumas instituições não publicarem seus balanços sociais, levantou-se que as causas podem estar ligadas a estratégias particulares de imagem ou à utilização de outros meios de divulgação para suas ações.

Os planejamentos estratégicos anuais parecem ser os fóruns onde os bancos definem suas ações sociais, levando-se em conta as sugestões apresentadas pelo corpo funcional. No BB as ações são definidas pela Fundação BB. Esse Banco mantém um programa que procura incentivar o exercício do voluntariado tanto pelos funcionários quanto por seus familiares.

O exercício da parceria, seja com o poder público ou com as ONGs, é uma característica que pode ser constatada no trabalho desenvolvido pelos bancos. Apurou-se também que o volume de recursos a investir em ações de caráter social consta dos orçamentos anuais das respectivas instituições.

Sobre o levantamento “Ação Social da Empresa”, conduzido pelo Ipea e comentado no capítulo 2, verificou-se que o Banco do Nordeste e o BB não foram consultados, já os demais bancos não souberam precisar.

Percebeu-se que tanto a “Ética” quanto a “Responsabilidade Social” são questões presentes no seio das instituições. Afirmou o BB que a responsabilidade social faz parte da história e da cultura do banco, transcendendo as ações sociais por ele patrocinadas. Já o Banco do Nordeste registrou que o tema já está devidamente consolidado no corpo funcional da instituição. Por outro lado, a CEF comentou que a responsabilidade social é o tema de sua missão.

Pelo que se percebeu, os bancos não apuram dados de responsabilidade

social de seus clientes. Têm restringido suas relações aos aspectos estritamente legais.

Quanto à utilização de incentivos fiscais, observou-se que esses bancos não se têm utilizado das faculdades fornecidas pela legislação.

Quanto ao foco de atuação, o BB tem priorizado a cultura e o esporte; já a Fundação BB tem seu foco na educação, saúde e disseminação de tecnologias sociais. O Banco do Nordeste prioriza a geração de emprego e renda e a CEF volta-se mais para o atendimento a benefícios (PIS, FGTS, seguro-desemprego etc.).

Com vistas a se avaliar os resultados de seus investimentos sociais, as instituições informaram que se valem de palestras e seminários, como também utilizam-se de indicadores de resultados, e constataram que essa inserção mais ativa no social tem sido bem recebida tanto pelos seus públicos interno quanto externo.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem sido publicada junto ao balanço/relatório social pelo BB e Banco do Nordeste. A CEF a apresentou no Relatório da Administração de 2000, o Basa a fez constar em seu último balanço social publicado, referente ao exercício de 1999. Como se observa, a DVA tem se incorporado às demonstrações contábeis dos bancos, contribuindo com o processo de *full disclosure* que se busca para esse segmento do mercado.⁵⁸

4.4 DADOS LEVANTADOS DOS BALANÇOS SOCIAIS

Com vistas a demonstrar, a título de exemplo, as possibilidades de análises que se podem obter com os dados extraídos dos balanços sociais, apresentam-se, a seguir, as Tabelas 1 a 9 elaboradas pelo autor.

Na Tabela 1 verifica-se a Apuração e Distribuição do Valor Adicionado

⁵⁸ O pesquisador identificou que as firmas de auditoria “Arthur Andersen S/C”, “Trevisan” e “PriceWaterhouseCoopers” auditaram a DVA e DFC de algumas empresas, referentes ao exercício do ano 2001. Pela Andersen: CPFL Geração de Energia S.A., CESP Companhia Energética de São Paulo e Companhia Paranaense de Energia – Copel; pela Trevisan: CEB – Companhia Energética de Brasília; e pela Price: Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa e Companhia Vale do Rio Doce.

pelos bancos⁵⁹, no período de 1995 a 2000, em milhões de Reais, e, no ano de 1994, em milhões de Dólares dos Estados Unidos; já na Tabela 2 espelha-se a Apuração e Distribuição em termos percentuais.

Tabela 1: Apuração e Distribuição do Valor Adicionado dos Bancos – 1994 a 2000

	2000	1999	1998	1997	1996	1995 ⁶⁰	1994
	Em milhões de Reais						US\$
1. Apuração do valor adicionado							
-Resultado bruto da intermediação financeira	34.910	33.247	24.775	22.048	12.809	21.587	30.459
-Outras receitas/despesas	-2.608	-1.950	495	2.810	748	1.340	2.717
-Bens e serviços adquiridos de terceiros	9.642	8.768	6.267	3.958	6.143	7.077	-965
Valor Adicionado	41.944	40.065	31.537	28.816	19.700	30.006	32.211
-Resultado participação coligadas/controladas	6.740	10.713	5.724	5.601	3.185	2.201	3.281
Valor Adicionado bruto	48.684	50.778	37.261	34.417	22.885	32.208	35.492
2. Distribuição do valor adicionado							
- Recursos Humanos	25.797	24.107	23.703	20.291	19.367	23.574	23.808
Salários e honorários	15.478	14.464	14.403	12.176	11.683	15.419	13.451
Encargos Sociais	7.739	7.232	6.797	6.086	5.763	5.799	9.012
Benefícios	2.580	2.411	2.503	2.029	1.921	2.356	1.345
- Governo	11.730	10.798	5.763	5.768	3.783	5.782	6.887
Despesas tributárias	3.572	3.629	1.657	1.217	954	1.004	977
Imposto de renda e contribuição sindical	987	467	102	1.166	143	1.170	2.816
INSS sobre salários	7.171	6.702	4.004	3.385	2.686	3.607	3.094
- Dividendos aos acionistas	1.179	1.955	799	982	699	621	959
- Retenções	9.978	13.918	6.996	7.376	-964	2.229	3.838
Depreciação e amortização	3.297	2.837	2.470	1.812	1.894	2.337	1.647
Lucro retido	6.681	11.081	4.526	5.564	-2.858	-108	2.191
Valor adicionado bruto	48.684	50.778	37.261	34.417	22.885	32.208	35.492

⁵⁹Extraídos da publicação “Balanço Social dos Bancos” emitida pela Febraban.

⁶⁰ Os dados de 1995 foram transcritos como constam na publicação da Febraban, onde se identifica uma pequena discrepância de soma.

Tabela 2: Apuração e Distribuição do Valor Adicionado dos Bancos – 1994 a 2000 – Participações Percentuais

	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994
1. Apuração do valor adicionado							
-Resultado bruto da intermediação financeira	71,8	65,5	66,5	64,0	56,0	67,0	85,8
-Outras receitas/despesas	-5,4	-3,8	1,3	8,2	3,3	4,2	7,7
-Bens e serviços adquiridos de terceiros	19,8	17,2	16,8	11,5	26,8	22,0	-2,7
Valor Adicionado	86,2	78,9	84,6	83,7	86,1	93,2	90,8
-Resultado participação coligadas/controladas	13,8	21,1	15,4	16,3	13,9	6,8	9,2
Valor Adicionado bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2. Distribuição do valor adicionado							
- Recursos Humanos	53,0	47,5	63,6	59,0	84,6	73,2	67,1
Salários e honorários	15,9	28,5	38,7	35,4	51,0	47,9	37,9
Encargos Sociais	15,9	14,2	18,2	17,7	25,2	18,0	25,4
Benefícios	5,3	4,8	6,7	5,9	8,4	7,3	3,8
- Governo	24,1	21,3	15,5	16,8	16,5	17,9	19,4
Despesas tributárias	7,3	7,2	4,4	3,5	4,2	3,1	2,8
Imposto de renda e contribuição sindical	2,0	0,9	0,3	3,4	0,6	3,6	7,9
INSS sobre salários	14,7	13,2	10,8	9,8	11,7	11,2	8,7
- Dividendos aos acionistas	2,4	3,8	2,1	2,9	3,1	1,9	2,7
- Retenções	20,5	27,4	18,8	21,4	-4,2	7,0	10,8
Depreciação e amortização	6,8	5,6	6,6	5,2	8,3	7,3	4,6
Lucro retido	13,7	21,8	12,2	16,2	-12,5	-0,3	6,2
Valor adicionado bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Encontra-se na Tabela 3 a composição anual do quadro de colaboradores dos bancos. Como se verifica, tem ocorrido uma contração sistemática do setor de 38% entre 1994 e 2000, possivelmente em decorrência da simplificação de procedimentos por conta do uso da informática e dos processos de liquidações, fusões e aquisições ocorridas na última década.

Tabela 3: Funcionários dos Bancos – 1994 a 2000

	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994
Total de funcionários	400.854	414.803	435.847	463.330	497.109	558.690	642.918
Total em relação a 1994	62	65	68	72	77	87	100

Na Tabela 4 apresentam-se os percentuais de distribuição do valor adicionado pelos bancos no ano 2000 e o valor médio do setor apresentado pela Febraban. Observam-se algumas distinções entre os bancos privados, Itaú e Unibanco, em relação aos demais bancos públicos.

Tabela 4: Distribuição Percentual do Valor Adicionado pelos Bancos em 2000⁶¹

	Basa	BB	Banrisul	Nordeste	Itaú	CEF	Unibanco	Setor
Recursos Humanos	44,8	66,6	56,5	62,1	39,9	65,6	40,0	53,0
Governo	24,7	18,8	26,0	20,9	24,6	22,1	33,2	24,1
Dividendos aos acionistas	6,4	3,4	9,1	3,9	11,9	0	10,4	2,4
Retenções	24,1	11,2	8,4	13,1	23,6	12,3	16,4	20,5
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Por outro lado, registram-se na Tabela 5 as relações dos valores adicionados pelos bancos por funcionário no ano 2000.

Tabela 5: Relação do Valor Adicionado pelos Bancos em 2000 por Funcionário

	Basa ³	BB	Banrisul	Nordeste	Itaú	CEF	Unibanco	Setor
Valor Adicionado em milhões de Reais	280	7.691	597	369	5.319	4.555	2.751	48.684
No. de Funcionários	2.643	78.201	8.330	3.880	47.524	53.760	28.384	400.654
Valor adicionado, em mil Reais, por funcionário	106	98	72	95	112	85	97	121

A participação anual de empregados e administradores no lucro dos bancos é registrada na Tabela 6. Dispondo-se do número de administradores, podem-se levantar indicadores que permitem avaliar a evolução do nível de distribuição de lucros entre esses beneficiários.

⁶¹ Os dados do Basa dizem respeito ao ano de 1999. O Banco Santos não apresentou a DVA.

Tabela 6: Participação no Lucro dos Bancos entre Empregados e Administradores – 1995 a 2000

	2000		1999		1998		1997		1996		1995	
Distribuição entre	Em milhões de Reais											
	%		%		%		%		%		%	
Empregados	705	95,4	666	92,9	495	94,3	407	89,9	205	84,7	141	81,5
Administradores	34	4,6	51	7,1	30	5,7	46	10,1	37	15,3	32	18,5
Totais	739	100,0	717	100,0	525	100,0	453	100,0	242	100,0	173	100,0

Por sua vez, a Tabela 7 possibilita verificar a composição percentual dos gastos com recursos humanos dos bancos, distribuídos entre “salários e honorários”, “encargos sociais” e “benefícios”, de 1994 a 2000. A regularidade observada nessa distribuição (60%, 30% e 10%) salta aos olhos⁶², dando margem a que uma verificação posterior seja efetivada para se definir suas possíveis causas.

Tabela 7: Composição Percentual dos Gastos com Recursos Humanos dos Bancos – 1994 a 2000

	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994
Recursos Humanos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Salários e honorários	60,0	60,0	60,8	60,0	60,0	65,4	56,5
Encargos Sociais	30,0	30,0	28,9	30,0	30,0	24,6	37,9
Benefícios	10,0	10,0	17,9	10,0	10,0	10,0	5,6

A Tabela 8 consigna a composição percentual dos gastos dos bancos com o governo, distribuídos entre “despesas tributárias”, “imposto de renda e contribuição sindical” e “INSS sobre salários”, de 1994 a 2000. Destaca-se a predominância, em média superior a 60%, do item “INSS sobre salários”.

Tabela 8: Composição Percentual dos Gastos dos Bancos com o Governo – 1994 a 2000

	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994
Governo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas tributárias	30,5	33,6	28,7	21,1	25,2	17,4	14,2
Imposto de renda e contribuição sindical	8,4	4,3	1,8	20,2	3,8	20,2	40,9
INSS sobre salários	61,1	62,1	69,5	58,7	71,0	62,4	44,9

⁶² A mesma distribuição foi observada nos dados publicados pela Febraban relativos ao ano de 2001.

Apresenta-se na Tabela 9 a composição percentual dos valores retidos pelos bancos nos anos de 1994 a 2000, verificando-se que nos anos de 1995 e 1996 não ocorreram retenções.

Tabela 9: Composição Percentual dos Valores Retidos pelos Bancos – 1994 a 2000

	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994
Retenções	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Depreciação e amortização	33,0	20,4	35,3	24,6	96,5	104,9	42,9
Lucro retido	67,0	79,6	64,7	75,4	-196,5	-4,9	57,1

Como se pode atentar, as tabelas apresentadas dão margem a que se desenvolvam diversas pesquisas. Por outro lado, é salutar que no estudo da evolução histórica dos dados monetários se leve em conta os processos inflacionários.

Estudos também podem ser realizados para se levantar a *performance* dos bancos tomando-se como parâmetros, por exemplo, os indicadores utilizados pelo Ibase, dispostos no Anexo G.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A solução das questões de natureza social que afetam a comunidade e o meio ambiente nos dias de hoje deixou de ser uma preocupação essencialmente do Estado, passando também a ser partilhada de forma mais ativa pela iniciativa privada.

Os desequilíbrios regionais no Brasil, as disparidades na distribuição da renda nacional e os processos discriminatórios contra as minorias, dentre outros, não são questões de solução de curto prazo; no entanto, necessitam ser enfrentadas no hoje, com políticas consistentes, duradouras e conseqüentes, num esforço comum entre os três setores, governo, empresariado e sociedade civil, evitando-se o agravamento dessa realidade e a geração de outros problemas num futuro próximo.

Este trabalho revelou, tomando por base os balanços sociais das instituições bancárias no Brasil, que elas têm envidado esforços no sentido de serem agentes de mudança, contribuindo com recursos humanos, financeiros e materiais, agindo em parceria com o poder público, com as associações civis e a sociedade em geral, na construção de um País mais justo e próspero.

Ao estudar o tema “balanço social”, o pesquisador se viu diante de outras questões como a da “responsabilidade social da empresa” e a dos “novos papéis” que estão sendo chamados a desempenhar os diversos atores sociais.

Observou-se que há uma busca das empresas, de uma forma geral, em serem consideradas empresas-cidadãs, por motivos vários, levando-as a atuarem mais intensamente junto às comunidades a sua volta, seja formando parcerias com os órgãos governamentais e ONGs, por meio de doações a entidades beneficentes, através do incentivo ao corpo funcional para atuar no voluntariado, e também por meio de suas próprias fundações e institutos.

O estudo permitiu verificar que um aspecto que se considera importante para que uma organização se torne cidadã é a formação de uma “cultura de responsabilidade social” em seu seio, engajando todos os que a fazem.

Evidenciou-se que a simples existência de um projeto social institucional não

surtirá os efeitos desejados, se a sua filosofia e propósitos não estiverem incorporados à cultura organizacional, envolvendo todos os escalões da entidade, num processo que deverá contar com o apoio integral da alta gerência. Constatou-se também que a preocupação com o social deverá fazer parte do cotidiano, sendo que alguns fatores auxiliam esse processo, como a existência de uma “missão” compreendida e partilhada por todos; a liberdade de opinião e participação; a existência de um sistema de informação e comunicação ágil e dinâmico; a continuidade dos projetos implementados etc. Como consequência, pode-se esperar que os colaboradores venham a incorporar às suas vidas princípios de cidadania e se tornem formadores de opinião em suas comunidades, criando um “círculo virtuoso”.

O “Balanço Social” é um dos instrumentos que as organizações têm se valido para expressar sua “responsabilidade social”, entende-se que ele deveria espelhar aquilo que a empresa fez, ou deixou de fazer, à vista do que ela mesma assumiu, formal ou informalmente, diante de si e de seus públicos interno e externo, como compromissos seus, independentemente de exigências legais, constituindo-se num documento formal de prestação de contas.

Percebeu-se que há dificuldades em se definir os limites da responsabilidade social de determinada empresa e em se mensurar essa responsabilidade; no entanto, é importante que se tenha consciência de que a entidade deva agregar valor à comunidade onde está inserida, sem se escusar de cumprir para com os objetivos para os quais foi constituída, de forma ética, oferecendo serviços e produtos de qualidade e com preço justo.

Observou-se que os projetos de lei que se encontram no Legislativo, propondo alterações na lei das S.A., em particular exigindo a DVA, e instituindo o Balanço Social pretendem atingir especialmente as grandes empresas⁶³; no entanto, a filosofia que tem embasado tais dispositivos necessita também ser disseminada junto às demais empresas, sejam públicas ou privadas, para que se crie uma cultura nacional

⁶³ Certamente que as instituições bancárias farão parte desse universo.

de responsabilidade social e se promovam esforços conjuntos para o enfrentamento das questões consideradas prioritárias para a promoção de um melhor nível de qualidade de vida para todos os brasileiros.

Este estudo levantou que 18% dos bancos no universo pesquisado publicam seu balanço social, número bastante aproximado daquele levantado na pesquisa realizada pela ADVB com 2.330 empresas, comentada no capítulo 2. Por outro lado, verificou-se que várias instituições que não confeccionam essa demonstração, utilizam-se da *Internet* ou de outros meios para explicitarem sua atuação no social, o que demonstra, de certa forma, que nem toda empresa que deixa de publicar seu balanço esteja se descuidando em demonstrar sua responsabilidade social à comunidade.

Outrossim, convém registrar que a representatividade em termos de "ativos totais" e "patrimônio líquido" dos nove bancos da amostra em relação ao "total do sistema bancário" chega a 45,07% e 33,16%, respectivamente⁶⁴.

Percebeu-se que inexistiu uniformidade de procedimentos na elaboração e na forma de se dar publicidade aos balanços sociais dos diferentes bancos. Alguns publicam o demonstrativo de forma isolada, outros o fazem juntamente com as demonstrações contábeis ou mesmo o inserem no Relatório da Administração. O Banco do Brasil e o Banco Itaú os têm agregado num *kit* com outros relatórios de suas respectivas organizações.

O Banco do Brasil incorporou em seu Relatório Social, sob o título de "Indicadores", o modelo sugerido pelo Ibase, constante do Anexo G. Tal modelo é composto por indicadores de responsabilidade social, tanto quantitativos, quanto qualitativos. Certamente, que a incorporação dessa mesma idéia pelos demais bancos seria salutar e viria a enriquecer os processos de análise dos balanços sociais realizados por estudiosos e pelo mercado.

Observou-se também a falta de padronização de critérios entre as instituições

⁶⁴ Retirando o BankBoston da amostra a representatividade cai para 42,82% e 31,72%, respectivamente.

sobre os pontos que são abordados nos balanços sociais, dificultando a realização de avaliações comparativas entre elas mesmas. Constatou-se também que ocorreram, dentro de uma mesma organização, variações de procedimentos entre exercícios sociais, ocasionando prejuízos às tentativas de estudos de evolução de rubricas específicas.

Os bancos oficiais, possivelmente pelo fato de exercerem funções públicas, como agentes do governo para implementação de suas políticas, costumam priorizar em seus balanços sociais a comprovação do cumprimento de seus objetivos institucionais, a exemplo do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia e da Caixa Econômica Federal, deixando de evidenciar, no entanto, o que realizam pelo social, além do que é estabelecido pelo arcabouço legal.

Por outro lado, o Banco do Brasil e o Banrisul, mesmo sendo públicos, têm procurado prestar contas tanto das ações que executam por força institucional quanto daquelas que realizam voluntariamente em prol de seu público interno, externo e do meio ambiente⁶⁵.

As divergências levantadas nos achados podem ser atribuídas ao fato de se considerar recente o tema “balanço social” no País e de que as empresas estão amadurecendo e consolidando seus procedimentos em busca daquilo julgado ideal ou oportuno.

Percebeu-se, diante dos documentos analisados, que as instituições bancárias, de uma forma geral, têm o entendimento de que a função de um balanço social segue a linha exposta pelo presidente da Febraban:

“A principal função do Balanço Social é tornar público como a empresa encara sua responsabilidade social, mostrando, com transparência, para o público em geral, seus clientes, consumidores e corpo de funcionários, assim como para seus acionistas, investidores institucionais e organismos governamentais, o que a empresa

⁶⁵ Pode-se supor que a postura do Banco do Brasil sofra influência dos órgãos que o assessoram, tipos Ibase e Instituto Ethos.

está fazendo na área social.” (Febraban, 2001, p. 1)(grifo nosso)

Diante do que foi exposto e analisado, e em resposta à indagação levantada no início deste trabalho, o pesquisador formulou a seguinte definição para balanço social:

O Balanço Social é um instrumento formal que permite externar a responsabilidade social de uma entidade, por meio de suas ações empreendidas em determinado tempo, de forma isolada ou em parceria, vinculadas ou não aos objetivos institucionais para os quais foi constituída, na expectativa de contribuir com a construção de uma sociedade sustentável, justa e digna para todos.

Constatou-se que a semente plantada pelo Banespa, divulgando seu balanço social de 1992, foi absorvida pela Febraban e continua a frutificar, desde 1993, podendo-se apontar como possíveis conseqüências positivas do trabalho da Federação: permitir à sociedade ter uma visão abrangente das ações específicas do segmento bancário, disseminar no mercado a importância da responsabilidade social corporativa e do balanço social; criar um *benchmarking* para o setor, além de servir de exemplo para que outras associações de classe divulguem os balanços sociais consolidados de seus respectivos setores.

Na publicação do Balanço Social dos Bancos, relativa ao ano 2000, a Febraban apresentou o “balanço” agrupado em quatro itens, que poderiam ser seguidos por todos os bancos, numa tentativa de busca de uniformidade: “Recursos humanos”; “Atendendo a coletividade”; “A distribuição da riqueza” e “O investimento social”.⁶⁶

O pesquisador entende que seria salutar para a comunidade, se os bancos buscassem levantar e disseminar, em seu meio, as melhores práticas a se adotar em suas atuações, efetuando-se estudos, nos moldes daquele realizado por Giuseppe, cujas

⁶⁶ Os bancos poderiam também seguir as linhas de balanço social propostas pelo deputado Ernesto Kapaz no art. 3º. do Substitutivo ao PL 32-A, conforme Anexo F.

conclusões estão no Anexo E, com vistas a se tentar construir uma sociedade melhor⁶⁷.

Observa-se que o setor bancário, por estar presente em praticamente todos os municípios brasileiros, pode ser um forte indutor da disseminação da prática da responsabilidade social no Brasil, tanto pelo exemplo, como pela influência que pode exercer junto a seus clientes em suas relações negociais.

Numa perspectiva de *full disclosure*, o balanço levantado pela Febraban poderia também conter dados, em séries históricas, no estilo utilizado pelo BB e Banco do Nordeste, sobre: a quantidade de bancários atuantes como voluntários, o número de reclamações trabalhistas contra o setor, a média dos menores e maiores salários da categoria, o número de acidentes do trabalho, incentivos fiscais utilizados (em todos os níveis de governo) e respectivas áreas, benefícios sociais espontâneos e obrigatórios por lei concedidos aos funcionários etc.

Sugere-se que as autoridades normatizadoras avaliem a oportunidade de determinar aos bancos que mencionem em seus Relatórios da Administração sua política de responsabilidade social e formas de evidenciação, numa tentativa de incentivar o exercício da responsabilidade social por esse setor.

Convém registrar que o presente trabalho não permitiu avaliar a real inserção de todas as instituições bancárias no social, uma vez que não levou em consideração as outras formas de evidenciação utilizadas pelos bancos, como a *Internet*, por exemplo.

Com vistas a complementar os estudos aqui iniciados, o autor recomenda que novas pesquisas sejam elaboradas, contemplando temas como:

- A evolução da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) dos bancos;
- Estudos de caso para se avaliar os impactos na comunidade em decorrência da ação social dos bancos;
- Avaliação do nível de satisfação dos diversos *stakeholders* do setor bancário;
- A leitura do balanço social realizada pelos sindicalistas do setor bancário;
- Políticas de pessoal implementadas pelos bancos com vistas a realocar os

⁶⁷ O pesquisador considera que a Febraban poderia capitanear tal processo.

funcionários demissionários por conta do enxugamento do setor;

- O voluntariado social vivenciado pelos bancários: relevância e significado.

Espera-se que a conjugação de esforços de todos os atores sociais, particularmente o setor bancário, possa redundar em uma sociedade mais justa e igualitária, onde o exercício da cidadania seja uma realidade para todos os brasileiros.

Por fim, o autor recomenda que o poder público, em todas as suas esferas, implemente programas com vistas à disseminação da prática da responsabilidade social individual e coletiva, seja incorporando aos currículos escolares, em todos os níveis, disciplinas específicas sobre o assunto, seja expondo à sociedade exemplos do poder transformador de ações de voluntariado, exercidas tanto por indivíduos, por associações, quanto por empresas.

6 REFERÊNCIAS

ABRANTES, José Serafim. A medida do exercício da responsabilidade das empresas. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário “Balço Social”**. Brasília: Câmara, 2001.

ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESA DO BRASIL (ADCE). Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa CE/UNIAPAC BRASIL. Disponível em: <<http://www.adce.org.br/cartprin.html>>. Acesso em: 24 maio 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS E MARKETING DO BRASIL (ADV B). III Pesquisa de Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.advbfbm.org.br/ires/pesquisa.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO (ANDIMA). **O novo Perfil do Sistema Financeiro**. Rio de Janeiro: Andima, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen) – **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro** (Cosif). Brasília: Bacen, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen) – **Manual de Normas e Instruções do Banco Central** (MNI). Brasília: Bacen, 2001.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (Basa). Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO DO BRASIL S.A. (BB). Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Disponível em: <<http://www.banconordeste.gov.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO ITAÚ S.A. Disponível em: <<http://www.itau.com.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Balço Social e Outros Aspectos da Responsabilidade Social Corporativa. Relato Setorial no. 2, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2001.

BARBUTO, João Guilherme M. Balanço Social, Constituição e Lei das S/A. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário “Balanço Social”**. Brasília: Câmara, 2001.

BARROS, Ricardo Paes de. Brasil: um país rico com muitos pobres. In: Congresso Nacional sobre Investimento Privado, 2000, Vitória. **Anais...** São Paulo: Gife, 2000.

BLACK, John. **Dictionary of Economics**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

BOLETIM IOB. Temática Contábil. Demonstração do Valor Adicionado de Bancos. São Paulo: IOB, Boletim no. 15, 1993.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial**. 2001. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOUDON, André. Social S.A. que dá. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 31-35, fev. 2002.

BRASIL, Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional.

BRASIL, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário “Balanço Social”**. Brasília: Câmara, 2001.

CAMBA, Daniele. Ações desprezam zelo social de S.A. **Valor**, São Paulo, 29 out. 2001. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valoreconomico/materia.asp?id=903714>>. Acesso em: 02 ago. 2002.

CARDOSO, Alexandre Jorge Gaia; ASHLEY, Patrícia Almeida. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARO, Luciana Del; CAMBA Daniele. Responsabilidade social atrai investidores. **Valor**, São Paulo, 6 jun. 2001, p. C2.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA (CRCSC). Disponível em: <<http://www.crcsc.org.br/balancoSocial/apresentacao.htm>>. Acesso em: 15 out. 2001.

CENTRO LATINO-AMERICANO PARA COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CLACDS). Guia de Eficiência Ecológica para Serviços Bancários. Disponível em: <<http://www.incae.ac.cr/PT/clacds/proyectos/ambientales/ecoeficiencia/>>. Acesso em: 28 jun. 2002.

CNN. Cúpula da Terra é inaugurada com apelo pelo fim do “apartheid global”. Disponível em: <<http://cnn.com.br/2002/mundo/afrika/08/26/cupuladaterra/index.html>>. Acesso em: 26 ago. 2002.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Livro Verde**. Comissão das Comunidades Europeias, 2001. Disponível em: <http://europe.eu.int/eurllex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf>. Acesso em: 30 set. 2001.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Balanço Social – A Posição da CVM. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/Publ_400.asp>. Acesso em: 16 ago. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 2. ed. Brasília: CFC, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CRC-SC). Disponível em: <www.crcsc.org.br/balancoSocial/apresentacao.htm>. Acesso em: 28 set. 2001.

COPELAND, Tom; KOLLER, Tim; MURRIN, Jack – **Avaliação de Empresas: Valuation**. São Paulo: Makron Books, 2000.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

DEMARCHI, Célia. Atuação social é forte no Brasil. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, São Paulo, 18 a 24 jun. 2001, p. 13.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2001.

ELLIOT, Robert K. Measuring the Quality of Life. In: SEIDLER, Lee J.; SEIDLER, Lynn L. **Social Accounting: Theory, Issues and Cases**. Los Angeles: Seidler Melvill Publishing Company, 1975.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS (Febraban). Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>> Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS (Febraban). **Balanço Social dos Bancos 1993**. São Paulo: Febraban, 1994.

_____. **Balanço Social dos Bancos 1994**. São Paulo: Febraban, 1995.

_____. **Balanço Social dos Bancos 1995**. São Paulo: Febraban, 1996.

_____. **Balanço Social dos Bancos 1996**. São Paulo: Febraban, 1997.

_____. **Balanço Social dos Bancos 1997**. São Paulo: Febraban, 1998.

_____. **Balanço Social dos Bancos 1998**. São Paulo: Febraban, 1999.

_____. **Balanço Social dos Bancos 1999**. São Paulo: Febraban, 2000.

_____. **Balanço Social dos Bancos 2000**. São Paulo: Febraban, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. **OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9790/99 como alternativa para o terceiro setor**. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 13.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Descrição Sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In: SILVA, César Augusto T.; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Artenova 1977.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E SOCIAL (Fides). Disponível em: <<http://www.fides.org.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 e 2002.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (Fipecafi); ARTHUR ANDERSEN. **Normas e Práticas Contábeis no Brasil**. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIUSEPPI, James. European banks' environmental and social policies and business practices survey – The Giuseppe Report. In: GUENE, Christophe; MAYO, Edward. (Org). **Banking and Social Cohesion**. *Charlbury: Jon Carpenter Publishing*, 2001.

GONÇALVES, Ernesto Lima. (Org.). **Balanço Social da Empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GONZALEZ, Roberto Sousa. Pesquisa sobre Balanço Social [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <adalberto.costa@uol.com.br> em 06 fev. 2002.

GRISAFFE, Douglas. Os ganhos tangíveis e intangíveis de quem faz o bem. In: Congresso Nacional sobre Investimento Privado, 2000, Vitória. **Anais...** São Paulo: Gife, 2000.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (Gife). Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

IBGE. IBGE divulga indicadores sobre desenvolvimento sustentável no Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/19062002/meioambiente.shtm>>. Acesso em: 20 jun. 2002.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial – São Paulo: 2001 – Ethos

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). Legislação relacionada com Balanço Social e Responsabilidade Social das Empresas. Disponível em: <<http://balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em: 13 set, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (Ibracon). **Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Ibracon, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

IOSCHPE, Evelyn Berg. Voluntariado empresarial alia interesses da iniciativa privada e da área social. In: Congresso Nacional sobre Investimento Privado, 2000, Vitória. **Anais...** São Paulo: Gife, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JOHNSON, Homer H. Corporate Social Audits – This Time Around. **Business Horizons**, Chicago, May/Jun. 2001. Disponível em: http://ehostvgw18.epnet.com/ehost.asp?key=204.179.122.140_8000_786967168&site=ehost&return=n. Acesso em: 03 maio 2002.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1990.

KLIKSBERG, Bernardo. Como Reformar o Estado para Enfrentar os Desafios Sociais dos Anos 2000. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Um novo caminho para o Brasil no Século XXI**. Brasília: UNESCO, 2002.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LUCCA, Elcio Aníbal de. Vantagens da responsabilidade social. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 jul., 2001. p. A-3.

LUCCA, Elcio Aníbal de. Questão Prática do Balanço Social. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário “Balanço Social”**. Brasília: Câmara, 2001.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. Inserindo a responsabilidade social das empresas ao contexto brasileiro. In: ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MATTAR, Hélio. Em busca da globalização solidária. In: Congresso Nacional sobre Investimento Privado, 2000, Vitória. **Anais...** São Paulo: Gife, 2000.

MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Um novo caminho para o Brasil no Século XXI**. Brasília: UNESCO, 2002.

OTTONE, Ernesto. Notas sobre Globalização e Progressismo. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Um novo caminho para o Brasil no Século XXI**. Brasília: UNESCO, 2002.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

QUEIROZ, Adele. Aplicação de modelos de responsabilidade social à realidade brasileira. In: ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

- PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial**. Rio de Janeiro, 1999. Texto para Discussão 68. BNDES.
- RICCA, José Luiz. A função do balanço social na sociedade. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário “Balanço Social”**. Brasília: Câmara, 2001.
- RIOLI, Vladimir Antonio. Balanço Social. In: TERTULIANO, Francisco Augusto et al. **Full disclosure: como aperfeiçoar o relacionamento das empresas abertas com o mercado de capitais**. São Paulo: Maltese, 1993.
- ROCHA, Ismael. O encontro do social com o comercial. In: Congresso Nacional sobre Investimento Privado, 2000, Vitória. **Anais...** São Paulo: Gife, 2000.
- ROSEMBLUM, Célia. Consumidor debate conduta ética. **Valor**, São Paulo, 6 jun., 2001, p. F3.
- SÁ, A. Lopes de; SÁ, A. M. Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas**. 1999. Tese (Livre-Docência em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SAUNDERS, Anthony. **Administração de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.
- SCHARF, Regina. Para estudo fundos éticos rendem mais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 ago., 2001, p. A-4.
- SCHILLING, Voltaire. A Guerra do Vietnã. Disponível em: http://www.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_vietna.htm. Acesso em: 29 jul. 2002..
- SCHUSTER, Leo. The societal responsibility of commercial and social savings banks. In: GUENE, Christophe; MAYO, Edward. (Org). **Banking and Social Cohesion**. Charlbury: Jon Carpenter Publishing, 2001.
- SEABRA, Sandra. Fundo aplica em empresas socialmente responsáveis. **Valor**, São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <http://www.valor.com.br/valoreconomico/materia.asp?id=828068>. Acesso em: 02 ago. 2002.
- SEIDLER, Lee J.; SEIDLER, Lynn L. **Social Accounting: Theory, Issues and Cases**. Los Angeles: Seidler Melvill Publishing Company, 1975.
- SIEGEL, Joel G.; SHIM, Jae K. **Dictionary of Accounting Terms**. 3. ed. Hauppauge: Barron’s Educational Series, Inc., 2000.
- SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- SOUZA, Herbert de. Empresa Pública e Cidadã. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1997. Dinheiro, Caderno 2, p. 2.
- STONE, Brett A. A Special-Purpose Taxonomy of Corporate Social Performance Concepts. **Accounting and the Public Interest**, New Paltz, v. 1, 2001.

SUCUPIRA, João A. Ética nas Empresas e Balanço Social. In: SILVA, César Augusto T.; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. Responsabilidade Social das Empresas (RSE) no Brasil. In: SILVA, César Augusto T.; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TROSTER, Roberto Luis. Balanço Social e Responsabilidade Social [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <adalberto.costa@uol.com.br> em 26 ago. 2002.

UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. (Unibanco). Disponível em: <<http://www.unibanco.com.br>>. Acesso em: diversas datas de 2001 a 2002.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Are transnationals bigger than countries? (Press Release). Disponível em: <<http://www.unctad.org/en/press/pdfs/pr0247en.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2002.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Declaração Internacional da Banca sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sustain-Ability). Disponível em: <<http://unepi.net/fii/portug.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2002.

VELOSO, Leticia Helena M. Ética, valores e cultura: especificidades do conceito de responsabilidade social corporativa. In: ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Responsabilidade Social das Organizações: Estudo de Caso no Banco Central do Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

VILHENA, João Batista. Responsabilidade social. Vale a pena investir? **Conjuntura Econômica**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 29, fev. 2002.

ZADEK, Simon; PRUZAN, Peter; EVANS, Richard. **Building Corporate AccountAbility**. London: Earthscan, 1997.

ZEEGERS, Jacques. What should be the social responsibility of banks? In: GUENE, Christophe; MAYO, Edward. (Org). **Banking and Social Cohesion**. Charlbury: Jon Carpenter Publishing, 2001.

ZIMMERMANN, Patrícia. Qualidade de vida melhora, mas cresce concentração de renda no Brasil. **Folha Online**, São Paulo, 23 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/brasil/uli96u34958.shl>>. Acesso em 24 jul. 2002.

Anexo A
Cinquenta Maiores Bancos por Ativos Totais

01	BB
02	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
03	BNDES
04	BRADESCO
05	ITAU
06	UNIBANCO
07	BANESPA
08	ABN AMRO
09	SANTANDER BRASIL
10	SAFRA
11	HSBC
12	BANKBOSTON
13	BCO NOSSA CAIXA S.A.
14	CITIBANK
15	SUDAMERIS
16	BBA-CREDITANSTALT
17	BILBAO VIZCAYA
18	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
19	MERCANTIL FINASA
20	BANRISUL
21	VOTORANTIM
22	LLOYDS
23	CHASE
24	BCO SANTOS S.A.
25	FIAT
26	CSFB GARANTIA
27	BANCOCIDADE
28	ALFA
29	BIC
30	RURAL
31	FORD
32	MERCANTIL DO BRASIL
33	VOLKSWAGEN
34	BBM
35	GM
36	FIBRA
37	BCO DA AMAZONIA S.A.
38	BMC
39	DRESDNER
40	EUROPEU
41	ABC
42	BANESTES
43	PACTUAL
44	BNL
45	DEUTSCHE
46	MULTI BCO S.A.
47	BARCLAYS-GALICIA
48	ING
49	BCO DO EST. DE SC S.A.
50	BCO TOKYO-MITSUBISHI BRASIL

Fonte: Bacen

Anexo B
Modelo de *e-mail* encaminhado aos bancos

Prezados Senhores:

Com vistas a subsidiar a elaboração de ‘Dissertação’ sob o tema ‘Balanço Social dos bancos no Brasil’, solicito a V.Sas. a gentileza de fornecer-me cópia de todos os seus Balanços Sociais e, se possível, do Balanço Patrimonial, do Relatório da Administração, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e da Demonstração do Valor Adicionado (se for o caso), referentes aos exercícios em que se publicou o Balanço Social.

Outrossim, gostaria de receber suas considerações aos questionamentos apresentados no ‘anexo’ ao presente *e-mail*.

Na oportunidade, informo-lhes que sou servidor do Banco Central do Brasil (Bacen), cursando mestrado em Ciências Contábeis, promovido pela Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), contemplado pelo Programa de Pós-Graduação do Bacen.

Por fim, gostaria de obter o nome e respectivo telefone de prepostos dessa instituição que poderiam oferecer maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Grato por sua atenção, cordialmente,

Adalberto Vieira Costa Filho

Endereço:

70337-090 – Brasília – DF

Telefones: (61)

e-mail: adalberto.costa@uol.com.br

adalberto.costa@bcb.gov.br

Anexo C

Questionário de Pesquisa: Balanço Social e Responsabilidade Social

1. Que áreas participam da confecção do Balanço Social (BS)? Quais os responsáveis pelo produto final? A Contabilidade tem papel preponderante?
2. A metodologia empregada na confecção do BS é própria? Segue-se algum modelo de entidade externa ao banco?
3. Quando foi realizado o 1º BS na instituição? Que aspectos históricos podem ser ressaltados para se chegar a esse 1º BS?
4. Qual a importância do BS para o banco? Há algum estudo sobre o assunto? Há alguma preocupação com o uso do *marketing* social?
5. A quem, prioritariamente, o banco remete seu BS? Os dados de sua instituição têm sido remetidos regularmente à Febraban para a confecção do “Balanço Social dos Bancos” – documento consolidado a nível nacional?
6. Os sindicatos que representam os bancários demonstram algum interesse pelo BS?
7. A instituição julga relevante que os órgãos competentes normatizem a confecção do BS e a tornem obrigatória? Também é importante a Auditoria do BS?
8. Quais as possíveis questões envolvidas com a não confecção de BS por outras instituições bancárias?
9. Em que nível organizacional são definidas suas ações sociais? Qual a participação do corpo funcional?
10. Como se dá o relacionamento do banco com os diversos níveis de governo quando da definição dos investimentos sociais?
11. Há orçamento anual para as ações sociais? As ações sociais constam de seu “planejamento estratégico”?
12. Qual a relação do banco com as empresas do terceiro setor (ONGs) e como são tratadas suas demandas?

13. A Pesquisa “Ação Social da Empresa” encetada pelo IPEA foi respondida por esse banco?
14. A Responsabilidade Social é um tema em voga no seio da organização?
15. A instituição possui um Código de Ética? Tem-se dado ampla divulgação ao mesmo?
16. O banco levanta dados sobre a responsabilidade social de suas empresas clientes e os utiliza quando da concessão de créditos ou da realização de seus contratos/negócios?
17. O banco se utiliza de incentivos fiscais para suas ações sociais? Participa de programas para preservação do ‘meio ambiente’?
18. Existem ações sociais que são consideradas prioritárias para a organização?
19. Como são avaliados os resultados das ações sociais da instituição?
20. Que aspectos positivos ou negativos podem ser percebidos em função da ação social do banco, tanto para o público interno quanto externo?
21. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é publicada regularmente, em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis?

Anexo D

Participantes do Sistema Financeiro Nacional

	Regulação e Fiscalização			
	Bacen	CVM	Susep	SPC
Instituições Financeiras Captadoras de Depósito à Vista				
1. Bancos Múltiplos com Carteira Comercial	X			
2. Bancos Comerciais	X			
3. Caixas Econômicas	X			
4. Cooperativas de Crédito	X			
Demais Instituições Financeiras				
5. Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial	X			
6. Bancos de Investimento	X	X		
7. Bancos de Desenvolvimento	X			
8. Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	X			
9. Sociedades de Crédito Imobiliário	X			
10. Companhias Hipotecárias	X			
11. Associações de Poupança e Empréstimo	X			
12. Agências de Fomento	X			
13. Sociedades de Crédito ao Microempreendedor	X			
Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros				
14. Bolsas de Mercadorias e de Futuros	X	X		
15. Bolsas de Valores		X		
16. Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários	X	X		
17. Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários	X	X		
18. Sociedades de Arrendamento Mercantil	X			
19. Sociedades Corretoras de Câmbio	X			
20. Representações de Instituições Financeiras Estrangeiras	X			
21. Agentes Autônomos de Investimento	X	X		
Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros				
22. Entidades Fechadas de Previdência Privada				X
23. Entidades Abertas de Previdência Privada			X	
24. Sociedades Seguradoras			X	
25. Sociedades de Capitalização			X	
26. Sociedades Administradoras de Seguro-Saúde			X	
Administração de Recursos de Terceiros				
27. Fundos Mútuos	X	X		
28. Clubes de Investimento		X		
29. Carteiras de Investimentos Estrangeiros	X	X		
30. Administradoras de Consórcio	X			
Sistemas de Liquidação e Custódia				
31. Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC	X			
32. Sistema de Custódia e de Liq. Financ. de Títulos - CETIP	X			
33. Caixas de Liquidação e Custódia		X		

Fonte: Bacen.

Anexo E

O Banco Modelo de Melhores Práticas

a) Aplica as recomendações das Declarações da *UNEP*, como praticado pelo Hypo VereinsBank;⁶⁸

b) *Accountability* pode ser alcançada por meio de uma verificação, numa base regular, do Relatório Social, na linha do Co-operative Bank do Reino Unido. Tais relatórios exigem comunicação com todos os *stakeholders* e transparência em todos os seus atos. Como um passo em direção a esse objetivo, os bancos podem encorajar e apoiar seus clientes para adotar as melhores práticas ambientais e confeccionar seus relatórios ambientais. O BCH da Espanha adota tais praticas por meio de seminários e conferencias. As grandes companhias poderiam implementar um Sistema de Gerencia Ambiental (*Environmental Management System – EMS*) para assegurar que os recursos estão sendo monitorados e conservados com eficiência dentro de seus alvos;

c) Apoiando tais iniciativas como o Fundo de Investimentos Europeu (*European Investment Fund*), como é feito pelo BCP de Portugal, provendo as pequenas e médias empresas (*Small and Medium-Sized Enterprises – SMEs*) que desenvolvem produtos e serviços ambientalmente saudáveis com empréstimos em termos favoráveis;

d) Examinando as práticas ambientalistas de seus clientes, que consiste em se medir a sua *performance* ambiental. A última parte é uma parte que os bancos geralmente estão evitando, reclamando que não deveriam agir como polícia ambiental. No entanto, a menos que sejam medidas as suas *performances*, as empresas tenderão a agir apenas na forma da lei;

e) Incentivando iniciativas financeiras da comunidade. Isso requer uma adaptação ao ambiente que demanda tais serviços, como conhecimento daqueles que demandam os empréstimos (clientes) e do próprio mercado, como praticado pelo Triodos Bank. Incentivos também podem incluir o uso de premias, substituição no quadro de pessoal, transferência tecnológica, treinamento e acompanhamento - sendo comumente conduzido pelos inspetores

⁶⁸ *UNEP – United Nations Environment Programme* (Programa das Nações Unidas para o Ambiente)

(fiscais) dos bancos;

f) Implementando políticas transparentes em seus negócios no exterior, utilizando-se de lições apreendidas com crises de dívida para reduzir o risco do banco e dos devedores. Transparência, como recomendado pelo Jubileu 2000 (*Jubilee 2000*) e organizações similares, é um critério fundamental para assegurar que os termos dos empréstimos ambientalmente sustentáveis têm a concordância de todos os *stakeholders*;

g) Publicando sua política ética, declarando claramente para quais áreas que o banco não concederá empréstimos e também os padrões que deverão ser seguidos por clientes e fornecedores que desejem operar com ele, na linha da política ética do Co-operative Bank do Reino Unido;

h) Adotando políticas de inclusão social para melhorar o acesso ao serviço bancário daqueles setores da sociedade que têm sido progressivamente excluídos. Isso incluiria o uso de contas correntes e o acesso a cabines eletrônicas em locais acessíveis;

i) Utilizando-se das melhores práticas nos locais de trabalho, incluindo uma política de iguais oportunidades, um abrangente programa de treinamento e de altos benefícios à maternidade e paternidade.

(tradução nossa)

Anexo F

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 32-A, de 1999

Cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providências.

CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providências.

Art. 2º Entende-se por Balanço Social o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da sua atuação sócio-ambiental, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação destes nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de seu desenvolvimento pessoal, o cumprimento das cláusulas sociais e a interação da empresa com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º O Balanço Social deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

I – Mensagem do Presidente da empresa, incluindo, dentre outros:

- a) declaração de comprometimento em relação a objetivos econômicos, sociais e ambientais a que a empresa se propõe;
- b) especificação dos êxitos e insucessos logrados no período de referência;
- c) desafios mais significativos para a organização quanto ao seu desempenho social, ambiental e econômico e as respectivas implicações para as estratégias futuras;

II – Perfil do empreendimento, incluindo:

- a) nome da organização;
- b) principais produtos e serviços, inclusive marcas;
- c) número de empregados e percentual de trabalhadores terceirizados em relação ao total da força de trabalho;
- d) data do Balanço Social imediatamente anterior;

- e) natureza dos mercados em que atua e perfil dos seus clientes;
- f) forma de constituição da empresa;
- g) alterações significativas na estrutura, na propriedade, nos produtos ou nos serviços da empresa ocorridas desde a publicação do Balanço Social imediatamente anterior;
- h) Princípios, valores, código de ética e visão de futuro da empresa no que concerne aos desafios a serem enfrentados nestes campos;

III – Setores da economia em que atua a empresa;

IV – Histórico da empresa;

V – Processos utilizados pela empresa no diálogo com os públicos com os quais se relaciona – acionistas/cotistas, público interno, clientes/consumidores, entidades da sociedade civil, governo;

VI– Indicadores de desempenho econômico no contexto da responsabilidade social da empresa, incluindo:

- a) efeitos de geração e de distribuição de riqueza pela empresa;
- b) divisão entre maior e menor remuneração em espécie paga pela empresa (incluindo participação nos lucros e programa de bônus)
- c) efeitos econômicos decorrentes da abertura, da transferência e do fechamento de unidades da empresa;
- d) valores envolvidos na terceirização de processos e de serviços;
- e) investimento e comprometimento com pesquisa e desenvolvimento;

VII - indicadores de desempenho social no contexto da responsabilidade social da empresa, compreendendo:

- a) na interação com o público interno:
 1. participação dos empregados na definição de metas e indicadores de desempenho relacionados a condições de trabalho, saúde e segurança;
 2. processos de participação dos empregados nos lucros da empresa;
 3. ações da empresa frente à necessidade de redução de custos com pessoal;
 4. ações relativas à preparação de empregados para a aposentadoria;
 5. existência de programas sistemáticos de desenvolvimento e capacitação

profissional dos empregados e percentual de investimentos em benefícios (saúde, educação e treinamento dos empregados) em relação à receita total, ao total das despesas operacionais e ao total de gastos com pessoal;

6. percentual de mulheres, de negros, de pardos, de portadores de deficiência e de pessoas com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade no total de empregados, de cargos de gerência e de cargos de diretoria;

7. perfil salarial de brancos, de negros e de pardos, para cada um dos sexos, nos cargos de diretoria, de gerência, administrativos e de produção;

8. estatísticas de acidentes de trabalho e programas para redução de acidentes;

9. rotatividade da mão-de-obra;

10. participação em campanhas internas e externas para a erradicação do trabalho infantil;

11. programas de contratação voltados para indivíduos com idade superior a 45 (quarenta e cinco) anos, desempregados há mais de 2 (dois) anos, portadores de deficiência e ex-detentos;

12. normas e processos de combate ao assédio sexual conhecidas pelo público interno;

b) na interação com fornecedores e parceiros:

1. principais aspectos das políticas de seleção, contratação, avaliação e desenvolvimento de fornecedores, enfatizando cláusulas de responsabilidade social;

2. programas de monitoramento e de verificação do cumprimento dos critérios sócio-ambientais acordados com os fornecedores;

3. programas de valorização de fornecedores locais comunitários;

c) na interação com os consumidores e clientes:

1. pesquisas de satisfação dos consumidores e clientes da empresa;

2. estatísticas do funcionamento do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC e ou Ombudsman implantado pela empresa;

3. inovações implantadas em decorrência da atuação do Ombudsman ou do SAC;

4. querelas envolvendo a aplicação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;
5. programas de treinamento para profissionais de atendimento;
6. aperfeiçoamento das informações contidas nos rótulos, embalagens e bulas dos produtos fabricados pela empresa;
7. aperfeiçoamento de produtos, processos e serviços visando ao aumento da eficiência na utilização de matérias-primas e da segurança no descarte de resíduos;
- d) na interação com a comunidade em que a empresa está inserida:
 - 1) mecanismos de registro e de encaminhamento de soluções em resposta a reclamações e manifestações da comunidade relativas aos impactos provocados pela atuação da empresa;
 - 2) recursos humanos e financeiros da empresa aplicados em serviços de apoio a voluntários ou a programas estruturados de voluntariado;
 - 3) montante de recursos aplicados pela empresa em ações/projetos sociais como percentual da receita bruta, excluindo benefícios trabalhistas;
 - 4) valor das doações em produtos e serviços efetuadas pela empresa como percentual do montante total de recursos por ela destinados à ações sociais;
 - 5) valor das doações em espécie efetuadas pela empresa como percentual do montante total de recursos por ela destinados à ações sociais;
 - 6) utilização de incentivos fiscais associados ao financiamento de atividades culturais e sociais;
 - 7) mecanismos de inclusão das ações sociais no planejamento estratégico da empresa e medida do impacto destes projetos;
 - 8) percentual de empregados envolvidos com trabalho voluntário na comunidade e número de homens-hora doados pela empresa para esta finalidade;
- e) na interação com o Governo e a sociedade:
 1. participação em associações e fóruns empresariais com a finalidade de contribuir para a elaboração de propostas de interesse público e caráter social;
 2. políticas de prevenção e ações empreendidas no combate à prática de

corrupção em suas diversas vertentes;

3. políticas e processos utilizados pela empresa no apoio e contribuições a campanhas políticas;

4. total de postos de trabalho gerados liquidamente no período de referência

VIII - indicadores de desempenho ambiental no contexto da responsabilidade social da empresa, compreendendo:

a) programação de redução, reutilização e reciclagem de resíduos;

b) ações de educação ambiental;

c) impactos ecológicos decorrentes da atuação da empresa, incluindo:

1. consumo de energia elétrica, de água e de combustíveis fósseis por unidade produzida e iniciativas para o aumento da eficiência;

2. volume de resíduos sólidos gerados;

d) percentual da receita bruta total da empresa aplicado em programas e projetos de melhoria ambiental e, separadamente, de tratamento de resíduos;

e) prêmios e certificações conquistados pela empresa em decorrência de sua gestão ambiental;

f) iniciativas para a utilização de fontes de energia renováveis e material reciclado;

g) participação em conselhos locais ou regionais para a discussão da questão ambiental junto ao Governo e à comunidade;

h) processos e resultados alcançados na busca de redução da emissão dos gases responsáveis pela ocorrência do efeito estufa e, separadamente, dos gases responsáveis pela destruição da camada de ozônio;

i) investimentos na atualização tecnológica e na pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços que respeitem critérios de proteção ambiental;

Parágrafo único. As informações que deverão constar no Balanço Social como descreve o artigo 3º poderão ser revistas anualmente.

Art. 4º A elaboração do Balanço Social, com periodicidade anual, é obrigatória para as empresas que, tendo auferido receita total bruta superior a R\$ 50.000.000,00

(cinquenta milhões de reais) no ano anterior;

I – busquem participar ou participem de licitações e contratos da Administração Pública; ou

II – busquem beneficiar-se ou se beneficiem de incentivos fiscais ou dos programas de crédito oficiais.

Parágrafo único. O valor de que trata o inciso I deste artigo será corrigido anualmente pela variação de índice de preços calculado por instituição pública ou privada de reconhecida competência e idoneidade, a ser especificado no Regulamento.

Art. 5º O Balanço Social deverá ser divulgado até o dia 30 (trinta) de abril do ano seguinte ao de referência.

Parágrafo único. É facultado à empresa selecionar a forma de divulgação do seu Balanço Social, inclusive em sítio da Internet, dispensada a obrigatoriedade de publicação em jornal ou em veículo oficial de imprensa.

Art. 6º É garantido o acesso ao Balanço Social, bem assim sua divulgação, aos empregados da empresa e aos membros de órgãos governamentais, do Poder Legislativo, dos sindicatos, das universidades e das demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 7º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço Social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social, em nível regional e nacional.

Art. 8º As obrigações contidas nesta Lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 9º As empresas que não atenderem, no todo ou em parte, ao disposto nesta Lei ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública e de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e estarão sujeitas a multa pecuniária, em valor a ser definido pelo Regulamento.

Parágrafo único. O Poder Executivo dará publicidade das empresas que, estando obrigadas à elaboração do Balanço Social, na forma do art. 4º, não o fizerem no prazo

especificado no art. 5º, caput.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor no início do exercício financeiro subsequente ao da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado EMERSON KAPAZ

Relator

Anexo G

Modelo Ibase de Balanço Social

1) Base de Cálculo		2001			2000		
		Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)							
Resultado Operacional (RO)							
Folha de Pagamento Bruta (FPB)							
2) Indicadores Sociais Internos		Valor	%Sobr	%Sobre	Valor	%Sobr	%Sobre
		(Mil R\$)	e FPB	RL	(Mil R\$)	e FPB	RL
Alimentação							
Encargos sociais compulsórios							
Previdência privada							
Saúde							
Segurança e medicina no trabalho							
Educação							
Cultura							
Capacitação e desenvolvimento profissional							
Creches ou auxílio-creche							
Participação nos lucros ou resultados							
Outros							
Total - Indicadores Sociais Internos							
3) Indicadores Sociais Externos		Valor	%Sobr	%Sobre	Valor	%Sobr	%Sobre
		(Mil R\$)	e RO	RL	(Mil R\$)	e RO	RL
Educação							
Cultura							
Saúde e saneamento							
Habitação							
Esporte							
Lazer e diversão							
Creches							
Alimentação							
Outros							
Total das Contribuições para a Sociedade							
Tributos (excluídos encargos sociais)							
Total – Indicadores Sociais Externos							
4) Indicadores Ambientais							
Relacionados com a operação da empresa							
Em Programas e/ou projetos externos							
Total dos Investimentos em Meio Ambiente							
5) Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de empregados ao final do período							
Nº de admissões durante o período							
Nº de empregados terceirizados							
Nº de empregados acima de 45 anos							
Nº de mulheres que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por mulheres							
Nº de negros que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por negros							
Nº de empregados portadores de deficiência							
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa							

Número total de acidentes de trabalho			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
7) Outras Informações			

Instruções para o preenchimento	
Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa. Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa.
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários, clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários.
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, recebe o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site e etc. Mais informações: www.balancosocial.org.br Restrições: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam comprovadamente envolvidas com exploração de trabalho infantil.
1) Base de Cálculo	Itens Incluídos
Receita Líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado Operacional	Lucro ou prejuízo apresentado pela empresa no período
Folha de Pagamento Bruta	Valor total da folha de pagamento
2) Indicadores Sociais Internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação dos empregados
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios aos aposentados e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida pelos empregados
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche aos empregados
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos os empregados podem ser aqui enumerados
3) Indicadores Sociais Externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados. Não incluir os gastos/investimentos declarados nos Indicadores Sociais Internos. Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir, porém podem aparecer aqui somente os investimentos e contribuições que a empresa realiza regularmente (ação focalizada em educação, por exemplo)

Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4) Indicadores Ambientais	
Relacionados com a operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os funcionários e outros gastos com o objetivo de incrementar a qualidade ambiental na operação da empresa
Em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ambientais, educação ambiental para a comunidade externa e para sociedade
5) Indicadores do Corpo Funcional	
Nº de negros que trabalha na empresa	Considerar como trabalhadores negros o somatório de indivíduos classificados como pretos e pardos (conforme a RAIS)
Instruções para o preenchimento	
6) Informações Relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
7) Outras Informações	
	Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social e da cidadania empresarial

Anexo H

Balço Social dos Bancos – Febraban – Exercício do ano 2000

Com o objetivo de se ter uma visão geral da estrutura e da forma de apresentação do Balço Social dos Bancos utilizada pela Febraban, em sua versão do ano 2000, passa-se a discorrer sobre o que ali se contém.

O presidente da Federação, Gabriel Jorge Ferreira, em sua introdução, faz as seguintes colocações:

“Nas últimas décadas do século XX, europeus de diferentes nacionalidades iniciaram um movimento de cobrança por um maior comprometimento social das empresas, vindo a consolidar-se, em decorrência, a necessidade de divulgação de relatórios das atividades empresariais nesse campo, os chamados Balços Sociais.

Além do lado ético e humano que a responsabilidade social envolve, as ações realizadas pelas empresas em benefício das comunidades onde atuam tornaram-se, nos anos mais recentes, uma questão de estratégia e de sobrevivência a longo prazo.

A principal função do Balço Social é tornar público como a empresa encara sua responsabilidade social, mostrando, com transparência, para o público em geral, seus clientes, consumidores e corpo de funcionários, assim como para seus acionistas, investidores institucionais e organismos governamentais, o que a empresa está fazendo na área social.” (grifo nosso)

A publicação está dividida em quatro grandes grupos: “Recursos Humanos o principal ativo dos bancos”; “Atendendo a coletividade”; “A distribuição da riqueza gerada pelos bancos”; e “O investimento social dos bancos”.

a) Recursos humanos o principal ativo dos bancos

Essa seção mostra a importância com que se reveste a participação efetiva dos funcionários que compõem a força de trabalho, no sentido de se atingir os alvos do setor. É de cerca de um milhão o número de brasileiros que dependem diretamente da administração

eficaz dos bancos (400 mil bancários e 560 mil dependentes diretos).

Um Perfil é então apresentado com tabelas e gráficos e comentários discriminando por: Funções exercidas, Faixas etárias, Escolaridade, Tempo de casa, e Lotação por dependência.

Utilizando essa mesma classificação é apresentado o cálculo do *Turnover* - indicador do nível de estabilidade no emprego.

Sobre a Remuneração do bancário indica-se o total despendido no ano com essa rubrica (R\$ 25,8 bilhões), o salário médio do bancário (R\$ 2.224,89) e o acréscimo em relação ao ano anterior (9,66%), além de cláusula da Convenção Coletiva da categoria que assegurou a participação nos lucros ou resultados (PLR), variando de 5 a 15% do lucro líquido do banco no exercício.

Sobre os Benefícios - apontados como importante remuneração indireta - e evocando-se a responsabilidade social dos bancos são citados: Alimentação (tíquetes para alimentação e auxílio para aquisição de cestas básicas); Assistência médica e odontológica (prestada através de convênios com clínicas e empresas especializadas); Auxílio-Transporte e Auxílio-Creche, além de Auxílio Educação (concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais) e Outros (empréstimos a taxas favorecidas, donativos assistenciais, colônias de férias etc.).

A seção finaliza apresentando os esforços para Capacitação e Desenvolvimento da equipe, citando tanto o número de eventos realizados quanto o número de participantes, além do valor investido (R\$ 187 milhões). Os eventos são discriminados em: internos, externos, seminários no exterior, programas de pós-graduação e mestrado, no país e no exterior.

As ações em treinamento têm ênfase em: Desenvolvimento Gerencial; Desenvolvimento de equipes; Desenvolvimento de talentos; Formação para cargos de alta gerência; Treinamento técnico funcional; Atendimento ao público; Programas de qualidade; Programas de graduação, pós-graduação e mestrado.

b) Atendendo a coletividade

Essa seção inicia-se mostrando a quantidade de pontos de atendimento aos clientes existentes no país (37.541) mantida pelos 193 bancos, detalhando também a origem de capital e o número de bancos (nacional, com participação estrangeira, com controle estrangeiro, estrangeiro, público federal e estadual), além das participações percentuais sobre: depósitos, operações de crédito, ativos e patrimônio líquido. Também menciona a quantidade de contas correntes (quase 56 milhões) e contas de poupança (cerca de 46 milhões) possuídas por seus clientes.

Destaque é dado no item Auto-atendimento e informatização à pesquisa anual da Fundação Getúlio Vargas sobre Tecnologia da Informação que concluiu ser o setor bancário o maior em investimento em tecnologia, destinando cerca de 8,5% de seu patrimônio para aprimoramento de seu parque tecnológico. Apontam-se a quantidade de equipamentos instalados, por tipo e local e o número médio mensal de lançamentos em contas correntes, de poupança e aqueles efetuados por meio de equipamentos de auto-atendimento.

Salientam-se os serviços prestados ao Governo, tanto na arrecadação de tributos (federal, estadual e municipal), quanto em pagamentos e recebimentos (INSS, FGTS, DPVAT, Contribuição Sindical), como também aqueles às concessionárias de serviços públicos (saneamento básico, energia elétrica, telefonia, gás encanado).

Menciona-se a quantidade de cheques compensados no ano, o número de cartões de crédito e débito e o crescimento de seu uso nas transações comerciais.

c) A distribuição da riqueza gerada pelos bancos

Apresenta-se a Demonstração do Valor Adicionado e se procede uma comparação, com comentários sobre os dados relativos ao ano anterior (1999).

Procura-se evidenciar como relevante o montante da contribuição tributária dos “conglomerados financeiros e da atividade financeira” para os cofres do Governo.

O relatório registra que o patrimônio dos bancos, no valor de R\$ 71,7 bilhões pertence a mais de 3,7 milhões de acionistas, sendo 93% de pessoas físicas, revelando a democratização do capital do sistema financeiro brasileiro. Aponta também que alguns bancos

têm dado oportunidade a seus funcionários de adquirirem ações por preço abaixo do de mercado, como política de administração de recursos humanos.

d) O investimento social dos bancos

A Seção inicia-se com o seguinte discurso:

“Empresas-cidadãs, os bancos têm investido tempo, talento e recursos próprios no desenvolvimento de projetos sociais que buscam soluções para a superação das desigualdades sociais do país.

Aprofundando sua atuação em programas do Terceiro Setor, apóiam entidades sem fins lucrativos que trabalham para melhorar a qualidade de vida da população nas áreas de saúde, educação, cultura e de proteção do meio ambiente.” (grifo nosso)

Em seguida, passa-se a apresentar uma série de programas e ações desenvolvidos pelos bancos por áreas: Educação e Saúde; Cultura e Esporte.

Investimentos em “Educação e Cultura”:

- Programas comunitários do Banco do Brasil;
- Fundação Bradesco: compromisso social reconhecido mundialmente;
- A ação cidadã do Banco Real/ABN AMRO;
- Itaú Social – projetos sociais bem sucedidos nas áreas de educação e saúde;
- Fundação BankBoston tem foco na educação de crianças e adolescentes em situação de exclusão social;
- Caixa, a cidadania nacional em movimento;
- A contribuição social do Safra;
- A ação social do HSBC;
- Unibanco estabelece vínculos com a comunidade;

- Nossa Caixa e Banespa apóiam ações regionais;
- Citibank, BBV Banco, Banese e Deutsche também marcam presença;
- O apoio dos bancos ao Programa Comunidade Solidária.

Investimentos em “Cultura”:

- O Banco do Brasil lidera os investimentos na área cultural;
- O Itaú Cultural;
- A ação cultural do Unibanco;
- Cresce o investimento do Bradesco em cultura;
- A Caixa Econômica Federal apóia e desenvolve projetos próprios;
- A presença cultural do Banco Real/ABN AMRO;
- O Banco Safra investe em cultura;
- O Banespa diversifica a sua atuação;
- O Banco Santos tem forte presença cultural;
- As ações culturais do BankBoston;
- O Bandeirantes e a Cultura Popular;
- O Citibank apóia a Ópera;
- O Santander, o Banco Nossa Caixa e o Deutsche Bank também deram seu apoio;
- O Banco de Talentos, apoiado por quinze instituições que integram o Colégio de

Patronos do Banco de Talentos.

Nos “Esportes” mencionam-se:

- O Banco do Brasil patrocina Paradesporto, Guga e Vôlei;
- O Banco Real/ABN AMRO prestigia a velocidade;
- Programa BCN Esportes;
- As equipes Banespa de voleibol e futsal;
- O basquete é com a Caixa Econômica Federal;

- O Bandeirantes patrocina futebol, o Deutsche golfe e o Baneb natação;
- Banese e Itaú preferem apoiar competições regionais.

Anexo I

Balanço Social dos Bancos – Febraban - Outros Exercícios

Levantam-se, a seguir, elementos extraídos das publicações “Balanço Social dos Bancos” – exercícios de 1993 a 1999.

Em sua primeira edição, de 1993, encontram-se na “abertura” as seguintes palavras do presidente Alcides Lopes Tápias:

“Ao longo da história as pessoas se habituaram a ver os bancos apenas como prestadores de serviços financeiros, de cobrança e de guarda de valores.

Acreditamos que é tempo de mostrar o outro lado de nossa atividade: a preocupação com as questões sociais e os benefícios gerados pelos bancos a toda a sociedade.” (grifo nosso)

Percebe-se, desde então, o interesse na abertura de um canal de informação para com a sociedade acerca de atividades executadas e aparentemente desconhecidas do grande público.

Aquele primeiro Balanço Social apresenta a seguinte estrutura básica:

a. A função social dos bancos: agentes financiadores das atividades produtivas; agentes arrecadadores para o governo e empresas públicas; e contribuintes muito importantes;

b. A força de trabalho: perfil e remuneração;

c. Valorização do homem: alimentação; assistência à saúde; treinamento e desenvolvimento, transporte, a previdência complementar; a segurança no trabalho; atividades de lazer;

d. A atuação voltada à comunidade: as atividades culturais e as atividades esportivas;

e. Um quadro sob a denominação “Balanço Social (Dezembro de 1993)” apresentando: número de bancos, de agências e postos, de contas correntes, de contas de poupança, de funcionários; valores do patrimônio líquido, do lucro líquido, dos dividendos aos acionistas, de impostos e contribuições, de salários e encargos, de benefícios e de atividades comunitárias; e

f. Como fecho, apresenta-se um “Compromisso Social”, nestes termos:

“O desempenho rentável da atividade bancária permite aos bancos reafirmar o seu compromisso social, junto às comunidades em que atuam, de contribuir para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que, direta ou indiretamente, participam dos destinos do Sistema Bancário.”

A partir do ano de 1994, sob inspiração das práticas europeias e norte-americanas, a Febraban passou a acrescentar a “Demonstração do Valor Adicionado” no “Balanço Social dos Bancos” (FEBRABAN, 1995, p. 28).

Observa-se que o “Compromisso Social” inserido nos anos de 1993 e 1994 não se repetiu nos anos seguintes.

Por outro lado, as publicações dos Balanços dos anos de 1995 e 1996 deixaram de contar com a apresentação inicial feita pelo presidente da Federação.

No entanto, pode-se resgatar da publicação de 1997 o trecho final da “apresentação” do presidente Roberto Egydio Setúbal:

“Ampliaram-se de forma expressiva os investimentos dos bancos em projetos sociais dirigidos a comunidades carentes, com destaque aos trabalhos desenvolvidos em benefício dos menores. O crescente compromisso do sistema bancário com a comunidade também se evidenciou pelo aporte financeiro a um número cada vez maior de programas de defesa do meio ambiente, de restauração de espaços públicos, de promoção de atividades artísticas e esportivas e de apoio a programas nas áreas de saúde e educação. Merece destaque a construção de teatros e centros culturais.

Assumindo postura mais participativa, os bancos se credenciam como parceiros daqueles que querem um futuro melhor e mais justo para todos os brasileiros, investindo recursos próprios no bem-estar da comunidade.” (grifo nosso)

O Balanço Social dos Bancos de 1997 frisa que as atividades sociais em prol da comunidade empreendidas pelas instituições financeiras demonstram uma forma de retorno à sociedade de parte dos resultados obtidos em sua atuação, fundamentadas no “conceito de cidadania empresarial”. Registra, também, que cresce a percentagem de recursos a essas

atividades, em relação aos destinados às práticas de participação em eventos esportivos e em projetos culturais.

Salienta, por outro lado, que a atuação no âmbito cultural é quase que na totalidade beneficiada por “incentivos fiscais” governamentais e que as maiores somas no incentivo aos esportes são consumidas em “patrocínio” de eventos de repercussão nacional.

Salienta-se, na "apresentação" de 1998, por Roberto Egydio Setúbal, um enfoque específico sobre o tema “Balanço Social”, até então não abordado:

“O Balanço Social é o instrumento de gestão e de informação pelo qual a empresa demonstra o cumprimento de sua função social.

Permitindo avaliar seu desempenho social, os indicadores do Balanço Social demonstram não só a responsabilidade da empresa e seus investimentos com o corpo de funcionários, mas também os que efetua com a comunidade onde interage.

Tem-se notado, de alguns anos para cá, uma crescente consciência de que a empresa pode e deve assumir, dentro da sociedade, um papel mais amplo, transcendente ao de sua vocação básica de geradora de riqueza.”

“Numa sociedade democrática, a preocupação com o exercício da cidadania desperta a consciência sobre os deveres e os direitos de cada um na construção de um futuro melhor para todos.

A melhoria da qualidade de vida e o estímulo ao desenvolvimento social e humano da comunidade onde atua devem ser compromissos permanentes de toda empresa moderna. A empresa privada é co-responsável com a administração pública, pelos problemas que atingem a comunidade.” (grifo nosso)

Apresenta-se, a partir de 1998, os dados relativos ao *turnover* dos bancários (desligamento e reposição de mão-de-obra), possibilitando-se comparações com outros ramos de atividade.

Abordando sobre a percepção do cliente ao distinguir uma organização e a importância da ampliação do espaço de atuação do “terceiro setor”, encontra-se na publicação que:

“Num mercado em que atuam empresas de porte semelhante, o que contribui fortemente para distinguir uma organização é a identificação pelo cliente, respaldada na consciência coletiva, de sua atuação socialmente responsável – que transcende a compreensão puramente comercial de sua atividade – ao colaborar, trabalhando por uma vida melhor, para a sustentação e desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Esse salto de qualidade surgiu com a ampliação do espaço de atuação do terceiro setor, com a criação de entidades sem fins lucrativos que trabalham para melhorar a qualidade de vida da população, seja na área da saúde, da educação, da cultura ou na proteção do meio ambiente.” (grifo nosso)

A publicação de 1999 conta, na “introdução”, com declarações exaradas por especialistas, partes das quais transcrevem-se, ratificando sobre a importância da assunção consciente da responsabilidades sociais por parte das organizações:

“No Brasil, as empresas estão despertando de forma vigorosa para a missão de fortalecimento da cidadania através de uma firme, compartilhada e concreta atuação em programas sociais, especialmente nas áreas de educação e saúde. Juntas, a empresa e a comunidade poderão transformar a nação.” Olavo Egydio Setúbal – Diretor Presidente da Itaúsa (grifo nosso)

“A responsabilidade social das empresas é uma das mais importantes conquistas deste final de século. A construção de uma cidadania empresarial e de parcerias em prol de maior justiça e solidariedade sociais deve, cada vez mais, caracterizar a missão e as estratégias de atuação das empresas. Vencer os grandes desafios de desenvolvimento da sociedade brasileira é tarefa de todos.” Antonio Carlos Ronca Caruso - reitor da PUC-SP (grifo nosso)

“Responsabilidade social sempre foi um compromisso das empresas saudáveis, apesar da novidade do rótulo. Empresas modernas e competitivas exercem essa função de maneira focada e estratégica, para efetivamente fazerem diferença em seu ambiente. E têm colhido dividendos na comunidade que as percebe como parceiras e entre funcionários que se sentem valorizados por pertencerem a organizações que partilham de seus anseios mais particulares e portanto, universais.” Evelyn Berg Ioschpe – Presidente fundadora do GIFE. (grifo nosso)

“Hoje creio que é crescente a consciência da necessidade do resgate de nossa imensa dívida social” É coisa muito positiva. José Mindlin – Fundador da Metal Leve (grifo nosso)

O presidente Roberto Egydio Setúbal, em sua apresentação declara:

“Atentos à sua responsabilidade social, os bancos, paralelamente à remuneração direta de sua força de trabalho e programas internos de benefícios, investem recursos próprios

muito significativos em projetos sociais dirigidos a comunidades carentes e de apoio a abrangentes programas de educação, saúde e preservação do meio ambiente, bem como em atividades culturais e práticas esportivas.

Como empresas-cidadãs, em uma parceria que busca um futuro melhor e mais justo para todos os brasileiros, é crescente o compromisso das Instituições Financeiras com as comunidades em que atuam” (grifo nosso)

ANEXO J

FORMULÁRIO FEBRABAN PARA LEVANTAMENTO DE DADOS DOS BANCOS

BALANÇO SOCIAL DOS BANCOS - 2001

LEVANTAMENTO DOS DADOS

NOME DO BANCO

Responsável pela coordenação do preenchimento:

NOME; CARGO/ÁREA; TELEFONE PARA CONTATO

Instruções para preenchimento

- Não deixar nenhum espaço em branco.
- Preencher, quando o dado solicitado não existir:
 - 0 (zero) nos quadros numéricos
 - Não existe o benefício
 - Não existe o serviço
- Unidade monetária: R\$ (real)
- ao salvar o documento, colocar o código de compensação nas 03 (três) últimas posições.
Ex. Banco com o código de compensação de nº 888, salvar na seguinte característica
Bal2000-888.xls.

Em caso de dúvida contactar Mariana, tel (011) xxxx-xxxx

Anexo 1 – FORÇA DE TRABALHO

Este formulário agrupa informações sobre o quadro de pessoal empregado.

1.1 Quadro de pessoal em 31.12.2001

Categorias	Homens	Mulheres	Total
Diretores (inclusive estatutários)			
Gerentes, Chefes e supervisores			
Técnicos de nível universitário			
Caixas, escriturários e auxiliares, recepcionistas, secretárias, operadores			
Outros empregados (contínuos, vigias, pessoal de limpeza, etc)			
Total			

1.2 Dependentes

Número de dependentes diretos (em 31.12.2001)

(Base: dependentes para fins de imposto de renda):

1.3 – Número de empregados portadores de deficiência física (motora, auditiva, visual etc.), observada a definição de deficiente físico adotada pelo INSS.

Identifique áreas que mais absorvem esses profissionais.
(Ex: Telemarketing, Auditoria, Análise de Crédito, Custos e orçamento etc)

1.4 - Faixa de idade:

Faixas	Total 31-12-2001
Até 19 anos	
de 20 a 29 anos	
de 30 a 39 anos	
de 40 a 49 anos	
50 anos ou mais	
Total	

1.5 - Escolaridade:

Faixas	Total 31-12-2001
1º. grau completo	
2º. grau completo	
superior completo	
com mestrado/doutoramento	
Total	

1.6 - Tempo de casa – antiguidade no banco:

Faixas	Total 31-12-2001
até 5 anos	
Mais de 5 até 10 anos	
Mais de 10 até 20 anos	
Mais de 20 anos	
Total	

1.7 - Distribuição do Pessoal:

Lotação por dependência	Total 31-12-2001
Nas Agências, PAB's e PAP's	
Em mesas e plataformas para atendimento remoto (fora das agências) de forma centralizada, via telefone e terminais eletrônicos	
Em órgãos de negócios centralizados: (câmbio, "open market", repasses, etc)	
Na infra-estrutura de apoio (contabilidade, processamento de dados, serviços administrativos, etc.)	
Total	

1.8 - "Turn over" do ano de 2001

	Homens	Mulheres	Total
Número de funcionários demitidos			
Número de funcionários admitidos			

1.9 - Perfil dos funcionários demitidos e admitidos

1.9.1 – Por categoria de cargo

Categorias	Demitidos		Admitidos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretores				
Gerentes, Chefes e supervisores				
Técnicos de nível universitário				
Caixas, escriturários e auxiliares, recepcionistas, secretárias, operadores				
Outros empregados (contínuos, vigias, pessoal de limpeza, etc)				
Total				

1.9.2 – Por Faixas de idade:

Faixas	Demitidos	Admitidos
Até 19 anos		
de 20 a 29 anos		
de 30 a 39 anos		
de 40 a 49 anos		
50 anos ou mais		
Total		

1.9.3 – Por escolaridade:

Faixas	Demitidos	Admitidos
1º. grau completo		
2º. grau completo		
superior completo		
com mestrado/doutoramento		
Total		

1.9.4 – Por Tempo de Casa – antiguidade no banco:

Faixas	Demitidos
até 5 anos	
Mais de 5 até 10 anos	
Mais de 10 até 20 anos	
Mais de 20 anos	
Total	

1.9.5 – Por lotação:

Lotação por dependência	Demitidos	Admitidos
Nas Agências, PAB's e PAP's		
Em mesas e plataformas para atendimento remoto (fora das agências) de forma centralizada, via telefone e terminais eletrônicos		
Em órgãos de negócios centralizados: (câmbio, "open market", repasses, etc)		
Na infra-estrutura de apoio (contabilidade, processamento de dados, serviços administrativos, etc.)		
Total		

Anexo 2 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

Instruções para o preenchimento:

- Não deixar nenhum espaço em branco.
- Preencher, quando o dado solicitado não existir:
 - 0 (zero) nos quadros numéricos
 - Não existe o benefício
 - Não existe o serviço
- Unidade monetária: R\$ (real)

Este formulário agrupa informações sobre a remuneração do quadro de pessoal empregado

2.1 – Despesas de pessoal (em R\$)

Despesa	Total
Proventos (COSIF: 8.1.7.33.00-4)	
Encargos Sociais (COSIF: 8.1.7.30.00-7)	
Benefícios (COSIF: 8.1.7.27.00-3)	

2.2 – Participação nos lucros

Especificação	R\$ (total/2001)
Empregados (COSIF: 8.9.7.10.20-1)	
Administradores (COSIF: 8.9.7.10.10-8)	

Anexo 3 – BENEFÍCIOS AOS FUNCIONÁRIOS

Instruções para o preenchimento:

- Não deixar nenhum espaço em branco.
- Preencher, quando o dado solicitado não existir:
 - 0 (zero) nos quadros numéricos
 - Não existe o benefício
 - Não existe o serviço
- Unidade monetária: R\$ (real)

Este formulário agrupa informações sobre a concessão de benefícios aos funcionários do banco.

3.1 – Demonstrativo de benefícios (em R\$)
(detalhar número de beneficiados no quadro 3.3)

Despesa	Total em R\$ ao longo do exercício de 2001	nº de beneficiários em 31.12.2001
Alimentação (custo de alimentação em geral: tickets, restaurantes)		
Saúde (assistência médica / convênios / auxílios - doença)		
Transporte (custo de transporte em geral: vale-transporte, ônibus, etc)		
Seguros (seguro de vida e de acidentes pessoais pago pelo Banco)		
Creches (manutenção de creches e auxílio-creche)		
Educação (bolsa de estudo)		
Previdência Privada (contribuições para fundação própria ou para entidades de previdência privada)		
Donativos assistenciais (tratamento médico-hospitalar, aparelhos ortopédicos, cadeiras de roda, exames médicos não cobertos pelo convênio, etc)		
Atividades de lazer (subsídios e donativos para associações de funcionários, atividades de lazer e recreação)		
Outros (especificar)		
Total (COSIF: 8.1.7.27.00-3 + 8.1.7.30.60-5)		

3.2 Programa de assistência à saúde

Assinalar, nos quadros correspondentes, o número de beneficiados, informando se o programa é mantido através de convênio para atendimento externo ou no recinto do banco e, neste caso, informar o número de ambulatórios e quadro de profissionais.

Modalidades	Convênio Externo (em 31.12.2001)	Recinto do banco (em 31.12.2001)		
	Nº de funcionários dependentes beneficiados	Nº de ambulatórios no banco	Nº de profissionais nesses ambulatórios	Nº de funcionários e dependentes beneficiados
Assistência médica				
Assistência Odontológica				
Outras (citar):				

3.3 – Benefícios concedidos (posição em 31.12.2001)

Detalhar "Outros benefícios" do quadro 3.1 o número de beneficiados

Benefícios	Nº. de beneficiados em 31.12.2001
Seguros de vida e acidentes pessoais	
Creches e auxílio-creche	

Educação - Bolsas de estudo:	
- Cursos de nível médio	
- Cursos de nível superior	

- Cursos técnicos e de especialização	
- Cursos de idiomas	
Total de Bolsas	

Previdência Privada:	
- Funcionários inscritos nos planos	
- Aposentados em gozo do benefício	

Donativos assistenciais	
Outros – quais?	

Montante em R\$

(saldo em 31.12.2001)

Crédito imobiliário para funcionários		
Outros empréstimos a funcionários, em condições privilegiadas		

3.4 - Discriminar os subsídios proporcionados e descrever as atividades de lazer
(Informar número de funcionários e dependentes que freqüentaram as dependências durante o ano de 2001)

Especificação	Quantidade	Número de beneficiados durante o ano de 2001
Nº de Colônias de Férias		
Localização (cidade-estado):		

Nº de Quadras/campos esportivos		
- quadras poliesportivas (vôlei, futebol de salão, handbol e basquete)		
- quadras de tênis		
- campos de futebol		
- campos de futebol soçaito		
- outros (especificar)		
Total		

Programações artísticas (shows/teatro)		
(dar exemplo)		

3.5 – “Stock-options” – Opção de compra de ações do banco: uma oportunidade de o funcionário ser acionista e lucrar por ocasião do exercício da opção
(oferta de ações do banco com garantia de preço abaixo do preço de mercado por ocasião da compra)

	Sim	Não
O banco tem esse programa de benefício?		
Número de funcionários beneficiados		

Anexo 4 – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Instruções para o preenchimento:

- Não deixar nenhum espaço em branco.
- Preencher, quando o dado solicitado não existir:
- 0 (zero) nos quadros numéricos
- Não existe o benefício
- Não existe o serviço
- Unidade monetária: R\$ (real)

Este formulário agrupa informações sobre a capacitação do quadro de pessoal empregado.

Eventos	Nº de Eventos	Nº de participantes do banco
Internos: (realizados exclusivamente para o banco)		
Externos: (abertos: realizados para várias empresas)		
Seminários no exterior: (custeados pelo banco)		
Programas de Pós-Graduação e Mestrado (no Brasil) (custeados pelo banco)		
Programas de Pós-Graduação e Mestrado (no exterior) (custeados pelo banco)		
Total		

4.2 – Os programas de treinamento e desenvolvimento vem priorizando s seguintes ações:
(assinale com um "X" em cada caso)

Ações com ênfase em:	Não tem prioridade	Baixa prioridade	Alta prioridade
4.2.1 - Desenvolvimento Gerencial (exemplos: Gestão de Mudanças, Gestão de Equipe, Liderança, Habilidades Interpessoais, Negociação, etc)			
4.2.2 - Desenvolvimento de Equipes: (exemplos: Cursos de Formação e Aperfeiçoamento para Caixas, Atendentes, Chefes de Serviço, Gerentes, etc)			
4.2.3 - Desenvolvimento de Talentos (exemplos: Programas para "trainees" e estagiários)			
4.2.4 - Formação para cargos na alta gerência			
4.2.5 - Treinamento Técnico Funcional (exemplos: cursos técnicos de Matemática Financeira, Análise de Balanço, Redação, Contabilidade, etc.)			
4.2.6 - Atendimento ao Público			
4.2.7 - Programas de Qualidade			
4.2.8 - Programas Educacionais (exemplo: qualidade de vida)			
4.2.9 - Programas de Graduação/Pós Graduação/Mestrado (Brasil e Exterior)			
4.2.10 - Outros (especificar):			

4.3 Investimentos em treinamento/desenvolvimento (ano de 2001)

R\$

Total investido em treinamento e desenvolvimento em 2001 (COSIF: 8.1.7.36.00-1)	
--	--

4.4 – Programas de estágios (ano 200XX)
(Manutenção de estágios para graduandos de faculdades)

Número total de estudantes que estagiaram no banco em 2001	
--	--

Anexo 5 – ATENDIMENTO A CLIENTES

Instruções para o preenchimento: - Não deixar nenhum espaço em branco. - Preencher, quando o dado solicitado não existir: - 0 (zero) nos quadros numéricos - Não existe o benefício - Não existe o serviço - Unidade monetária: R\$ (real)
--

5.1 – Número de contas ativas em 31.12.2001

Clientes	Conta corrente	Poupança
Pessoas Físicas		
Pessoas Jurídicas		
Total		

5.2 Recursos captados e administrados (saldo em 31.12.2001)

Depósitos	R\$ (milhões)
A Vista	
A prazo	
De poupança	
Fundos e Carteiras de Investimentos	
Total	

5.3 Pulverização de Crédito

Número de contas com limite de cheques especial até R\$ 500,00 em 31.12.2001	
--	--

Número de empréstimos até R\$ 500,00 em 31.12.2001	
--	--

Nº estimado de clientes de Microcrédito (empréstimos até R\$ 2.000,00 a pessoas físicas empreendedoras, destinados exclusivamente a atividades empresariais) em 31.12.2001	
--	--

5.4 – Redes em 31.12.2001

Unidades instaladas no Brasil	Quantidade (total)	Conectadas "on line"	Conectadas "on line" em "real time"
Agências (total)			
PAB's - Postos de atendimento bancário			
PAP's - Postos de arrecadação e pagamento			
Totais			

5.5 Equipamentos de auto-atendimento em 31.12.2001

Equipamentos Exclusivamente rede própria	em agências, durante expediente bancário	em ante salas de auto-atendimento, com horário superior ao da agência	quiosques em locais públicos, funcionando 24 h, todos os dias	em postos de atendimento (PAB's) e em empresas
ATM's (permitem pelo menos saque e depósito)				
Cash dispenser (equipamento para saque, com ou sem outras funções)				
Terminal de depósito				
Terminal de extrato / saldo				
Dispensador de cheques				
Outros (especificar as funções)				

5.6 Facilidades à disposição da clientela em 31.12.2001

Unidades instaladas no Brasil	Quantidade
Terminais de caixa (PDV/POS) instalados no comércio (exclusivamente rede própria)	
Clientes pessoas físicas com "home bank"	
Clientes pessoas jurídicas com "office bank"	
Clientes com possibilidade de acesso a centrais de atendimento	
Nº de agências com drive banking (drive thru)	
Média mensal de consultas por telefone (em URA - Unidade de Resposta Audível, por computador)	
Total de clientes com cartões magnéticos (não incluir cartões exclusivamente de aposentados nem só de crédito)	
Volume médio mensal de transações com cartões	

5.7 Investimento na informatização do banco

Total estimado dos investimentos feitos em 2001 na aquisição de equipamentos ("hardware") e programas ("software") para a informatização do banco.

Especificação	R\$
Hardware	
Equipamentos / linhas de telecomunicações	
Softwares adquiridos de terceiros	
Softwares desenvolvidos no próprio banco	
Total	

5.8 – Volumes físicos de serviços prestados (número de unidades):

Serviços	Quantidade
Média mensal do n°. de lançamentos em contas correntes	
Média mensal do n°. de lançamentos em poupança	
Média mensal de lançamentos feitos através de equipamentos de auto-atendimento* em contas correntes e poupança	

* auto-atendimento = transações realizadas sem auxílio de funcionário do banco

5.9 Características do atendimento a clientes e usuários:

Tipo de transação	Clientes	Usuários (não clientes)
Auto-atendimento*		
Em guichê de caixa		
Débito em conta		
Remota mas com intervenção do funcionário (ex.:call center)		

* auto-atendimento = transações realizadas sem auxílio de funcionário do banco

Anexo 6- ATUAÇÃO COMUNITÁRIA

Instruções para o preenchimento:

- Não deixar nenhum espaço em branco.
- Preencher, quando o dado solicitado não existir:
- 0 (zero) nos quadros numéricos
- Não existe o benefício
- Não existe o serviço
- Unidade monetária: R\$ (real)

Este formulário agrupa informações relativas a atuação do banco em atividades comunitárias e de incentivo à cultura e ao esporte.

Descreva, de forma sucinta, as cinco principais atividades de atuação do banco junto à comunidade, mencionando a estimativa do investido durante 2001, em R\$. Não relacionar atividades que individualmente tenham absorvido recursos inferiores a R\$ 500.000,00

6.1 Participações e/ou contribuições para a realização de eventos ou campanhas da comunidade

Exemplos: Manutenção / reformas de hospitais, escolas, museus, teatros; Conservação / recuperação de espaços públicos;
Campanhas de saúde, educação, segurança pública
Apoio ao Programa Comunidade Solidária
Campanhas de caráter filantrópico

Atividades	R\$
Total	

6.2 – Incentivo à cultura

Exemplos: Instalação/manutenção de espaços culturais; Publicação de obras; Apoio a entidades e projetos de cultura, inclusive internos do banco

Atividades	R\$
Total	

6.3 – Incentivo à prática de esportes

Exemplos: Patrocínio de atletas e equipes esportivas; Participação em eventos esportivos da comunidade; Manutenção de programas para a formação de atletas;

Atividades	R\$
Total	

6.4 – Investimentos em meio ambiente através de programas e projetos da comunidade R\$

(Ex. Despoluição, Conservação de Recursos Ambientais; Campanhas Ambientais e outros)

Outras informações que julgar relevantes:

Utilize, se necessário, folhas anexas. Lembre-se de que a omissão da resposta impedirá a citação do banco no relatório a ser divulgado pela Febraban. Por outro lado, a ação deve ter suficiente relevância para merecer menção.

Anexo 7 – DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL

Nº de Acionistas - Pessoas Físicas	
Nº de Acionistas - Pessoas Jurídicas (inclui Fundos de Investimento)	
Nº de Funcionários que também são Acionistas da Organização	

Anexo K

Balancos Sociais dos Bancos da Amostra – Exercício do Ano 2000

Segue-se a estrutura básica extraída dos balanços sociais das respectivas instituições, relativa ao exercício do ano 2000:

BASA

Pelo fato do Banco da Amazônia S.A. não ter publicado seu balanço social no exercício do ano 2000, apresentam-se os dados de cunho social constantes no Relatório da Administração.⁶⁹

a) Responsabilidade Social:

“A responsabilidade social está intrinsecamente ligada à missão do Banco da Amazônia. Nas suas ações de fomento, o Banco procura compatibilizar o lucro necessário com suas funções sociais, contribuindo para a fixação do homem à terra e a eliminação dos desníveis sócio-econômicos inter e intraregiões. Esse compromisso está registrado no surgimento de novos empreendimentos e aumento de novas oportunidades de trabalho originados pelos créditos concedidos pelo Banco, por meio de suas carteiras operacionais”.(grifo nosso)

b) Capacitação de Pessoal:

“Com vistas ao aperfeiçoamento, qualificação e reciclagem de seu quadro de pessoal, o Banco da Amazônia mantém um amplo Programa de Desenvolvimento Humano.

No exercício de 2000, o Banco investiu nestes Programas R\$ 2,97 milhões, comparativamente ao exercício de 1999, quando foram aplicados R\$ 2,62 milhões, houve um crescimento de 13,4%.”

c) Reconhecimentos:

O Banco considera o ano de 2000 como o ano do reconhecimento público pelas homenagens que lhe foram prestadas.

⁶⁹ Julgou-se relevante manter o Basa no estudo, mesmo não tendo publicado seu balanço social no ano 2000, pelo fato de ter-se recebido os balanços anteriores e o "questionário" respondido, ainda que parcialmente.

BB

a) Missão

“Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e ser útil à sociedade.”

b) Futuro e Responsabilidade

“Mais do que nunca, é preciso divulgar qual é a relação que a empresa possui com a sociedade. É necessário tornar público, divulgar com transparência as ações sociais e ambientais desenvolvidas.

Esta é a função principal do balanço social tomar pública a responsabilidade social da empresa. Faz parte do processo de pôr as cartas na mesa e mostrar, com transparência, para a população, os consumidores e investidores o que a empresa está realizando nas áreas social e ambiental.

A empresa que cumpre seu papel social está investindo na sociedade e no seu próprio futuro. E mais: tem o dever de dar publicidade às ações realizadas. O balanço social anual é instrumento de transformação quando apresenta o resultado de amplo processo de participação dentro da empresa e encontra-se disponível em jornais, na porta de cada estabelecimento e na própria Internet⁷⁰.” (grifo nosso)

c) O Banco do Brasil Cidadão

“A contribuição do Banco do Brasil ao progresso social, revelada neste balanço, se materializa em várias frentes, principalmente no trabalho exercido pela Fundação Banco do Brasil, concretizado em programas que promovem a cidadania e contribuem para o desenvolvimento sustentável de substancial número de famílias brasileiras.” (grifo nosso)

⁷⁰ Texto de Ciro Torres: coordenador do projeto “Balanço Social e Responsabilidade Social das Empresas no Brasil” do Ibase.

d) Quem faz o BB

Apresentam-se a composição do quadro de funcionários por: Gênero, Tempo de Casa, Grau de Instrução, Faixa Etária; a Participação nos Lucros e Resultados (últimos 4 anos); os Programas de Treinamento/Desenvolvimento; e o Investimento em Treinamento (últimos 5 anos).

“O objetivo da Empresa de fomentar cultura corporativa que se diferencie pela satisfação dos clientes, senso ético e responsabilidade social pode ser expresso no número crescente de funcionários treinados. São eles que fazem, na prática, o BB melhor.”

Sobre a Comunicação Interna, informa-se que, semestralmente, o Banco realiza pesquisa junto aos funcionários sobre o ambiente de trabalho na organização, possibilitando “a adequação das políticas de gestão de pessoas e atuam como indicadores das atitudes dos funcionários e dos efeitos que as decisões empresariais provocam”.

Faz-se uma abordagem sobre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, entidade fechada de previdência privada; sobre a Assistência Médica prestada pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi); e sobre as ações em Segurança e Medicina do Trabalho, que proporcionaram a redução de 15% no nº de afastamentos por doença do trabalho em relação ao ano anterior.

A instituição tem incentivado desde 1993 o trabalho voluntário, chegando no ano 2000 com cerca de 3.600 voluntários, atuando em atividades ligadas à assistência a crianças, jovens e idosos.

No exercício, atualizou-se o Código de Ética que foi distribuído juntamente com as Normas de Conduta Profissional a cada funcionário.

e) O BB e o Desenvolvimento Social e Econômico do País

O BB, como agente financeiro da União, atua em várias frentes, em seus mais diversos programas: na geração de Emprego e de Renda; em investimentos na Agricultura Familiar; na proteção e preservação do Meio Ambiente; na Saúde e Assistência Social; e na Educação.

f) Esporte e Cultura com a Comunidade

Centro Cultural Banco do Brasil

“O Centro Cultural Banco do Brasil contribui para disseminar toda uma filosofia político-cultural que não só integra um Brasil de dimensões geográficas gigantescas, como inspira outras empresas a investir em cultura. Somos uma empresa cidadã que tem compromisso com a sociedade.”

O Banco possui instalado três centros culturais: no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília.

Circuito Cultural Banco do Brasil

“Cultura, educação e solidariedade definem as ações do Circuito Cultural Banco do Brasil, projeto itinerante que leva arte a várias cidades do País. O foco principal do Circuito é a música popular brasileira, sem deixar de apoiar outras manifestações artísticas, como artes cênicas, artes plásticas, fotografias e dança.”

Os recursos levantados nesses eventos têm sido integralmente repassados para entidades assistenciais.

Esporte

“A ação do Banco do Brasil no *marketing* esportivo tem por objetivo valorizar o esporte e agregar imagem de modernidade, jovialidade, dinamismo e competitividade à marca BB, além de estabelecer sinergia com outras áreas estratégicas da Empresa.”

O BB tem atuado em vários projetos como o TênisBrasil, o VôleiBrasil e o ParadesportoBrasil.

Federação Nacional das AABB - FENABB

A FENABB utiliza-se das instalações físicas das Associações Atléticas do Banco do Brasil – AABBs para investir em atividades educacionais, socioeducativas, culturais, desportivas e de saúde destinadas a crianças e adolescentes carentes.

g) Fundação Banco do Brasil: Agente Social do Conglomerado BB

Com recursos provenientes dos rendimentos de seu patrimônio e de um percentual da comercialização do seguro Ouro, a Fundação tem alcançado as mais diversas regiões do País, em programas como:

- Programa AABB Comunidade: seu objetivo é “promover a educação, a prática esportiva e o lazer como fatores de integração, indispensáveis ao desenvolvimento dos jovens atendidos”;

- Programa BBeducar: tem como lema “Ler, Escrever e Educar”;

- Programa Criança e Vida: visa contribuir com ações de combate à mortalidade infantil por câncer;

- Projeto Memória: almeja preservar a memória nacional;

- Programa Trabalho e Cidadania: “Gerar trabalho e renda é a máxima do Programa. Operacionalizado pela Fundação Banco do Brasil, mediante convênio formalizado com o Ministério do Trabalho e Emprego, é mantido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador”;

- Programa de Gestão Municipal e Escolar: em parceria com o Instituto Ayrton Senna almeja melhorar a qualidade do Ensino Fundamental e a eficiência na aplicação de verbas públicas onde o programa está sendo implantado.

h) Reconhecimento Institucional

“O Banco do Brasil foi a única empresa pública a constar da lista dos dez grupos empresariais brasileiros considerados bons exemplos de cidadania corporativa, pelo Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, em 2000.”

i) Indicadores 2000

Utiliza-se do modelo balanço social do Ibase para a apresentação dos diversos Indicadores do Banco.

j) Demonstração do Valor Adicionado

BANRISUL

a) Responsabilidade Social

“Como banco, nosso modelo de gestão está centrado no atendimento das múltiplas demandas da comunidade, na geração de resultado aos nossos acionistas, na valorização dos empregados que compõem nosso quadro e, principalmente, no desenvolvimento da sociedade gaúcha.

Como banco público, atuamos em projetos que objetivam minorar as contradições sociais, ampliar nossa presença em localidades distantes dos grandes centros econômicos, fortalecer o atendimento universalizado e oferecer apoio à sustentabilidade dos empreendimentos que financiamos”

Aponta-se o “Reconhecimento de Responsabilidade Social RS 2000”, conferido pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

b) Perfil da Instituição :

Registram-se o tipo de banco, os segmentos em que atua, os tipos de clientes, as quantidades de contas correntes e de poupança e a posição no *ranking* nacional, sob diversos aspectos.

Desejo: “ser um banco público rentável, sólido e competitivo, integrado às comunidades, que presta serviços com excelência”.

Missão: “ser o agente financeiro do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul”.

Princípios e Valores: “transparência, ética, comprometimento, participação e eficácia”.

Objetivos: “Garantir e ampliar o caráter público do Banrisul; Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado; Proporcionar a satisfação do cliente; Assegurar a lucratividade do Banrisul e Ampliar a participação do Banrisul no mercado”.

c) Preservação Ambiental

“O Banrisul procura, através do aporte financeiro, contribuir para o desenvolvimento de projetos que permitam a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável”.(grifo nosso)

Ação futura: Em 2001 – Programa Reciclar – a Vida em Nossas Mãos, cujos objetivos básicos incluem “o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade com o meio ambiente e o incentivo às organizações e pessoas que trabalham com a reciclagem de materiais, gerando renda e sustento às famílias”.

Listam-se os diversos Programas de Impacto Ambiental desenvolvidos.

Menciona-se que o Banco recebeu premiação pela Editora Empreendedor como uma das 20 Empresas do Século, levando-se em conta critérios de meio ambiente/ecologia, administração de recursos humanos, responsabilidade social e *marketing*.

d) Investimentos na Comunidade

- Atendimento bancário

“O Banrisul se firma, num momento de profunda reestruturação do setor bancário brasileiro, como instituição pública, voltada para a prestação de serviços bancários à sociedade como um todo, independente da condição do correntista da Instituição”.(grifo nosso)

São apresentados: a quantidade de redes de atendimento e as inovações implementadas para facilitar a vida do cidadão.

Ação Futura: “Conta Cidadania em 2001. Não será preciso comprovar renda e nem fazer depósito para ser correntista da instituição. O objetivo é bancarizar um número maior de pessoas excluídas do sistema bancário tradicional por questões econômicas”.

- Projetos Comunitários

“As ações comunitárias desenvolvidas pelo Banrisul derivam, em boa parte, de iniciativas das equipes das agências. Os vínculos construídos junto às comunidades explicam atuações voluntárias nas festividades e comemorações locais”.

Apresentam-se, por área de atuação, a quantidade de Projetos e Valores investidos e citam-se alguns eventos patrocinados e apoiados no Rio Grande do Sul.

- Política de Crédito: compromete-se com a pulverização, a geração de renda e a criação de postos de trabalho, ampliando o acesso da comunidade a esse mercado.

São elencados os diversos tipos de créditos (para desenvolvimento, agrícola, comercial, rural e imobiliário), com destaques para as aplicações mais importantes.

Ação Futura, em 2001: Disque Crédito e Poupança Casa Própria.

e) Gestão de Pessoas

“O planejamento estratégico foi implementado através de metodologia, denominada Banrisul Planejamento Participativo, que envolveu o seu quadro de pessoal.”

Aborda-se a política de capacitação.

Apresentam-se Quadros de: Distribuição de Pessoal (agências e postos/infra-estrutura de apoio); Remuneração; Nível de Escolaridade (por sexo), Faixa Etária e Tempo de Serviço.

“A responsabilidade social pode ser comprovada através da política especial de assistência e acompanhamento aos empregados submetidos a situações e estresse traumático. Foi adotado o projeto Ginástica Laboral com orientação sobre ergonomia, postura

adequada e prática de exercícios que visam ao bem-estar no ambiente de trabalho.”

Ações futuras: participará em 2001 do I Congresso Internacional Stress Management Association (isma-BR) e do III Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho.

f) Demonstração do Valor Adicionado

g) Balanço Patrimonial

h) Demonstração do Resultado

i) Mensagem da Diretoria Executiva

j) Anexo:

Identificação da Entidade: Razão Social; Endereço, CGC, Breve histórico, Principais produtos e serviços; Áreas de atuação; Outros dados;

Indicadores do Corpo Funcional: Dados Não-Monetários (Admissões no período, Demissões no período, Total de funcionários no final do exercício por faixa etária, Portadores de necessidades especiais, aposentados, outros); Dados Monetários (Benefícios Sociais, Segurança e Higiene no trabalho, Capacitação profissional, Participação nos resultados, Outros benefícios); Dados Descritivos;

Investimentos em Cidadania: Dados Monetários (Manutenção de espaços públicos, Tradicionalistas, artísticos, culturais e esportivos, Investimentos na educação e saúde, Eventos de cunho religioso, Relações sociais, filantrópicas e comunitárias, Expofeiras); Dados Descritivos;

Ações Ambientais: Dados Monetários (Total dos investimentos em meio ambiente); Dados Não-Monetários (Multas ambientais); Dados descritivos;

Base de Cálculo: Resultado bruto da intermediação financeira, Resultado operacional e Despesa de pessoal com encargos.

BANCO DO NORDESTE

“O Banco do Nordeste, principal agente do Governo Federal para o desenvolvimento regional, atua de forma diferenciada, buscando criar ambiência favorável para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados.” Byron Queiroz – Presidente (grifo nosso)

a) Capacitação e Sustentabilidade

“Voltado para a formação técnica e gerencial dos agentes produtivos, o Programa de Capacitação Banco do Nordeste contribui para a sustentabilidade dos empreendimentos, garantindo a eficácia dos créditos e o retorno social dos investimentos.”

b) Ações estratégicas para negócios:

Farol do Desenvolvimento

“O Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste é um espaço empresarial de discussão e viabilização de soluções para o desenvolvimento integrado e sustentável dos municípios. Integrando e harmonizando as cadeias produtivas, a partir do aproveitamento das vocações locais, o Farol do Desenvolvimento atua desde a criação de infra-estrutura, produção, comercialização e inserção nos mercados nacional e internacional.”⁷¹

Apresenta-se em um quadro os Resultados do Farol do Desenvolvimento, em termos de número de municípios atendidos, de reuniões de trabalho, de prefeitos e de compromissos gerados.

- Programa Parcerias Empreendedoras: firmou 375 termos de parceria, dentro os setores e atividades alvos, destacando-se: fruticultura, apicultura, floricultura, artesanato, ovinocaprinocultura, produção orgânica, suporte técnico agropecuário, beneficiamento de

⁷¹ Balanço Social 1999 – Banco do Nordeste (p. 8-9).

matérias-primas industriais, produção de leite e derivados, apoio à inovação tecnológica, capacitação de produtores e apóia à micro e pequena empresa.

- Articulação Local

A presença do Banco é sentida em todos os municípios por meio de: Agentes de Desenvolvimento; Agências Itinerantes; Fóruns de Clientes; O Cliente Consulta.

- Crediartesanão

Apóia toda a cadeia produtiva do artesanato nordestino: da elaboração de projetos à comercialização de produtos (944 operações contratadas e aplicação de R\$ 1,5 milhão).

- Programa Jovem Empreendedor

“O Banco financia projetos e apóia a capacitação dos jovens, em parceria com universidades e outros centros de ensino da Região.”

- Fundos de Aval

Beneficiam microempreendedores que não dispõem de bens para apresentar como garantia em suas operações. Alavancaram R\$ 600 milhões.

- Prodetur/NE

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste atua em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID na melhoria da infra-estrutura turística da Região.

- Pólos de Desenvolvimento Integrado: atuam na área de Agroindústria e Turismo. De 1998 a 2000 o Banco aplicou R\$ 641,1 milhões, com a geração de 133,2 mil empregos;

- Promoção de Investimentos e Exportações: aplicados por volta de R\$ 723,3 milhões;

- Conservação Ambiental

“Contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, o Banco do Nordeste inseriu a variável ambiental em suas políticas e programas. Em 2000, financiou R\$ 21,4 milhões e proporcionou mais de 7 mil oportunidades de capacitação relacionadas ao tema.”

- Projeto Moxotó/Pajeú: Banco aplicou R\$ 99,4 milhões, nas áreas de piscicultura, fruticultura e ovinocaprinocultura, capacitando 17,8 mil agentes produtivos.

- Nordeste Investe – Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL passa a integrar o portfólio de produtos financeiros, trata-se de uma modalidade de previdência complementar;

- CrediAmigo – Em parceria com o Banco Mundial, consolidou-se como o maior programa de microcrédito do País, com 231,2 mil financiamentos em 2000.

- Programas Especiais do Governo Federal: citam-se o Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf, com 148 mil financiamentos, no valor total de R\$ 383,9 milhões, e o Programa Brasil Empreendedor.

- Pesquisa e Desenvolvimento

“Com recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci, o Banco do Nordeste financiou 90 pesquisas tecnológicas no ano 2000, aplicando cerca de R\$ 3,0 milhões, a fundo perdido, em projetos a cargo de universidades e órgãos de pesquisa da Região.”

c) Ações de modernização administrativa:

- Avanço Tecnológico

Enfatiza-se a modernização da rede de comunicações de dados, voz e imagem, com a ampliação da utilização de videoconferência para todas as capitais do Nordeste e para a cidade de Montes Claros, em Minas Gerais e cita-se o evento de lançamento do Programa Parcerias Empreendedoras, com a participação de mais de nove mil lideranças.

- Desenvolvimento Profissional

“Mais de 11 mil oportunidades de desenvolvimento e capacitação foram proporcionadas aos funcionários do Banco, indicando uma média de 2,8 oportunidades por colaborador, com destaque para os programas de desenvolvimento gerencial e de liderança.”

d) Desempenho operacional e financeiro:

- Financiamentos

Explicitam-se, por meio de gráficos, os Financiamentos Contratados por Porte (médio, pequeno e grande), os Valores Contratados por Setor (comércio/serviços, rural, industrial e infra-estrutura), a Participação Média no Financiamento da Região pelo Banco, os

Resultados Acumulados (número de financiamentos contratados e volume de recursos aplicados) nos últimos seis anos, A Criação de Emprego por Setor e Aplicações Totais de Operações de Crédito.

- Resultados Financeiros:

Não apresenta a DVA, na forma tradicional, no entanto, fornece os dados relativos ao valor gerado pela empresa e sua distribuição percentual.

Indicadores de produtividade (últimos 7 anos): Depósito/empregado; Ativos/empregado; Ativos/agência; Despesas administrativas/Ativo; Ativo total; Operações de crédito; Operações/ativo; Operações de longo prazo; operações de curto prazo.

Por fim, apresenta-se um quadro, por Estado, especificando a quantidade de agências, de Agentes de Desenvolvimento e de Municípios onde se faz presente.

Anexo à publicação: Demonstrações Contábeis - Exercício 2000.

ITAÚ

“Ao longo dos anos, o Itaú tem incluído nos Relatórios Anuais, as informações referentes às atividades que desenvolve na área social e que, no que diz respeito às suas relações com a comunidade, são implementadas atualmente por intermédio do Programa Itaú Social, criado em 1993.”⁷²

a) Introdução

“Ao publicar seu Balanço Social, o Itaú visa mostrar aspectos diferentes das suas atividades empresariais. São abordados aqui aspectos ligados ao desenvolvimento de pessoas e a política de benefícios do Banco. No campo da cidadania empresarial, o Itaú mostra a forma como vem honrando seu compromisso com a sociedade, direcionando recursos para as demandas sociais das comunidades onde atua.

Em sua trajetória de 55 anos, o Itaú sempre atuou segundo os valores de sua cultura: respeito pela pessoa humana, observância estrita das leis e dos regulamentos e busca

⁷² Departamento Itaú Social: e-mail de 12.04.02.

permanente do desenvolvimento. O lançamento do Código de Ética do Itaú, em 2000, é mais um instrumento para o reforço destes valores, por meio da orientação a funcionários em sua conduta pessoal e profissional e da ampla divulgação a clientes e demais públicos do Banco. A participação do Itaú no Instituto Ethos – Empresa e Responsabilidade Social e o apoio aos seus projetos também refletem o compromisso do Banco com rígidos padrões éticos e morais.

Em 2000, o Itaú ficou entre as dez empresas que mais se destacaram por sua atuação na área social, segundo o Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa. O guia é resultado de estudo realizado pela Revista Exame em parceria com o Instituto Ethos, abrangendo 211 empresas, e avalia os seguintes itens: Valores e Transparência, Funcionários e Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade, além de Governo e Sociedade.

O resultado do Programa Itaú Social, criado em 1993 para propiciar melhores resultados das ações no campo social, foram reconhecidos pela ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. Em 2000, o Itaú Social conquistou o prêmio Top Social, pela segunda vez consecutiva.

Democratizar a divulgação da arte e da cultura brasileiras é também uma contribuição para a melhoria da educação do povo, formando cidadãos mais esclarecidos e que assim podem contribuir mais efetivamente para seu próprio desenvolvimento e do País.

No campo cultural, o Instituto Itaú Cultural está se consolidando como instituição de referência. Suas várias atividades objetivam formar artistas, curadores e o próprio público, fomentar a manifestação de novos artistas e novas linguagens, e garantir que as ações sociais e produtos produzidos atinjam parcelas cada vez maiores da população brasileira.”

b) Programa Itaú Social

“Neste exercício foi constituída a Fundação Itaú Social, com patrimônio de R\$ 170 milhões que garantirá sua capacidade de geração de recursos o apoio a programas na área social.

Em 2000, o Itaú investiu R\$11,3 milhões em 185 projetos ...”

“O Projeto Educação & Participação ... foi concebido com base na convicção de que a cooperação da sociedade civil com o Estado é fundamental para a implementação de políticas públicas, assim como o fortalecimento de parcerias entre diferentes setores da iniciativa privada e a comunidade.”

“Desde sua primeira edição em 1995, o Educação & Participação envolveu 1.200 ONGs, beneficiando indiretamente 12 mil educadores e 175 mil crianças.”

O Projeto Melhoria da Educação no Município.

O Projeto Raízes e Asas, lançado em 1995.

O Projeto Saúde & Cidadania.

O Itaú apóia financeiramente os programas Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária, também o projeto Amigos da Escola.

Participação no Canal Futura.

Colabora com o Programa Fala, Brasil

Com o objetivo de divulgar o conhecimento e mobilizar a sociedade, o Itaú apoiou vários seminários e congressos que abordaram temas como Investimento Social Privado, Responsabilidade Social das Empresas, Ética, Captação de Recursos, Parcerias e Avaliação de Políticas e Programas Sociais entre outros, desenvolvido por universidades e instituições.

Apoiou a realização do primeiro relatório Situação da Infância Brasileira 2001, publicado pela Unicef, que enfatiza a primeira fase da vida da criança brasileira (até os seis anos). Esse documento apresenta relação com os Estados brasileiros e seus municípios ordenados segundo o Índice de Desenvolvimento Infantil – IDI, desenvolvido pela Unicef, um importante instrumento que permite a mobilização de recursos e a definição de políticas municipais voltadas ao desenvolvimento infantil.

c) Instituto Itaú Cultural

Criado em 1987, e declarado de utilidade pública pelo Governo Federal, o Instituto Itaú Cultural é o braço do Grupo Itaú para a área da cultura.

Política de Atuação / Áreas de Expressão / Programas Rumos / Eixos Curatoriais / Centro de Documentação e Referência / Atividades de Pesquisa e Apoio / Produtos e sua Divulgação / Ação Educacional /

Em 2000 foram realizadas atividades várias, discriminadas por áreas de expressão: Artes Visuais / Cinema e Vídeo / Música / Literatura / Nova Mídias.

Números do Itaú Cultural 2000.

d) Itaú Numismática – Museu Herculano Pires (inaugurado em out/2000).

e) Outros eventos culturais e comunitários (investiu R\$ 2,8 milhões).

f) Serviços financeiros à comunidade.

g) Serviços de atendimento a clientes.

h) Gestão de Pessoas.

i) Demonstrativo do Valor Adicionado.

j) Indicadores – Quadro Resumo.

BANCO SANTOS

“O Banco Santos dando continuidade ao seu projeto de apoio à cultura, realizou e patrocinou diversos eventos ao longo do ano 2000, evidenciando seu comprometimento com a responsabilidade social e fortalecendo sua imagem como impulsionador de ações culturais em prol do desenvolvimento da sociedade.”

Dentre os patrocínios e pesquisas, citam-se: Mostra do Redescobrimento Brasil + 500; Teatro Municipal de São Paulo; Fundação Padre Anchieta – TV Cultura; *Centre for Brazilian Studies* da Universidade de Oxford; Tomie Ohtake; Museu de Arte Contemporânea da USP; Coro do Mosteiro de São Bento de Olinda e do Coro Psalterium de Coimbra.

CEF

“Há 140 anos a Caixa renova o seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O estímulo à poupança popular, base do crescimento de qualquer País, continua sendo uma das bandeiras da empresa ao longo desses anos. Mesmo tendo como foco principal a área social, a instituição não descuida da administração profissional, gerando recursos para repassá-los sob a forma de benefícios à população, sobretudo às famílias de baixa renda. Bilhões de reais são aplicados anualmente em habitação, saneamento básico, educação, micro e pequenas empresas, agricultura e atividades culturais. A missão foi cumprida fielmente no ano passado, e a empresa continua se renovando para melhor servir à sociedade brasileira.” (grifo nosso)

a) Recursos Humanos

- Treinamento e Desenvolvimento

“Por meio dos projetos Gestão por Competência e Gestão do Desempenho, a área buscou identificar as competências exigidas para os cargos gerenciais da empresa e estabeleceu uma sistemática de avaliação de desempenho para todos os empregados.”

“As ações de seleção e desenvolvimento concentraram esforços em novas soluções de aprendizagem, como o moderno método de educação a distância.”

Apresenta-se, por meio de um Quadro: total de empregados; por sexo, lotação, carreira, faixa etária e grau de instrução.

Abordam-se as ações na Universidade Caixa em investimentos em pós-graduação e no programa *trainee*, além de contratações de profissionais.

- Programa de Apoio à Demissão Voluntária

- Saúde e Bem Estar

Programa de Atuação Preventiva; Campanha de Vacinação Contra Gripe; Controle do Tabagismo no Ambiente de Trabalho; SIPAT; Programa de Readaptação ao Trabalho – PRT (O PRT foi premiado no 5º. Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal – Prêmio Hélio Beltrão).

b) Educação

Financiamento Estudantil - FIES: “Cerca de 150 mil estudantes carentes de escolas

privadas tiveram seus estudos financiados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, administrado pela Caixa”.

c) Investindo em Segurança

Menciona-se que o Departamento de Polícia Federal considerou a Caixa como a instituição que mais investiu em segurança em 2000. Apresenta-se um quadro referente a esses investimentos.

d) Loterias

Mostra-se a destinação dos recursos arrecadados com as diversas loterias para: prêmios, imposto de renda, Fundo Nacional da Cultura, Seguridade Social, Financiamento para Estudantes de Ensino Superior, Clubes de Futebol e Federações etc.

e) Conveniência para o Cidadão

“A Caixa ampliou a democratização do acesso aos serviços bancários e sociais por meio das agências lotéricas, que se transformaram em centros de prestação de serviços financeiros a comunidades que têm pouco acesso à rede bancária.”

Citam-se como benefícios disponibilizados ao trabalhador: possibilidade de se sacar nas agências lotéricas os recursos do PIS, Seguro-Desemprego, aposentadorias e pensões; uso da *Internet* para consultas diversas e a instituição do Cartão do Cidadão que facilita seu relacionamento com a Caixa.

f) A Força da Parceria

Programa de Parcerias para Habitação Popular

Fórum Nacional do Lixo e Cidadania

Discussão da Agenda 21 Brasileira

Plano de Desenvolvimento Local do Complexo de Manguinhos

g) Desenvolvimento Social

- Caixa Hospitais
- Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros –

PNAF

h) Moradia e Cidadania

Em 2000 foi criada a ONG – Moradia e Cidadania, que nasceu do Movimento Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa, fundado em 1993.

Revitalização de Sítios Históricos

Preservação Ambiental – A Caixa firmou parceria com a Agência Nacional de Águas para desenvolver projetos de recuperação do meio ambiente. A Caixa passou a prestar consultoria em gestão financeira com a finalidade de viabilizar investimentos em sistemas de tratamento de esgotos domésticos.

i) *Marketing* Social

Em 2000 a Caixa patrocinou diversos eventos inseridos nos seus segmentos de atuação, tais como seminários, congressos, encontros, simpósios, feiras e exposições, totalizando 1.181 projetos, incluindo o apoio a eventos culturais, ao basquete e ao programa Comunidade Solidária.

Apóia à Cultura – Quadro de investimentos em 2000 (por segmento: Institucional; Desenvolvimento Urbano; Serviços Financeiros; Outros Segmentos; Transferência de Benefícios)

Acervo Caixa (Investidos em espaços culturais: R\$ 2,1 milhões em 1999 e R\$ 4,5 milhões em 2000).

Patrocínio ao Basquete

Comunidade Solidária

Programa de Alfabetização Solidária

Apoio ao Artesanato para a Geração de Renda

UNIBANCO

“Cultura, educação, saúde, meio ambiente e o estabelecimento de vínculos estreitos com a comunidade sempre fizeram parte da missão que orienta o Unibanco, refletindo o pensamento e os valores de seus acionistas e funcionários. Para o Unibanco, dedicar recursos, energia e talento a iniciativas que colaborem para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento das pessoas é exercer a cidadania e expressar sua responsabilidade social. Este Balanço Social resume as principais iniciativas do Unibanco e de seus funcionários com o objetivo de promover melhorias sociais, oferecer oportunidades e propor soluções para o futuro, contribuindo para criar um país melhor e mais justo.”(grifo nosso)

a) Instituto Moreira Salles

“Criado em 1992 com a finalidade de desenvolver programas culturais. Rompendo com o mecenato tradicional, o IMS só atua em projetos, sempre de médio e longo prazos, que concebe, executa e apresenta nos centros culturais que mantém no Rio, SP, BH e Poços de Caldas.”

Apresenta o Resumo das Atividades (eventos/quantidade/público)

b) Unibanco Ecologia

O Unibanco Ecologia nasceu em 1991 com a proposta de patrocinar projetos de educação ambiental ou de preservação criados por ONGs ou entidades comunitárias instaladas perto de agências do Banco. Desde então, já ajudou a viabilizar 240 programas, beneficiando cerca de 130 comunidades. Em 10 anos, o Unibanco Ecologia conquistou cerca de 25 prêmios, entre eles o *Golden Award – International Public Relations Association* e uma Menção Honrosa da ONU.

Apresenta-se o Gráfico das Áreas de Atuação do Unibanco Ecologia: viveiro de mudas, educação ambiental, coleta seletiva de lixo e projetos especiais.

c) Espaço Unibanco de Cinema

d) Alfabetização Solidária

De 1999 a 2000 repassou ao programa R\$ 1.020 mil, atendendo a 12.500 alunos.

e) Projeto Informatizar

f) Saúde

Aderindo a uma nova prática de responsabilidade social, a Unibanco AIG Seguros doa parte do valor apurado com a venda do Seguro Mulher ao IBCC, Instituto Brasileiro de Controle do Câncer. A Seguradora também desenvolve outras ações sociais, contribuindo com creches e fornecendo uniformes para alunos carentes de escolas públicas.

g) Campanhas com Funcionários

Com apoio de funcionários e seus familiares o Unibanco realiza campanhas anuais de arrecadação e doação de agasalhos e brinquedos para entidades assistências, com o objetivo de estimular a solidariedade e a prática do voluntariado.

Integra e apóia entidades empresariais voltadas ao fortalecimento do papel social da empresa e para sua inserção no contexto comunitário, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Associação Viva o Centro.

“Toda essa ativa participação, orientada para a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável no Brasil, contribui para duas convicções. A primeira é que a marca da instituição, identificada com a de uma empresa-cidadã, conta com o respeito e a admiração de clientes, funcionários e da opinião pública. A outra certeza é que a organização continuará a contribuir para que esses públicos venham a ter uma qualidade de vida cada vez melhor.”

Anexo L

Balancos Sociais dos Bancos da Amostra - Outros Exercícios

Apresentam-se, a seguir, algumas informações constantes nos balanços sociais e em outros demonstrativos referentes a exercícios anteriores ao ano 2000:

BASA

A estrutura do 1º. Balanço Social do Basa, em 1995, assemelha-se a um Relatório da Administração "típico", apresentando os resultados institucionais. Em sua constituição encontra-se: Apresentação; Conjuntura Nacional; Estratégia Operacional; Desempenho Operacional; Produtos e Serviços; A Estrutura Organizacional e o Desempenho Administrativo; O FNO; O FINAM; Avaliação de Resultados e Perspectivas.

Já o Balanço Social do ano de 1998, sob o título “Nosso Balanço Social ‘Espelho de um Compromisso com a Amazônia’”, procurou abordar a inserção da instituição na comunidade.

Pelo fato do Basa não ter publicado seu balanço social no exercício do ano 2000, segue-se a estrutura básica apresentada em 1999:

“O Banco da Amazônia, cumprindo com os objetivos de sua missão institucional, que é a de ‘Ser o principal Banco da Amazônia, promovendo o desenvolvimento integrado da região, através dos recursos de fomentos, produtos e serviços, visando a satisfação da sociedade, clientes e acionistas’, vem buscando contribuir para a consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento regional, que concilie as dimensões econômica, tecnológica, ambiental, política e social.” Flora Valladares Coelho – Presidente (grifo nosso)

a) O nosso Banco

“O grande e especial desafio assumido pelo Banco da Amazônia: Contribuir, como indutor, agente e parceiro, para a implementação e consolidação de um novo modelo de desenvolvimento regional que, mediante tecnologias adequadas e empreendimentos

viáveis, saiba aproveitar inteligentemente a biodiversidade amazônica, gerando oportunidades de riquezas econômica, social, científica e cultural para todos os que aqui vivem e produzem.

O balanço social de 1999 do Banco da Amazônia traduz em fatos e números a nossa permanente preocupação com o desempenho desse desafio.”

b) Menor em números de agências, maior em número de financiamentos.

c) FNO: o adubo financeiro que está fazendo crescer os pequenos

Aplicou-se R\$ 434 milhões do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte - FNO, em 23.829 operações de crédito, sendo 73,55% dos recursos destinados ao setor rural.

d) Liderando a aplicação de recursos do Programa Brasil

Empreendedores no Norte

O programa tem como objetivo fortalecer as micro, pequenas e médias empresas e foi lançado em outubro de 1999 pelo Governo Federal.

e) Defendendo a Amazônia com toda a nossa força

“Como signatário do Protocolo Verde, o Banco vem direcionando linhas de crédito para atividades que não agredem o meio ambiente, o que coincide com os pressupostos estabelecidos na Política Integrada para a Amazônia Legal e Agenda Amazônia 21.”

“As ações no campo da conservação e preservação do meio ambiente foram balizadas por duas linhas básicas:

Recuperação do passivo ambiental, resgatando as perdas decorrentes da degradação dos recursos naturais e do desequilíbrio dos ecossistemas;

Conservação/preservação do ativo ambiental.”

f) Incubando empresas de biotecnologia e pesquisando a implantação de cadeias produtivas na região.

g) Financiando empreendimentos tecnologicamente pioneiros.

h) Responsabilidade Social de A de alfabetização a S de saúde.

- i) A volta que dá o dinheiro dos impostos e outros tributos.
- j) O pioneirismo dos postos avançados de atendimento.
- k) O maior patrimônio.
- l) Qualificação rima com satisfação.
- m) Assistindo os inativos e o pessoal da ativa.
- n) Demonstração do Valor Adicionado
- o) Casos de Sucesso.

BB

O 1^o. Balanço Social, relativo ao 1^o. semestre de 1997, faz uma homenagem ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, por seu trabalho à frente do Ibase.

Os indicadores Ibase são pela primeira vez apontados no BS 1998.

Em 1999 o BB registra que é a primeira instituição financeira a receber o selo de responsabilidade social do Ibase.

Nesse Balanço Social faz-se menção a um estudo realizado pelo economista Roberto Terziani que procura responder sobre as razões da timidez do empresariado brasileiro em publicar os resultados de sua ação cidadã. Dentre as conclusões citam-se: incertezas conjunturais; temor em não se poder dar continuidade à divulgação do balanço social, com possíveis conseqüências negativas para a imagem institucional; e por se considerar as informações sociais como “privilegiadas”.

BANRISUL

No primeiro Balanço Social, referente ao exercício de 1999, faz-se a seguinte abordagem:

“Responsabilidade social é um conceito antigo para o Bannrisul. Nos últimos anos, mais corporações brasileiras passaram a se preocupar com temas ligados à cidadania. Muito

desse movimento é fruto do trabalho do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, um legítimo arauto da cidadania. Por meio de artigos publicados na imprensa e a partir do debate político que se estabeleceu, ele despertou a consciência de administradores para a necessidade de todos os segmentos sociais se envolverem na luta por um Brasil mais humano e cidadão.” (grifo nosso)

BANCO DO NORDESTE

O Balanço Social de 1996 apresentou a seguinte estrutura: Missão; Capacitação; O Banco e a Comunidade; Parcerias; Estudos, Pesquisas, Ciência e Tecnologia; Mudança Organizacional.

Consta como Missão do Banco: “Impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e do suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região.”

Em “Mudança Organizacional”, seu presidente, Byron Queiroz afirma que: “O Banco do Nordeste precisa mudar urgentemente (e já está mudando), a fim de tornar-se uma empresa ágil, moderna e inserida no contexto político-institucional, de modo que a sociedade possa percebê-lo como parceiro-mor na batalha pela transformação socioeconômica da região nordestina”. (grifo nosso)

Em 1997 foram inseridas no Balanço Social trinta e cinco citações, na maioria de personalidades da política nacional, enaltecendo o papel desempenhado pela instituição.

O Balanço Social de 1998 registra que:

“Mais do que uma obrigação normativa, o balanço de uma empresa é um documento de prestação de contas, em que números expressam graus de competência e palavras são usadas para democratizar o entendimento dos processos de trabalho.

Mais do que um conjunto de números e palavras, o balanço social deste Banco vai além, revela os níveis de compromisso – assumidos e realizados – em favor da transformação do Nordeste do Brasil.” (grifo nosso)

Referido balanço apresenta-se da seguinte forma: Centro Cultural; DVA,

Indicadores de Produtividade; Meio Ambiente; Cultura e Atividades Sociais (Centro Cultural; Ação Social; Ações de Cidadania); Desenvolvimento de Competências Internas; Renovação Organizacional e Cultural.

ITAÚ

O Relatório Anual de 1998 não faz menção a um balanço social. Possui a seguinte estrutura: Visão; Reconhecimentos (*performance* empresarial; atuação social e comunitária; e recursos humanos); Recursos Humanos; Função Social.

A visão do Banco: “Ser o líder em *performance*, reconhecidamente sólido e confiável, destacando-se pelo uso agressivo do *marketing*, tecnologia avançada e por equipes capacitadas, comprometidas com a qualidade total e a satisfação dos clientes”.

O Relatório Anual 1999 tem a seguinte formatação: Visão; Perfil do Banco; Pessoas (participação nos lucros); Atuação Social – destinou-se R\$ 15 milhões (educação, saúde e cultura – trabalhos em parcerias com Unicef, Cempec, IDS, Fundação Roberto Marinho, Comunidade Solidária, dentre outros); Instituto Itaú.

O Balanço Social faz parte do Relatório Anual e apresenta os seguintes itens: Integração com a comunidade; Programa Itaú Social (fundamenta-se no conceito de cidadania empresarial: focaliza sua atuação nas áreas do Ensino Público); Participação no Instituto Ethos; Reconhecimentos; Instituto Itaú Cultural; Serviços financeiros à comunidade; Indicadores laboriais; Desenvolvimento e treinamento de funcionários; Benefícios sociais (aos funcionários); Indicadores; DVA.

BANCO SANTOS

Consta no Relatório da Administração de 1997: “Estamos publicando o relatório das atividades sócio-culturais do grupo, que passamos a denominar ‘Balanço Social’.” (grifo nosso)

Sobre a ação social da empresa encontra-se a seguinte afirmação

“A ação social da empresa não deve se limitar à área de seus clientes, fornecedores e funcionários, incluindo-se aí iniciativas para complementar ações estatais nas áreas de alimentação, saúde, educação habitação, segurança pessoal, aposentadoria e transporte. A ação social de uma empresa deve incorporar atividades culturais, esportivas e de lazer, além de estimular a militância solidária na luta pela preservação do meio ambiente.” (grifo nosso)

Observa-se que o foco de ação da instituição é a Cultura.

CEF

Observa-se a seguinte estrutura no balanço social de 1999: Missão e Valores; Recursos Humanos, Melhores Práticas (fortalecendo o 3º. Setor); Educação; Preservação Ambiental; Desenvolvimento Social; Outras iniciativas, Cidadania (movimento voluntariado); Marketing social e apoio à cultura e ao esporte; Propaganda e publicidade.⁷³

⁷³ O pesquisador só teve acesso aos balanços sociais da CEF a partir do exercício de 1999.

Anexo M

Consolidação das Respostas ao Questionário “Balanço Social e Responsabilidade Social”

Informações obtidas junto aos Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e Caixa Econômica Federal (CEF).

1. Que áreas participam da confecção do Balanço Social (BS)? Quais os responsáveis pelo produto final? A Contabilidade tem papel preponderante?

BASA	A confecção do Balanço Social é de competência da área de Contadoria, a qual busca nas demais as informações que deverão compor esse Balanço. Após, esse produto é apresentado à Diretoria, em forma de minuta, para as redefinições necessárias.
BB	A Gerência de Relações com Investidores levanta os dados das diversas áreas (especialmente Gestão de Pessoas, Governo, Marketing e Comunicação e Fundação Banco do Brasil) e faz a proposta (estrutura e texto) do Relatório Social. A Diretoria de Marketing trata da formatação final. A área contábil fornece indicadores que fazem parte do Relatório.
BNB	Todas as unidades da Direção Geral do Banco são envolvidas no processo de elaboração do Balanço Social. O Gabinete da Presidência e Assessoria e Comunicação Social se responsabilizam pela consolidação das informações e sua edição final. A Contabilidade tem papel preponderante, pois elabora as informações financeiras e contábeis da empresa e é responsável pelas Demonstrações Contábeis da empresa.
CEF	A Gerência Nacional de Planejamento e Marketing e Apoio Institucional e a Superintendência de Marketing e Apoio Institucional reúnem os dados das diversas áreas. A Contabilidade atua como pano de fundo.

2. A metodologia empregada na confecção do BS é própria? Segue-se algum modelo de entidade externa ao banco?

BASA	Não. A participação em cursos/conferências sobre esse assunto nos proporcionou algum referencial. Procuramos, ainda, incorporar o roteiro utilizado por diversas instituições, em especial, as financeiras.
BB	Várias unidades do Banco acompanham o estado da arte sobre responsabilidade social desde 1997, participando de encontros e discutindo o tema interna e externamente. Entre outros, os modelos do Ibase, do Instituto Ethos e do Global Reporting Initiative foram considerados. O Banco inclui o modelo Ibase em seu Relatório Social.
BNB	Ao longo dos anos o Banco vem aperfeiçoando o seu balanço social e criando sua própria metodologia. No início, foram pesquisados modelos de algumas instituições financeiras.
CEF	A metodologia é própria.

3. Quando foi realizado o 1º BS na instituição? Que aspectos históricos podem ser

ressaltados para se chegar a esse 1º BS?

BASA	Em 1995.
BB	O primeiro Balanço Social do Banco do Brasil foi publicado em 1997. No início do ano, o sociólogo Herbert de Souza ("Betinho") publicou artigo em jornal sobre o assunto que obteve grande repercussão e suscitou muita discussão. As deputadas petistas Marta Suplicy (SP), Maria da Conceição Tavares (RJ) e Sandra Starling (MG) apresentaram o Projeto de Lei nº 3.116/97, que tornava obrigatório a publicação de balanço social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com 100 ou mais empregados. A campanha pelo Balanço Social foi lançada por Betinho em junho de 1997, no Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. O então diretor de Relações com o Mercado, Carlos Gilberto Caetano e o Presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, encamparam a idéia. Participamos de um seminário em São Paulo ("Balanço Social: Chegou a Hora?") sobre o tema e começamos a trabalhar. Esse primeiro BS foi inclusive dedicado ao Betinho, que faleceu antes que ele fosse publicado ("Este primeiro Balanço Social do Banco do Brasil é dedicado a Herbert de Souza, 'Betinho' (1935-1997), cujo último esforço foi, precisamente, divulgar a idéia do Balanço Social, porque fazer o possível é fazer muito".)
BNB	Em 1995. A estratégia da Instituição de divulgar para o público sua ação na Região e criar uma cultura, já consolidada atualmente, de fortalecer os programas que visem o desenvolvimento sustentável, atuando nos fatores antecedentes e subseqüentes ao crédito.
CEF	Em 1996. Uma das marcas da CEF é tentar justificar à sociedade o porquê de sua existência. O Programa de Qualidade e o estabelecimento da Missão contribuíram para na implementação do balanço social.

4. Qual a importância do BS para o banco? Há algum estudo sobre o assunto? Há alguma preocupação com o uso do marketing social?

BASA	A nossa percepção sobre a importância do Balanço Social é a de que deve permitir à sociedade conhecer o Banco como parceiro dessa sociedade. Os recursos que o Banco utiliza para gerar suas receitas e permitir sua continuidade somente são possíveis porque toda a sociedade contribui. Nas peças comuns da contabilidade é difícil perceber esse conjunto de ações e resultados.
BB	O Balanço ou Relatório Social é uma satisfação que a empresa presta à sociedade. Além disso, como destaca o Instituto Ethos, o registro das ações voltadas para a responsabilidade social permite avaliar seus resultados e direcionar os recursos para o futuro. A responsabilidade social faz parte da história e da cultura do Banco do Brasil, transcendendo as ações sociais patrocinadas pelo Banco. O Banco do Brasil se identifica com a idéia da atividade empresarial como socialmente responsável e ética e considera um ganho informar sua atuação à sociedade, inclusive na medida em que possa servir de exemplo. Além disso, existe um crescente mercado investidor voltado para as empresas consideradas socialmente responsáveis, que são inclusive aferidas por meio de índices como o Dow Jones Sustainability Index. A empresa percebida como sustentável sob este ponto de vista pode ter suas ações recomendadas por analistas, o que contribui para a valorização da empresa. Há ainda um inegável ganho de imagem, de modo que o investimento serve também como marketing social.
BNB	É um instrumento de divulgação das ações e resultados do Banco. Não. Sim, pois enquanto Instituição de desenvolvimento, o Banco procura mostrar à sociedade o esforço que vem fazendo

	para reduzir os problemas sociais da região.
CEF	Demonstrar as realizações, a título de exemplo: instrumento do governo federal na entrega de seus benefícios sociais; criação do correspondente bancário; alvo de alcançar todos os municípios até o final de 2002, produtos para a população de baixa renda, aumentar o nível de bancarização etc. O marketing é um instrumento importante, a apresentação gráfica e a nomenclatura do balanço social fica a cargo dessa área.

5. A quem, prioritariamente, o banco remete seu BS? Os dados de sua instituição têm sido remetidos regularmente à Febraban para a confecção do “Balanço Social dos Bancos” – documento consolidado a nível nacional?

BASA	Prioritariamente, nossos BS são remetidos para as instituições com as quais o banco mantém relações de parceria sejam elas por convênios, contratos e sociais, inclusive, associações de classe. Quanto a remessa do BS para a FEBRABAN, nós sempre o enviamos, porém, nem sempre tem sido possível encaminhá-lo em tempo hábil para publicação conjunta.
BB	Desde 1999 o banco trabalha com o "kit relatório anual", composto pelo Relatório Social, Relatório Anual e Análise do Desempenho. Tal estratégia visa propiciar uma visão mais abrangente da instituição. O kit é enviado para setores do governo, analistas de mercado, investidores, acionistas e outros interessados. Também fornecemos informações para o Balanço Social dos Bancos da Febraban. Além disso, o Relatório Social está disponível no site do BB na Internet (página de Relações com Investidores).
BNB	Presidência e Vice-Presidência da República, Ministérios e Secretarias Executivas, Parlamentares do Nordeste, Presidências de Assembléias Legislativas, Governadores e Vice-Governadores, Secretários estaduais, Conselhos de Administração e Fiscal, ex-dirigentes do Banco, Órgãos vinculados à Região, Universidades Regionais, Prefeituras de capitais etc. Sim, nossos dados têm sido remetidos à FEBRABAN.
CEF	Órgãos de classe, órgãos do governo, pontos de venda. Presta as informações à Febraban, embora não veja relevância em alguns dados solicitados.

6. Os sindicatos que representam os bancários demonstram algum interesse pelo BS?

BASA	Em nossa percepção, não.
BB	Os sindicatos não têm demonstrado interesse pelo BS.
BNB	Não é do conhecimento do Banco.
CEF	Ainda que utilizem as informações, não participam diretamente dessas discussões.

7. A instituição julga relevante que os órgãos competentes normatizem a confecção do BS e a tornem obrigatória? Também é importante a Auditoria do BS?

BASA	Normatizar, no sentido de orientar seu conteúdo, é perfeitamente válido, porem essa é uma
------	---

	matéria relativamente nova no mercado e que nos parece ainda não muito consolidada para torná-la obrigatória. Nesse caso, a auditoria sobre o BS estaria prejudicada além de bloquear a liberdade, visto que haveriam regras a serem observadas, nem sempre compatíveis com a forma de informar de cada instituição.
BB	O Banco não se posicionou quanto à questão de obrigatoriedade, que está sendo discutida no Congresso Nacional. Assumiu a postura de fazer o Relatório e de procurar melhorá-lo sempre, participando dos debates sobre o tema. A auditoria é indireta, pois os indicadores são obtidos a partir de dados de demonstrativos auditados.
BNB	O Balanço Social é um instrumento onde a empresa pode apresentar melhor para a sociedade os seus resultados e sua prestação de contas. Antes de ser publicado, o BS é encaminhado para Auditoria Externa e Conselho de Administração.
CEF	A normatização tende a engessar o demonstrativo. É importante que sejam definidos aspectos essenciais do balanço social - como um norte, devendo-se atentar para a eficiência, eficácia e economicidade. Todas as peças produzidas passam pela auditoria interna e pela diretoria colegiada. A divulgação é bastante criteriosa. Não é realizada auditoria externa do balanço social.

8. Quais as possíveis questões envolvidas com a não confecção de BS por outras instituições bancárias?

BASA	Algumas instituições têm avançado bastante não somente na forma de apresentar suas ações sociais, como na própria disseminação do papel (fundamental) dessas ações. Assim, é sempre muito bom conhecer a contribuição de outras instituições, até para poder melhor vivenciar seu próprio papel social.
BB	Outros bancos também publicam BS. A não confecção do BS poderia ter um impacto negativo na imagem da organização.
BNB	A sociedade não toma conhecimento das ações que essas Instituições empreendem.
CEF	Falta de percepção da instituição em se ver como empresa-cidadã. O BS é uma oportunidade de se prestar contas.

9. Em que nível organizacional são definidas suas ações sociais? Qual a participação do corpo funcional?

BASA	Ainda estamos começando, aprendendo. Nosso primeiro Balanço Social foi editado em 1995. Daí seguiu-se uma lacuna de dois anos para, somente em 1998, retornarmos esse trabalho. Em 1999, apresentamos nosso melhor BS, o qual mereceu tratamento de peça publicitária, de tal sorte que a empresa de marketing ganhou vários prêmios por essa produção, todos internacionalmente. Em 2000, dado o acúmulo de serviço não foi possível a confecção, apesar de havermos levantado todos os dados necessários. As ações são basicamente orientadas pela Diretoria Executiva e executadas pela área de marketing, em sua maioria. A participação do corpo funcional se dá mais como expectador do que ator.
BB	As ações sociais são definidas na Fundação Banco do Brasil, que dispõe de uma estrutura autônoma e é gerida por funcionários do Banco. A Fundação mantém hoje nove programas sociais sistematizados. A Diretoria de Gestão de Pessoas estruturou programa de voluntariado pelo qual busca sistematizar as ações desenvolvidas pelos funcionários e familiares, com o objetivo de fomentar a cultura do voluntariado. Disponibilizou site na Intranet corporativa onde os voluntários podem encontrar oportunidades de prestar trabalho voluntário. No formulário de cadastramento é feita uma pergunta em

	aberto de modo que o voluntário possa se manifestar, registrando suas expectativas e sugerindo aperfeiçoamentos no programa. .
BNB	A direção da empresa, envolvendo todo o corpo gerencial, define, em Encontro de Trabalho realizado ao início do ano, o planejamento estratégico da empresa. Os funcionários colaboram em suas próprias unidades, dando sugestões a serem levadas pelo gestor para esse evento estratégico.
CEF	No Planejamento Estratégico definem-se macro-operações, em nível de diretoria; nesse momento, não há participação direta do corpo funcional.

10. Como se dá o relacionamento do banco com os diversos níveis de governo quando da definição dos investimentos sociais?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	A decisão quanto ao investimento social se dá no âmbito do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil, que é soberano em sua decisão. O relacionamento com o Governo é apenas de parceria na realização dos programas, principalmente junto a prefeituras.
BNB	A maior parte das ações sócias do Banco é feita através de parcerias com governos estaduais e municipais.
CEF	Trabalha em sintonia com os objetivos maiores de governo, já que é um de seus agentes na implementação de políticas sociais.

11. Há orçamento anual para as ações sociais? As ações sociais constam de seu “planejamento estratégico”?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Sim. O orçamento da Fundação Banco do Brasil provém dos resultados financeiros de aplicação do patrimônio, além de recursos de parte das vendas dos seguros Ouro e do título de capitalização Ourocap Milênio. No primeiro semestre de 2002, foram investidos R\$ 33,5 milhões em diversas ações, como a complementação escolar de crianças, a alfabetização de jovens e adultos, a melhoria do atendimento de crianças com câncer e a geração de trabalho e renda, entre outras. As promoções culturais e esportivas se dão sob a gestão e orçamento da área de Comunicação e Marketing do Banco.
BNB	Sim, parte dos recursos do Banco destina-se para ações sociais. Sim, elas são definidas nos Encontros de Trabalho realizados no início do ano.
CEF	Sim, há quatro pilares de atuação: habitação, saneamento, serviços financeiros e transferência de benefícios. Inexiste a figura do assistencialismo.

12. Qual a relação do banco com as empresas do terceiro setor (ONGs) e como são tratadas suas demandas?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Todos os programas da Fundação realizam parcerias não só com ONGs, mas também com universidades, prefeituras e outras associações civis, como forma de otimizar as ações.

BNB	Várias ações do Banco, especialmente na área de capacitação são realizadas em parceria com organizações do terceiro setor.
CEF	Oferece-se parceria, apóia-se e utiliza-se de toda estrutura logística da CEF.

13. A Pesquisa “Ação Social da Empresa” encetada pelo IPEA foi respondida por esse banco?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Não.
BNB	Não fomos consultados sobre essa pesquisa.
CEF	Não estamos certos, vamos verificar.

14. A Responsabilidade Social é um tema em voga no seio da organização?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Sim. Vide questão 2.
BNB	A Responsabilidade Social é um tema já consolidado no corpo funcional do Banco. Todos os funcionários têm, atualmente, a compreensão exata de que apenas o crédito não é suficiente para resolver os problemas sociais da Região, ou atingirmos os objetivos de desenvolvimento sustentável.
CEF	A Responsabilidade Social é o tema da Missão da CEF.

15. A instituição possui um Código de Ética? Tem-se dado ampla divulgação ao mesmo?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	O Banco do Brasil possui um Código de Ética e todos os funcionários receberam um exemplar . O tema tem sido discutido em cada área/agência.
BNB	O Código de Ética do Banco foi criado em sintonia com o Código de Ética do Governo Federal.
CEF	O Regulamento do Pessoal incorpora os aspectos éticos que devem ser internalizados pelos funcionários. Há ampla divulgação do Regulamento, inclusive via Intranet.

16. O banco levanta dados sobre a responsabilidade social de suas empresas clientes e os utiliza quando da concessão de créditos ou da realização de seus contratos/negócios?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Sim, atenta-se para a legislação.
BNB	Não. O Banco discute muito a responsabilidade social com colaboradores.
CEF	Hoje, não. A CEF observa o cumprimento das exigências legais.

17. O banco se utiliza de incentivos fiscais para suas ações sociais? Participa de programas para preservação do ‘meio ambiente’?

BASA	Vide comentário no item 09.
------	-----------------------------

BB	A Fundação é imune de pagamento de impostos por sua própria constituição. Já o Banco é credor da Receita Federal e não utiliza nenhum incentivo fiscal em suas ações ligadas à cultura e ao esporte.
BNB	Não, pois as ações sociais já fazem parte da estratégia de atuação do Banco. O Banco, tem um programa específico para cuidar do tema “meio ambiente” e se articula com todos os órgãos de gestão ambiental, tanto federal, como estadual ou municipal.
CEF	Não.

18. Existem ações sociais que são consideradas prioritárias para a organização?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	O Banco tem foco na cultura e no esporte. A Fundação, na educação, saúde e disseminação de tecnologias sociais.
BNB	A principal é gerar emprego e renda para a população. Também considera importante qualificar a mão de obra e, para tanto, realiza programas de capacitação. Fortalecer o capital social no âmbito local, através de reuniões sistemáticas que são realizadas pelo Banco do Nordeste, com a participação de lideranças locais.
CEF	Atendimento aos benefícios: PIS, FGTS, seguro-desemprego.

19. Como são avaliados os resultados das ações sociais da instituição?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Trabalhamos com alguns indicadores de resultados para termos parâmetros comparativos, e temos procurado melhorá-los sempre.
BNB	Através de palestras e seminários. É possível que brevemente a RSC seja levada em consideração quando da concessão de crédito.
CEF	São medidos em termos da própria realização, a recuperação de sítios históricos é um exemplo. Ação social é compromisso com justiça social, com redistribuição de renda.

20. Que aspectos positivos ou negativos podem ser percebidos em função da ação social do banco, tanto para o público interno quanto externo?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	A imagem do Banco do Brasil sempre foi associada a seu papel social junto à sociedade; portanto, todas as ações sociais só consolidam esse papel, seja junto ao público interno ou externo. Apesar de não haver uma pesquisa sistematizada a respeito, as manifestações recebidas permitem concluir que a participação dos funcionários do Banco nos Comitês de Cidadania, no BB Educar, nas ações do Programa Voluntariado, nos comitês de empresas contra a fome e pela vida (COEP) e outros é vista de modo positivo junto às comunidades onde atuam, assim como o patrocínio ao esporte (vôlei e tênis) e à cultura (Centros Culturais, Circuito Cultural). O funcionário do BB, de modo geral, é bastante comprometido com o País, apoiando e sentindo-se orgulhoso com a ação social do Banco.
BNB	O positivo é o resgate da cidadania.
CEF	Tem-se dado um tratamento personalizado ao trabalhador, procurando atender suas necessidades.

21. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é publicada regularmente, em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis?

BASA	Vide comentário no item 09.
BB	Sim.
BNB	Sim. Faz parte do BS
CEF	Não. A matéria está em estudo.